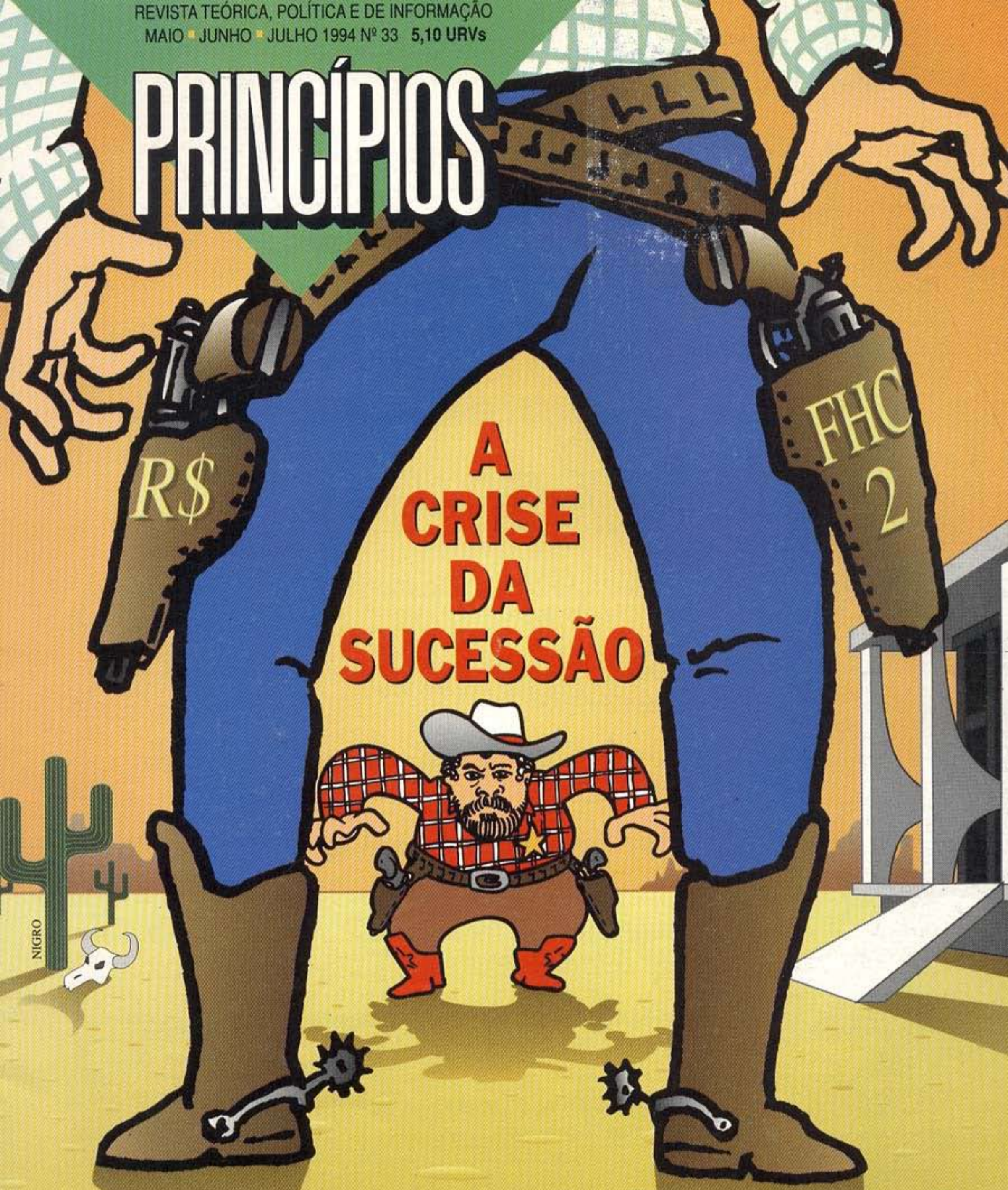


PRINCÍPIOS

A CRISE DA SUCESSÃO



PLANO FHC 2
Luiz Marcos
Gomes

SBPC
Aziz
Ab'Saber

DOLARIZAÇÃO
Paulo Nogueira
Batista Jr.

Revista Teórica, Política
e de Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino
Edvar Bonotto

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Guimar Prates
Luciana de Souza Bento
Luís Marcos Gomes
Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Bonotto

Edição de Texto
Vania Zeballos

Edição de Arte
Pedro de Oliveira
Licínio Baumgratz

Ilustrações
Licínio Baumgratz

Capa
Flávio Nigro

Administração e Distribuição
Divo Guisoni

Assessor de Marketing
Eder de Araujo Santos

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Ishiki Comunicação

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 1º andar
01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 35-8150

Í N D I C E

A ELEIÇÃO E O PLANO

Olival Freire Jr.

3

A POLARIZAÇÃO NA SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Renato Rabelo

4

REVISÃO CONSTITUCIONAL: POR QUE PAROU?

Aldo Rebelo

9

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DE 64 E O PROJETO NEOLIBERAL

José Carlos Ruy

12

O PLANO FHC OU A VIA TUCANA DO AJUSTE

Luis Marcos Gomes

19

DOLARIZAÇÃO E REGRESSÃO MONETÁRIA

Paulo Nogueira Batista Jr.

26

QUEM NÃO TEM IDEIAS DE JUSTIÇA SOCIAL É UM PULHA DA HISTÓRIA

Aziz Nacib Ab'Saber

34

MODERNIZAÇÃO DO CAMPO MUDA EIXO DA REFORMA AGRÁRIA

Ronald Freitas

39

SOBRE O PROJETO DO GENOMA HUMANO

Ricardo Ferreira

44

GÊNERO: CONCEITO HISTÓRICO

Olívia Rangel e Sara Sorrentino

47

A PSICOLOGIA MATERIALISTA DIALÉTICA DE VYGOTSKY

Loren Graham

52

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNDO E A VALIDADE DO MARXISMO

Harkishan Singh Surgeet

56

SOCIALISMO REFORMISTA OU REVOLUCIONÁRIO?

Edgard Carone

62

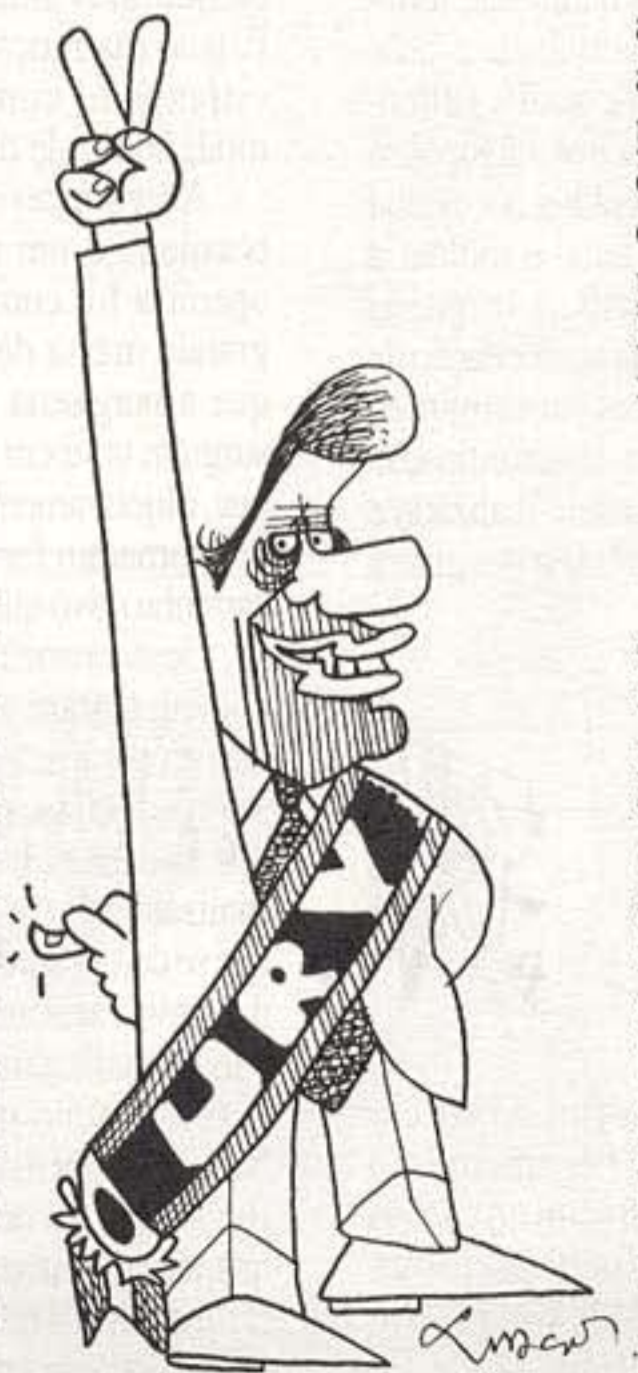
RESENHAS

72

A eleição e o plano

A disputa presidencial de outubro próximo assume contornos cada vez mais bem-definidos. Ao fracasso do governo Collor e de sua desastrosa política liberal correspondeu um significativo crescimento do apoio popular a Luís Inácio Lula da Silva, o outro candidato que polarizou a eleição presidencial passada. Apesar da hesitação política que vem marcando esta candidatura e das tentativas feitas de sua "domesticação", ela vai encarnando o desejo popular de experimentar um novo governo, diferente dos sucessivos governos das classes dominantes, que só têm aprofundado a crise crônica que tomou conta do país. As tentativas de "domesticação" contaram inclusive com o apoio de petistas e de certos segmentos de esquerda, que passaram mesmo a preferir o Lula como vice de um tucano, achando, no fundo, que uma candidatura à esquerda já não tem sentido no mundo da nova ordem mundial.

Tais tendências à "domesticação" ainda não estão de todo arquivadas, mas as elites brasileiras, após certo tempo de acompanhamento da evolução do quadro político, consideram ter encontrado o caminho de "mudar algo para que tudo continue como dantes", fixando-se na candidatura Fernando Henrique Cardoso. Da Avenida Paulista, mais precisamente da Fiesp, partiu a ordem para a retirada da candidatura do renitente Paulo Maluf e para a adesão quase incondicional do PFL aos tucanos. O grande empresariado nacional, seus aliados oligarcas, bancos e empresas estrangeiras fixaram-se em Fernando Henrique Cardoso como o anti-Lula — é a candidatura das elites em condições de enfrentar a candidatura popular. Neste quadro, a aliança PSDB-PFL, com o PFL como vice, é mera consequência eleitoral do caráter objetivamente conservador adquirido por esta candidatura. Candidaturas como a de Quéricia e a de Brizola lutam para compor um campo político intermediário na sucessão presidencial.



O grande trunfo da candidatura FHC é o estelionato eleitoral em curso. Com inflação baixa nos meses que antecedem a eleição, em troca de uma dolarização da moeda nacional, na qual a economia brasileira atrela-se cada vez mais aos destinos inseguros da moeda norte-americana, tenta-se reverter o favoritismo da candidatura popular. Tudo indica então uma luta de grandes proporções, com o povo brasileiro sendo chamado, e mesmo empurrado, para grandes embates políticos.

Nesta edição Paulo Nogueira Batista Jr. e Luis Marcos Gomes, conceituados analistas econômicos, examinam o desenvolvimento do plano FHC e a implantação da nova moeda, contribuindo para desvendar sua verdadeira face antinacional e antipopular. Renato Rabelo analisa o quadro da eleição presidencial, Aldo Rebelo apresenta um balanço da luta em curso contra a revisão constitucional e José Carlos Ruy passa em revista os 30 anos do golpe militar de 1964. Apresentamos como novidade editorial entrevista com Aziz Ab'Saber, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de outras matérias de igual atualidade.



Em tempo: a luta contra a revisão caminha para um desfecho favorável, ainda que temporariamente, às lutas populares. Vários fatores para isto contribuíram, inclusive a pouca coesão dos partidos majoritários no Congresso quanto ao que mudar na atual Constituição, mas não haveria tal desfecho sem a decidida ação dos que, dentro e fora do Congresso, se opuseram a este verdadeiro golpe branco. O episódio realça também o papel decisivo que pode ter, em grandes lutas, uma bancada parlamentar, ainda que pequena, como a dos valorosos "contras".

Olival Freire

A polarização na sucessão presidencial

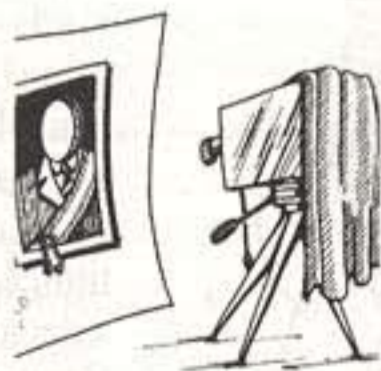
RENATO RABELO

A dimensão política da sucessão presidencial deste ano deve ser avaliada no quadro da profunda crise que vivemos e que é resultado de problemas acumulados em muitas décadas

As classes dominantes brasileiras do século passado – latifundiários e grandes comerciantes da exportação e importação – mantiveram seu papel predominante durante toda a República Velha até o processo revolucionário de 1930. Desde então, seus projetos foram superados pela atuação da burguesia industrial e das classes médias ascendentes, num cenário mundial de alterações na correlação de forças entre as potências imperialistas.

As antigas classes dominantes procuraram se adaptar à nova situação. Grande parte incorporou-se à própria burguesia, fortalecendo-a. Esse processo de desenvolvimento, assimilação e fusão constituiu o substrato de toda a classe dominante atual – latifundiários aburguesados, grandes capitalistas, banqueiros, oligopólios e grandes conglomerados nacionais ou associados ao capital estrangeiro –, que vai ter expressão institucional e moldar a política econômica e social vigente em nosso país. A burguesia brasileira, que foi composta principalmente pela acomodação de interesses, integrada com outros setores dominantes remanescentes, assumiu uma forte característica de subordinação aos países capitalistas desenvolvidos, que já haviam realizado e consolidado suas respectivas revoluções burguesas e atingido a etapa imperialista.

O capitalismo se expandia e surgiam as classes que não cabiam nos projetos dominantes



Desse modo, as classes dominantes do fim do século passado e início deste, que estavam sob hegemonia do imperialismo inglês, com o declínio deste entraram no campo de influência do imperialismo norte-americano em ascensão, consolidando essa integração após a II Grande Guerra. Ao mesmo tempo a burguesia brasileira se fortalecia.

O desenvolvimento capitalista no Brasil adquiriu características de um modelo denominado “economia heterônima”, ou seja, de natureza dependente. Convive o moderno com o arcaico, numa situação em que uma parcela pequena da população tem padrão de consumo de Primeiro Mundo e a grande maioria, de Terceiro e Quarto Mundo.

Os projetos de desenvolvimento capitalista no Brasil estavam sempre subordinados ao entrelaçamento com o capital estrangeiro, e de certa maneira se beneficiaram de conjunturas internacionais favoráveis. A intervenção do Estado (na função de alavanca e pilastra) e a ação do capital estrangeiro cumpriram papel de pólos dinâmicos nessa modalidade de desenvolvimento econômico.

A evolução do capitalismo no país elevou a economia brasileira a um nível de desenvolvimento médio. A classe operária foi constituída, a classe média se estendeu e uma grande massa de trabalhadores se formou. Assim, à medida que a burguesia nativa crescia e o capitalismo se expandia, surgiam também, no pólo oposto, as classes e camadas sociais que, objetivamente, não podiam caber nos projetos dominantes e se tornaram forças crescentes de resistência, na busca de um caminho novo que exprimisse os anseios das classes dominadas.

Dessa maneira, com o crescimento dos novos personagens que integraram a cena política brasileira a partir de 1930 – a classe operária, as massas de trabalhadores e populares, amplos setores da classe média e parte da burguesia interessada na defesa dos interesses nacionais – e o posterior processo de industrialização do país, formou-se a base social para o novo projeto, que se configurou na defesa da soberania nacional, na ampliação da democracia, na reforma agrária antilatifundiária, no impulso à industrialização e na expansão do mercado interno.

Neste rumo, já em 1935, toma corpo o movimento da Aliança Nacional Libertadora, sob a direção do Partido Comunista do Brasil, que foi derrotado porque se restringiu aos levantes nos quartéis, estreitou sua composição política e não se espalhou pelo campo, onde a massa camponesa era significativa. Além disso a classe operária era ainda pequena e débil. Durante a II Grande



Guerra e, sobretudo, após a vitória da União Soviética e das forças aliadas sob a influência da campanha antifascista mundial, a luta pela democratização se aprofundou.

Nesse período adquiriu também grande amplitude o movimento pela construção de uma economia autônoma e avançada, com a implantação da base siderúrgica e a campanha "O petróleo é nosso", vitoriosa nos anos 50.

Nessa época, grandes investimentos implementados no governo Juscelino Kubitschek mudaram o perfil da economia graças ao financiamento estatal e ao concurso do capital estrangeiro em segmentos de bens de consumo duráveis. Com a intensificação do desenvolvimento capitalista e com o crescimento da classe operária, o movimento pelas conquistas trabalhistas e pela liberdade política ganhou maior impulso. Confirmando uma característica da história no Brasil, os efeitos dessa fase de progresso capitalista não se propagaram para as camadas trabalhadoras e populares da sociedade. A democracia e os benefícios do progresso eram somente para as elites dominantes.

Ditadura militar deu sustentação ao desenvolvimento de nova fase do capitalismo no país



No começo da década de 60, quando a expansão perdeu impulso, instalou-se uma crise econômico-social. Nesse momento, as tensões sociais se exacerbaram, desencadeando a radicalização política. Com o aumento de sua expressão, as camadas populares e setores da burguesia e do empresariado ligados ao mercado interno defendiam as chamadas reformas

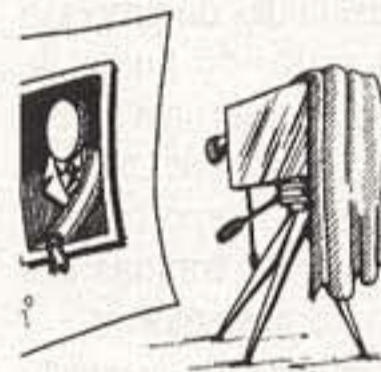
de base, com um desenvolvimento nacional autônomo, conquistas democráticas e realização da reforma agrária. Os setores conservadores, por outro lado, procuravam impor a linha de desenvolvimento dependente, manter o arcabouço de estrutura agrária baseado no monopólio da terra e sustentar as desigualdades profundas, circunscrevendo a distribuição da renda às esferas sociais superiores e parte da média.

O movimento militar de 64, com o apoio do governo estadunidense, surgiu como resolução para o impasse político causado pela polarização crescente. Barrou então o movimento ascendente das reformas nacionais e democráticas em resposta aos anseios dos círculos dominantes. (Leia o texto publicado nesta edição sobre o tema.)

Daí em diante, como sabemos, as classes dirigentes buscaram o desenvolvimento da nova fase do capitalismo por meio de uma ditadura militar sanguinária, que restringiu a atividade política legal aos marcos das elites de sua confiança. Como consequência, conseguiu completar a substituição das importações, estender a infra-estrutura e intensificar a penetração capitalista em muitas áreas do campo. A economia se diversificou e tornou-se mais complexa, a classe operária cresceu amplamente, a classe média se estendeu pelo interior, as cidades incharam rapidamente, formando vastos cinturões de desertados.

A linha seguida pelo regime militar aprofundou a dependência do Brasil; subordinou-o ao sistema financeiro da dívida; manteve a estrutura fundiária, apesar da penetração capitalista no interior; agudizou as desigualdades sociais e regionais; e concentrou fortemente a renda.

Nessa marcha, a grande burguesia se constituiu em grandes monopólios e oligopólios, que passaram a desfrutar de imenso poder. No período ditatorial os problemas estruturais típicos do desenvolvimento capitalista brasileiro cresceram e as contradições se aprofundaram em múltiplos terrenos.



Dependência externa aumenta com sucessivos planos econômicos adotados no Brasil

No fim dos anos 70, os mecanismos desse padrão de desenvolvimento capitalista se inviabilizaram, o que deu início à maior fase de estagnação após 1930. Na realidade, esgotou-se o ciclo de substituição das importações, que já durava quase meio século e teve seu auge a partir da década de 50. No plano internacional, a "farra" da dívida externa terminou com o "choque da dívida", passando o Brasil de importador a exportador de capitais.

Ao mesmo tempo iniciou-se nos países capitalistas desenvolvidos um processo de reestruturação industrial, como resposta à queda da taxa de lucros, causa da crise que envolveu o capitalismo mundial.

A junção dessas duas realidades, interna e externa, é a gênese da crise prolongada que atravessamos. O país enveredou por um processo de involução dos investimentos e de inflação duradoura e sistêmica. O juro passou a

determinar o nível mínimo do lucro, tornando a acumulação financeira a referência de maior rentabilidade do sistema. Em virtude disso o capital de investimento se rarefez. A recessão se prolongou, o desemprego cresceu e o poder aquisitivo da grande maioria caiu como nunca.

Assim, o modelo das classes dominantes, que historicamente hegemonizaram o processo de desenvolvimento, desvendou sua fragilidade, levando o país ao atual estágio de crise. As elites vêm tentando reverter essa situação com a intervenção do Estado, mas seus sucessivos planos têm sido precários e provisórios.

O governo Sarney, no período de transição democrática, não conseguiu a estabilização nem a retomada do desenvolvimento. Os planos de Collor e principalmente o atual, conhecido como FHC2, têm procurado uma saída global para a crise, seguindo o modelo neoliberal ditado pelos centros financeiros internacionais. (Leia nesta edição os artigos sobre o tema.) Tenta-se inserir a economia nacional em nova escala, compatível com a atual divisão mundial do trabalho, imposta pelos países ricos, imperialistas. Tal objetivo tem sido motivo de busca incessante da classe dominante brasileira, que, visando um novo “engate” internacional, chega às submissões mais vergonhosas.

Tais reformas seguem receituário semelhante ao da Argentina, do México, do Chile etc. Em resumo, são assim definidas: diminuição do Estado, privatização das empresas estatais, liberalização e flexibilização das relações trabalho/capital (ou seja, a negação de importantes conquistas sociais), rápida liberalização do comércio exterior e “parcerias” internacionais ou nova associação com o capital estrangeiro. Portanto, o “ajuste” perseguido mantém a trilha das deformações do capitalismo brasileiro, elevando e aprofundando a dependência do país.

Este tipo de ajuste gera um cenário de maior desigualdade social, com o aumento das camadas excluídas do processo econômico e a concentração ainda maior do poder de consumo. A fim de garantir os compromissos de uma dívida externa impagável, o país se submete às exigências de enormes reservas de moedas fortes (à custa de quem?) impostas pelo capital financeiro internacional, para dar garantias aos credores e lastro que possa estabilizar uma nova moeda.

Para fazer face a essa situação e dar continuidade ao projeto de cunho popular – hoje assentado em base social mais ampla e numerosa – assume importante papel político a formação de um bloco de forças que atualize as bandeiras democráticas, nacionalistas e em defesa dos direitos sociais das grandes massas. Com o declínio do regime militar, boa parte dessas forças, antes amordaçadas e reprimidas violentamente, colocou-se em movimento – participou do recente processo de democratização política, da vitória da anistia, da convocação da Constituinte, dos êxitos obtidos na elaboração da Constituição de 1988, da grande mobilização pelas “Diretas já” e da vitória da luta pelo *impeachment* do presidente da República em 1992. E na primeira sucessão presidencial, em 1989, contando com um programa que começou a articular as bandeiras do campo popular e progressista, por meio da Frente Brasil Popular, as forças populares quase obtiveram a vitória do seu candidato. As classes dirigentes foram tomadas de grande susto. Não esperavam tal desfecho e tiveram

de convergir todo o seu apoio à candidatura Collor.

Por todos esses motivos, a sucessão presidencial de agora só pode ser compreendida a partir das raízes e características da evolução histórica do Brasil. Ela não está desligada do processo de contradições políticas e econômico-sociais em curso, sobretudo da Nova República até hoje.

Atualmente, estamos diante de uma nova crise conjuntural, marcada pelas particularidades do momento eleitoral. A polarização político-econômica resulta de um processo de concentração de rendas cada vez maior. Esta é a lógica do capitalismo, própria de sua essência, porque a globalização da economia mundial só avança com uma centralização financeira. A grande oligarquia capitalista no Brasil acabou se enquadrando na nova fase e busca outras formas de associação, tornando-se assim centralizadora do capital, dos meios de comunicação, do poder.

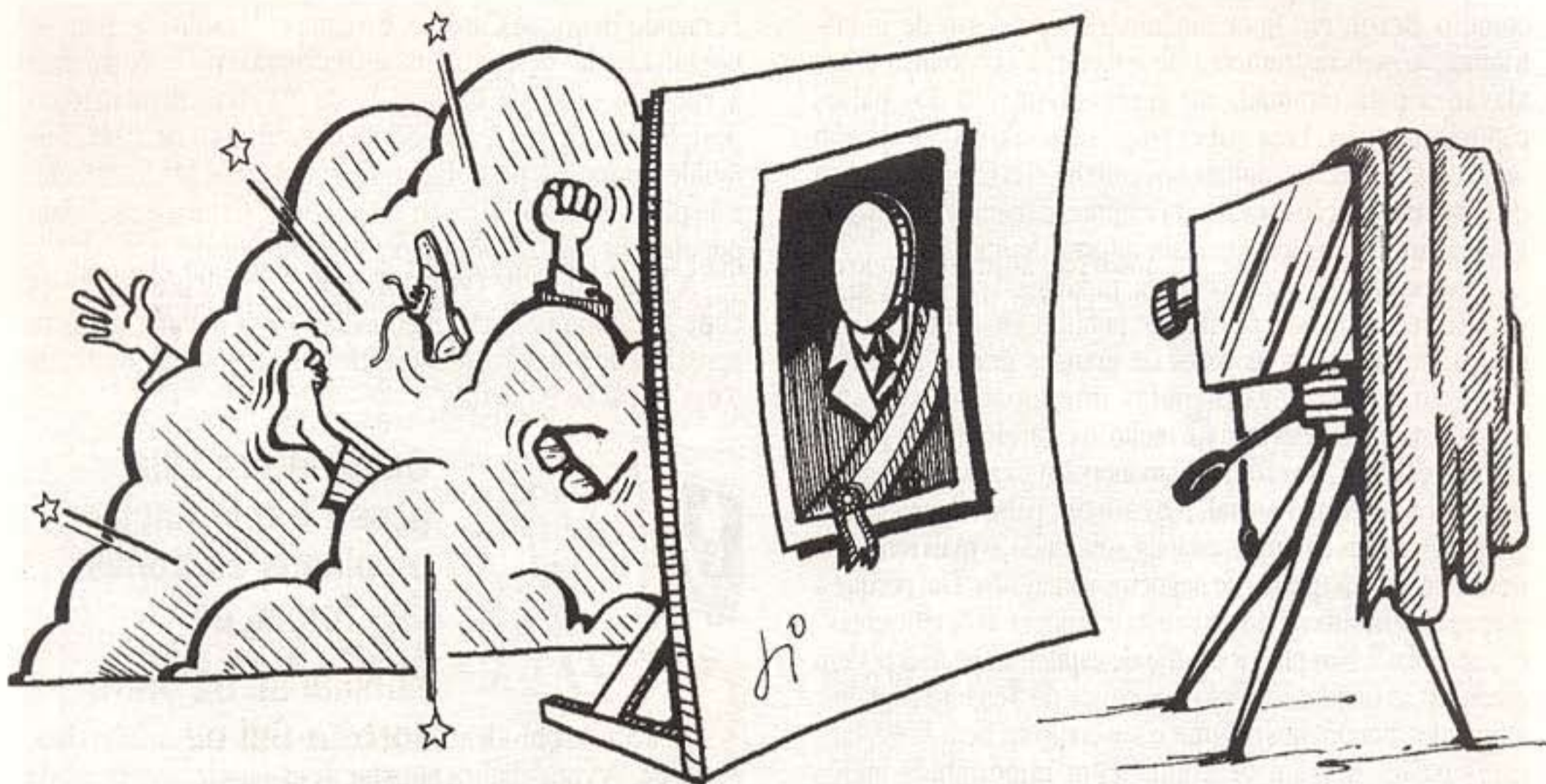


A contradição mundial se dá entre Norte e Sul ou entre países centrais e periféricos

Nesta realidade interna não se projetam mais os tempos da guerra fria, a contradição “Leste-Oeste”. Nela se reflete outra contradição, a “Norte-Sul”, como consequência das imposições reestruturantes fixadas pelos países “centrais”, imperialistas, aos países “periféricos”, dependentes, que têm de se submeter a relações cada vez mais desiguais.

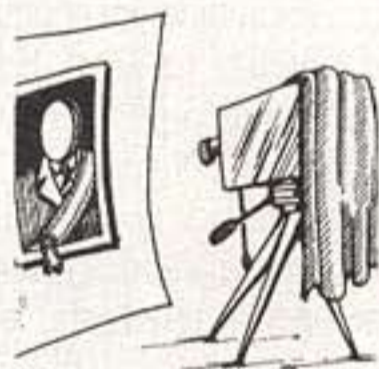
O acirramento da polarização desencadeia o impasse. Chegamos a uma encruzilhada que se revela, em termos gerais, na contraposição de dois projetos: ou prevalece o caminho neoliberal, que deteriora intensamente a grave situação social e submete o país à nova ordem mundial imperialista; ou a resistência na busca de um novo caminho, de base nacional, democrática e popular, que concretize, no plano interno, ampla coalizão de forças políticas e sociais e, no plano externo, a formação de uma frente dos países e povos dependentes, pela retomada do desenvolvimento com independência e progresso social.

A sucessão presidencial deste ano reflete em todos os seus aspectos esse quadro de crise, no qual o confronto de dois projetos básicos é inevitável. Depois do susto de 1989 e diante desse impasse, as classes dominantes tudo fazem para amainar suas próprias desavenças políticas e regionais. Articulam-se nervosamente na busca de um personagem anti-Lula, esforçando-se para chegar a um candidato único, no qual pretendem concentrar todo o seu poderio. Após a data limite das desincompatibilizações, o quadro sucessório foi se completando. As oligarquias mais poderosas encontram o seu escolhido na pessoa de Fernando Henrique Cardoso, que, convertido ao credo neoliberal, age como um “cristão novo”. Tem de provar seu plano atual, que já encampa o artifício da dolarização, a última palavra em matéria de planos encomendados ao FMI para países da América Latina. E são economistas burgueses renomados, como Delfim Netto e Roberto Campos, que afirmam, no mesmo rumo: “O plano é, em grande parte, uma pirotecnia



monetária, sem atacar os problemas fundamentais". (As dívidas externa e interna ficam na mesma!) "Poderá até haver uma substancial redução da inflação se se chegar à nova moeda, o real, mas ela não será eliminada e retornará da mesma forma, como voltou nos planos passados." Procura-se manipular o plano para que o processo inflacionário não volte antes do final dos dois turnos das eleições de 1994. O objetivo é ganhar as eleições, manter o poder. O desempenho do candidato das elites está portanto ancorado na evolução do plano.

FHC é apresentado como candidato de centro-esquerda pelas elites, que tentam maquiá-lo



A apresentação de Fernando Henrique Cardoso ao grande público demonstra também tal intuito, é moldada com a ênfase no seu passado de intelectual de "prestígio" e de "esquerda". As forças dominantes, reconhecendo que seus sucessivos planos faliram, para escamotear douram a pílula e apresentam seu candidato como de "centro-esquerda". Não deixa de ser burlesco. Acabam admitindo o prestígio da esquerda, apesar da manipulação pela permanente propaganda em sentido contrário.

Dessa maneira, a fina flor dos setores mais ricos de nossa sociedade, em parceria com seus cupinchas externos (segundo o jornal *Financial Times*, FHC é o favorito "dos mercados"), monta um perfil farsante para seu candidato, trabalha para que o plano cumpra papel estabilizador, mesmo que temporariamente.

O plano de "estabilização da inflação", de Fernando Henrique, é considerado por eles como um "esboço prático" de um projeto global. Significa que esse novo governo das elites não será diferente dos precedentes. Se isso acontecer, a crise irá se agravar.

A candidatura de Fernando Henrique Cardoso procura juntar duas correntes dos setores dominantes: o "liberalismo" e a "social-democracia". A primeira propala que seu "ideário liberal" é compatível com os princípios da "modernidade social". A segunda, em sua "modernidade econômica", afirma garantir o "social". Esse jogo de palavras, ou melhor, essa dupla demagogia com o social, visa salvar as aparências e tem o mesmo efeito de apresentar um círculo como se fosse um quadrado. Essa decantada modernidade, num sentido acentuadamente contraditório, exclui, sem precedentes, a população e os povos dos resultados do desenvolvimento e do progresso tecnológico alcançado. Quanto à propalada competitividade econômica, existe mesmo. Mas se trata da competição na era dos oligopólios, dos conglomerados gigantes. A disputa está situada nessa escala. A volta à época descrita por Adam Smith é uma quimera, está longe da realidade. Seria a volta do capitalismo de mais de um século atrás. O objetivo é confundir, para justificar o "modernismo". Também a "unidade programática" da candidatura dos barões capitalistas coloca o que se costuma denominar "embate ideológico" sobre a questão do Estado como agente no processo de desenvolvimento.



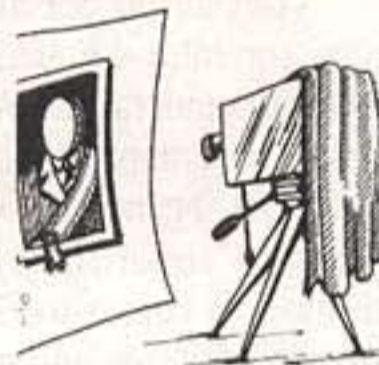
O papel empresarial do Estado já não serve aos interesses dos monopólios privados, que querem as estatais

No capitalismo o Estado assumiu diferentes funções no processo de desenvolvimento econômico, tendo em vista os interesses da burguesia e, logicamente, fazendo prevalecer a vontade dos seus setores mais fortes. As empresas estatais a serviço do sistema capitalista, desde as "descobertas" de Keynes e, principalmente, após a II Guerra Mundial, adquiriram variadas funções. Transformaram-se, em países

como o Brasil, em fator dinâmico no processo de industrialização, em instrumento de soberania econômica e em alavanca para retomada do desenvolvimento dos países capitalistas ricos. Esse papel empresarial do Estado já não serve como antes aos capitalistas, embora eles não prescindam do concurso da ação estatal para empreendimentos que exijam grandes investimentos e tenham retorno demorado.

As empresas estatais rentáveis, produtos da construção de décadas realizada pelo patrimônio público, são cobiçadas. No estágio atual passam às mãos de grandes grupos privados, entrando no jogo das disputas intermonopolistas. Na concorrência entre eles conta, e muito, o controle de uma grande empresa estatal. O nível da fusão monopolística abarca os setores privados e também o estatal. No caso dos países dependentes, como o Brasil, as empresas estatais, sobretudo as mais rentáveis e estratégicas, são presas de negócios vantajosos. Daí porque a propaganda neoliberal diversionista considera-as “ineficientes” e “superadas”. Nos planos do grande capital, as estatais podem amortizar as dívidas externas dos países do Terceiro Mundo e os grandes monopólios assumir o seu controle. Sem as estatais, esses países deixam de contar com importantes meios econômicos na sua luta pela independência.

Social-democracia e liberalismo: base da candidatura FCH e da modernidade capitalista



O conceito de “Estado mínimo”, “modesto” ou “pequeno mas forte” compõe a argumentação para justificar o objetivo do capitalismo “moderno” de derrubar as fronteiras nacionais, transformando todas as nações em livre mercado, para facilitar o acesso dos grandes conglomerados. Além disso, o programa das tendências dominantes defende a liquidação dos monopólios estatais, mas preserva e fortalece os monopólios privados. Na esfera política, a defesa do voto distrital misto, que tem por finalidade restringir a competição eleitoral e mantê-la sob controle, reforça o modelo de partido grande brasileiro, ou seja, sem cor e com programa descartável, conforme as eleições, a serviço dos donos do poder e do dinheiro. Em resumo, social-democracia e liberalismo, a base “ideológica” da candidatura de Fernando Henrique, têm em nossa época uma matriz comum, aproximam-se historicamente outra vez e fornecem os “fundamentos” para a modernidade capitalista.

No quadro sucessório, as pré-candidaturas do PMDB surgem como fator complicador no campo das classes dominantes. Orestes Quércia e José Sarney, apesar de expressarem interesses de setores dominantes, “correm por fora” e demonstram posições diferenciadas do projeto social-democrata-liberal. Roberto Requião se aproxima do projeto democrático-popular.

A tendência é prevalecer a candidatura de Quércia, que se apóia nas forças políticas municipais, num conjunto de prefeitos e empresários médios em todo país. Ela não segue a cartilha neoliberal e tenta aparecer na sucessão atual como força política intermediária entre o candidato da direita,

Fernando Henrique Cardoso, e o campo da esquerda. Bate-se por uma saída “desenvolvimentista” para o país, semelhante à visão juscelinista da década de 50. Tem demonstrado posições restritivas à revisão da Constituição de 1988, nos moldes propostos pela oligarquia empresarial predominante, e ao plano de “estabilização econômica”. Critica o candidato popular por sua “incompetência” e “dubiedade”.

A candidatura de Leonel Brizola, no atual processo, está entre o campo político intermediário e o popular. Hoje se aproxima do primeiro, procurando criticar posições da direita e das forças de esquerda.



Candidatura Lula passa a referenciar os planos eleitorais das forças de direita e de centro

A sucessão presidencial deste ano tem uma singularidade evidente. A candidatura popular de esquerda, representada por Luís Inácio Lula da Silva, tem demonstrado peso político e é referência para as estratégias eleitorais das demais forças de direita e centro. Elas procuram todo tipo de argumento para atacar ou tentar desestabilizar a candidatura popular. A concentração dos setores dominantes mais poderosos no apoio a uma só candidatura visa precisamente impedir a vitória da esquerda. A mídia internacional, porta-voz do grande capital, não esconde sua preferência por Fernando Henrique. E as viúvas da ditadura e os setores reacionários falam abertamente da necessidade de usar todos os meios para impedir ou “prevenir” o êxito da esquerda.

A candidatura popular reflete o nível da polarização política e sintetiza na atualidade a fisionomia da corrente histórica democrático-popular que vem se construindo, principalmente após 1930. No presente estágio do desenvolvimento político, a possibilidade de se alcançar o êxito do campo popular depende da capacidade das forças conseqüentes de aglutinar extensos setores progressistas e democráticos. Assim será possível constituir uma coalizão baseada na defesa da soberania, na retomada do desenvolvimento nacional, na liberdade política ampla para as massas trabalhadoras e populares e na defesa dos direitos sociais contra a orientação dominante de exclusão e marginalização.

A proposta defendida pelo Partido Comunista do Brasil de forjar uma ampla frente nacionalista, democrática e popular que garanta e, ao mesmo tempo, vá além da vitória eleitoral é justa e responde às necessidades atuais. A vitória eleitoral das forças populares e progressistas não garante de imediato o poder político e a governabilidade. Sem a edificação de uma frente com essas características e o apoio do movimento de massas, um futuro governo progressista seria débil, presa fácil dos blocos reacionários e sabotadores e, portanto, inviável. Para alcançar o resultado favorável, é preciso ir além dos marcos de uma única força partidária. Precisamos aprender com a história.

RENATO RABELO é vice-presidente nacional do PCdoB

Revisão constitucional: por que parou?

ALDO REBELO

As classes dominantes investem tudo para impor a Revisão Constitucional. Fatores adversos dificultam sua implantação, e esse projeto neoliberal deve sofrer uma significativa derrota

No momento em que escrevia estas linhas, a sucessão de fatos evidenciava que o processo de Revisão da Constituição adentrava-se novamente no pântano da crise, ao que parece, desta vez, sem caminho de volta.

Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, a esquadra dos revisionistas depara a cada instante, como na piada dos filmes improváveis, com verdadeiras tempestades de areia em pleno mar.

A Revisão da Constituição é a terceira grande ofensiva das classes dominantes brasileiras e de seus aliados externos, para promover no Brasil o ajuste estrutural exigido pelos novos donos do mundo a partir da geografia política internacional surgida com o fim da URSS.

Tal qual o receituário neoliberal pregado pelo FMI e o Banco Mundial – e aqui acatado pelos fanáticos da nova seita – o Brasil deve abrir seu mercado aos produtos fabricados no exterior, vender seu patrimônio por dez vinténs, de preferência para empresas estatais de outros países, como fez a Argentina, e hastear a bandeira dos EUA ou do Grupo dos Sete no prédio do Banco Central do Brasil. É bom lembrar que no passado já tivemos o pavilhão da Inglaterra içado na alfândega do Rio de Janeiro, o que deve encher de saudade os nossos neoliberais de hoje.

Derrotada a primeira ofensiva, com a deposição de Collor pelo Congresso como resultado da campanha do *impeachment*, frustrou-se também a segunda arrancada por meio do parlamentarismo conservador, barrado nas urnas pela vontade popular, que preferiu a república e o presidencialismo.

Espremidas pelo calendário, que apontava logo em seguida uma eleição presidencial com resultados no mínimo imponderáveis, as correntes conservadoras atiraram-se à terceira chance – a Revisão – e dela fizeram o bote salvavidas da empreitada sinistra do derradeiro assalto ao Estado.

Bom dia, Revisão!

Um verdadeiro colosso de forças articulou-se em torno da campanha revisionista: do PPS de Roberto Freire ao PPR de Paulo Maluf, passando por PSDB, PMDB, PL, PFL e outros menos cotados. O grande capital entrou com suas divisões blindadas movidas a dólar, unindo os banqueiros nacionais e estrangeiros, os monopólios locais e internacionais, sob a batuta do Fundo Monetário Internacional, faça-se justiça, o primeiro a exigir mudanças na Constituição, ainda em 1991, por meio de seu representante para a América Latina, José Fagenbaum.

Os grandes jornais, sem exceção (Globo, Estadão, Folha e JB), as redes de rádio e televisão, a começar pela Globo, passaram a funcionar como comitê de agitação e propaganda desse grande partido a serviço do capital.



Os olhos de coruja de Cid Moreira fitando o telespectador e chamando o melífluo Alexandre Garcia “com mais notícias sobre a Revisão” virou clichê na rede de televisão de Roberto Marinho. Nelson Jobim, com sua pose de Leitão de Abreu dos anos 90, tornou-se celebridade festejada diariamente nos meios empresariais e no noticiário. *Bom dia Brasil*, o telejornal matinal da Globo, sem o Dr. Nelson Jobim não é *Bom dia Brasil*.

Como no provérbio africano, a Revisão passou a ser uma história de caçada contada pelo caçador, ou seja, além das mentiras, o outro lado ou está morto ou não é ouvido. Os editoriais que choveram sobre o país falavam maravilhas da Revisão. Quem estava contra eram os “contras”, que naturalmente por serem contra não tinham razão, e por não terem razão não seriam ouvidos.

Em apoio às suas teses, os defensores da Revisão trouxeram ao país a ex-primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, e o atual vice-presidente dos EUA, Al Gore.

Por 150 mil dólares, uma Thatcher decrépita – desmaiou em cima do microfone em palestra semelhante feita no Chile – teceu loas às privatizações da Inglaterra e reclamou do tamanho do Estado brasileiro. Esqueceu-se de dizer que seu governo duplicou o número de desempregados em seu país, multiplicou os miseráveis e perdeu para a Itália o 5º lugar de economia mais desenvolvida do planeta.

Os contras mostram suas armas

Só a magnitude dos objetivos das forças conservadoras pode explicar a amplitude da aliança que se forjou contra a Revisão. Transferir do Estado para monopólios privados o mais significativo do patrimônio público do país, particularmente as áreas de petróleo e telecomunicações; golpear direitos sociais privatizando a Previdência, acabando

com a aposentadoria por tempo de serviço, licença maternidade, entre outras coisas; restringir direitos democráticos com a implantação de voto distrital, cerceando a liberdade partidária – intentos que necessariamente levantariam consideráveis parcelas da nação para resistir. Foi o que ocorreu.

Em torno do arco partidário denominado “contras” (PCdoB, PT, PDT, PSB), juntaram-se dissidentes do PSDB, PMDB e até do PTB. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) colocou boa parte da opinião pública católica do país em estado de alerta contra os intentos revisionistas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) inspirou a desconfiança da consciência jurídica nacional sobre os propósitos da Revisão.

No movimento sindical o coro da CUT e das CGTs em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores foi engrossado pelas federações e confederações, de tal forma que o presidente da Força Sindical, Luis Antônio Medeiros, enfrentou um ensaio de rebelião de suas bases contra a atitude abertamente patronal anti-operária assumida pela entidade no episódio.

O estado-maior da Revisão logo sentiu, a partir da pressão vinda de baixo, que, se esta contava com cômoda maioria no Congresso, fora da Praça dos Três Poderes ela era um corpo estranho na sociedade, hostilizado nas praças, ruas e escolas, só encontrando abrigo seguro nos escritórios das grandes empresas ou redações da imprensa empresarial.

Além do isolamento social preocupante para quem carecia de um mínimo de consenso para alterar a Constituição do país em capítulos tão polêmicos, os arautos da Revisão esbarraram numa sucessão de episódios que também contribuíram para tumultuar o ambiente político no qual transcorreria a assembléia revisora.

ARMS

Para início de conversa, já não estava no Palácio do Planalto o arcanjo do neoliberalismo, Fernando Collor de Mello. Ocupa agora a presidência Itamar Franco, frágil mas de passado nacionalista e pouco estimulado a ajoelhar e rezar pelo catecismo neoliberal. De Itamar não partiu, é verdade, nenhum sinal de contestação ao processo revisional, mas também dele não se viu qualquer incentivo às principais sandices dos reformadores da Carta Magna.

No instante em que revisionistas e não-revisionistas trocavam as primeiras cutiladas na peleja que se iniciava, ouviu-se um barulho no porão da casa; quando acenderam a luz, eram os mais ilustres revisionistas pilhados no ato de surrupiar o leite das crianças e a sopa dos velhinhos: começava a CPI do Orçamento. O flagrante desfalcou os revisionistas de seu marechal de campo, Genebaldo Correia, do PMDB da Bahia, e de sua cabeça pensante, o hábil e experiente deputado do Rio Grande do Sul, Ibsen Pinheiro.

A Revisão passou a marchar em terreno minado. O Regimento Interno proposto por Nelson Jobim para alijar os contras e impedir a obstrução cumpriu o papel exatamente inverso do pretendido, pois afastou o conjunto dos parlamentares, inclusive dos partidos revisionistas, de qualquer interferência no processo de discussão, negociação e deliberação sobre as emendas à Revisão.

Os contras exploraram magistralmente o episódio. Do plenário do Congresso ergueram-se as vozes dos insatisfeitos, e o relator passou a ser criticado de tal forma que seu prestígio e legitimidade foram postos em questão.

Os parlamentares do Norte e Centro-Oeste passaram a ver na Revisão uma manobra dos empresários do Sul para diminuir a representação política de seus Estados e concentrar ainda mais os investimentos e incentivos federais nas regiões mais desenvolvidas, em detrimento das que eles representavam.

Na ponte-de-comando revisionista, os primeiros sinais de preocupação foram emitidos no sentido de que, se não fosse possível fazer a Revisão completa, pelo menos o botim dos chacais fosse garantido: a quebra dos monopólios, fundamentalmente o das telecomunicações e o do petróleo.

As telecomunicações concentraram a cobiça dos consórcios formados por bancos, construtoras e pelo menos um grande jornal, *O Estado de São Paulo*, e a maior rede de televisão do país, a Globo. A Revisão era o pretexto, ou melhor, o meio para se chegar a um negócio de 50 bilhões de dólares.

A pressão social exercida de fora para dentro, a indiferença do presidente Itamar Franco, mesmo diante do empenho de seu ministro da Fazenda, a desconfiança da massa anônima de congressistas de que os interesses dos grandes empresários falava mais alto do que as necessidades do país e a eficiente obstrução dos contras conduziram a Revisão à paralisia.

Acrescente-se ainda como fatores de dispersão o debate do plano econômico de FHC, a apuração na Comissão de Constituição e Justiça das responsabilidades dos imputados na CPI do Orçamento e a articulação de candidaturas aos governos estaduais e à presidência da República.

O relatório do deputado Nelson Jobim propondo a quebra do monopólio estatal do petróleo semeou mais confusão na seara da Revisão. O relator cometeu a imprudência de não ouvir a Petrobrás. É como se a Nasa não fosse consultada num projeto norte-americano de mandar o homem a Marte. Pior, Jobim infestou seu parecer de informações duvidosas e dados suspeitos, colhidos de consultorias estrangeiras e da Fiesp, inimigos jurados da Petrobrás. Foi um escândalo.

Cientes do risco de fracasso, os neoliberais tentam salvar a Revisão adiando-a ou vendendo a patranha da chamada "constituente exclusiva" para reformar a Constituição, modelo adotado por Menem na Argentina.

Impedir a Revisão, o que parece mais provável, não deixa de constituir uma importante vitória do nosso povo e de suas correntes democráticas e socialistas e tonifica os músculos das correntes populares para enfrentar seus inimigos nas futuras e decisivas batalhas. A próxima: eleição para presidente da República.

ALDO REBELO é deputado federal pelo PCdoB de São Paulo



A modernização conservadora de 64 e o projeto neoliberal

JOSÉ CARLOS RUY

O golpe militar de 64 foi o desfecho violento de um conflito que vinha desde o fim do Estado Novo, que contrapunha três diferentes modelos de desenvolvimento capitalista para o Brasil

O golpe militar de 1964 não foi um raio em céu azul. A conspiração para a derrubada do presidente João Goulart se articulava entre os militares, o grande capital e os agentes do imperialismo, desde sua posse, após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

Goulart era visto como herdeiro daquilo que as classes dominantes brasileiras e o imperialismo consideravam como o mais ameaçador legado da tradição getulista: o trabalhismo, a ligação com a burocracia sindical. Não importa que essa ligação fosse canhestra, que esse sindicalismo fosse fundamentalmente reformista e tivesse sua atuação contida nos limites do sistema capitalista.

Para os setores conservadores, a ameaça consistia no fato de que essa ligação dava uma base de massas para o nacionalismo, tornando viável a implantação do modelo nacional-reformista de desenvolvimento tentado desde 1945, sob Getúlio Vargas. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo eram uma mistura explosiva demais para os interesses coligados do grande capital, brasileiro e estrangeiro, do latifúndio e das nações imperialistas, particularmente os Estados Unidos. Era um programa que implicava, além disso, o aprofundamento da democracia no Brasil e a eliminação ou redução de velhos privilégios das elites brasileiras e de seus parceiros internacionais, à custa do esforço dos trabalhadores brasileiros.

No Brasil, após a II Grande Guerra, o conflito entre os interesses do setor agroexportador (isto é, do latifúndio que produz matérias-primas e alimentos para o mercado mundial; do grande capital mercantil ligado ao comércio externo; e, finalmente, do imperialismo) e os interesses industriais e agrícolas ligados ao mercado interno transpareceu já em 1944, no debate ocorrido no Conselho Nacional de Política Industrial

e Comercial, entre os defensores da industrialização do país (como Roberto Simonsen) e seus adversários (como Eugênio Gudin, o patrono dos neoliberais brasileiros).

Gudin, diz Eli Diniz, rejeitava a industrialização. Ele queria "a redução do volume de obras e investimentos do governo federal" e a restrição e o controle do crédito. Ele pensava que o Brasil devia "exportar muito e importar muito", e pregava a adoção dos princípios estabelecidos em Breton Woods (onde foi criado o Fundo Monetário Internacional): liberdade de entrada e saída no país para o capital estrangeiro; igualdade de tratamento entre o capital nacional e o estrangeiro; e abolição de qualquer restrição à remessa de lucros. Parece que é hoje, mas essas teses são de 50 anos atrás!



A tradição brasileira do neoliberalismo é antiga e sempre pregou a subordinação a interesses estrangeiros

Gudin defendia, diz Eli Diniz, "o revigoramento do setor agroexportador e a preservação de sua preponderância na economia do país". Assim, era preciso "aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar".

Era então visível o conflito entre o modelo nacional desenvolvimentista e as exigências da hegemonia norte-americana. A *Carta Econômica de Teresópolis* de maio de 1945, lembra Octávio Ianni, defendeu o modelo nacional

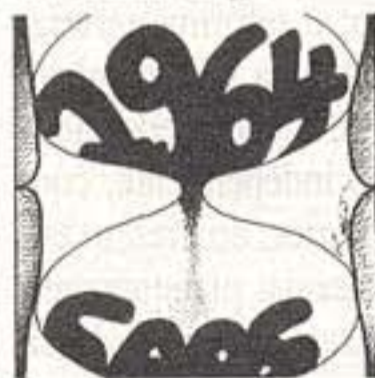


desenvolvimentista, ao mesmo tempo que o movimento *queremista* (que queria uma Constituinte com Vargas na presidência) dava base de massas a essa exigência de superação do atraso e de afirmação da autonomia e da independência do país. Isto é, contra os livre-cambistas (como os neoliberais da época eram conhecidos), os nacionalistas defendiam a necessidade de construção de uma base industrial moderna e, embora de forma limitada, mobilizavam o povo na defesa desse objetivo. O próprio Partido Comunista engajou-se nessa tarefa de desenvolver o capitalismo no Brasil para superar o atraso neocolonial.

Nesse quadro, o elemento articulador das oposições ao Estado Novo, diz Sonia Regina Mendonça, foi o neoliberalismo, ideologia que compunha uma frente ampla que juntava "tanto setores tradicionalmente ligados à agroexportação, quanto grupos importadores, e até mesmo frações da classe média urbana, todos eles lesados pela política econômica do governo e desejosos de livrar-se quer do confisco cambial, quer da seletividade das importações praticadas pelo Estado". O partido político que exprimia esse pensamento de forma mais desenvolvida foi a UDN (União Democrática Nacional).

Entre o fim do Estado Novo e a deposição de João Goulart, em 1º de Abril de 1964, três modelos alternativos de desenvolvimento se enfrentaram para controlar o Estado e moldar o futuro da sociedade brasileira. Paralelamente a eles, um quarto modelo, o socialismo, se fortalecia com a luta operária, e suas chances de êxito decorriam do cresci-

mento da organização e da luta operária e do agravamento da crise entre as classes dominantes. Esse quarto modelo, no entanto, não será considerado aqui, porém apenas aqueles que, naquela conjuntura, tinham maiores chances de implantação. Esses modelos eram: o *nacional desenvolvimentismo*, cuja figura símbolo era Getúlio Vargas, e que teve apoio do Partido Comunista desde 1945 e, particularmente, depois de 1958, época em que a via pacífica para o socialismo, dos revisionistas, passou a preponderar na política partidária; o modelo *dependente-associado*, baseado principalmente no capital estrangeiro; e uma variação do modelo anterior, o *modelo de desenvolvimento da Escola Superior de Guerra*.



Os três modelos em choque: um neoliberal, outro nacionalista e outro militarista

Nacional desenvolvimentismo

Getúlio Vargas foi eleito senador em 1946 e, numa das poucas vezes que esteve no Senado, denunciou, sob o argumento da vocação agrária do Brasil, o ataque à industrialização. "Limitar a atividade de um nação que se encontra entre as três primeiras do mundo, como potencial

de energia hidrelétrica e jazidas de ferro, limitar essas energias à vida rural, significa dar provas de incapacidade e de mentalidade colonial”, disse ele.

Na campanha eleitoral de 1950, Vargas reafirmou esse programa nacional reformista de maneira clara. “A minha atuação obstinada”, dizia, “foi transformar em nação industrial uma nação paralisada pela monocultura extensiva e pela exploração primária das matérias-primas.”

Transformar o velho Brasil agrário numa nação industrial moderna e autônoma – esse foi o sonho nacional reformista: dotar o Brasil de infra-estrutura industrial, com a implantação de um parque siderúrgico, de uma fábrica de motores e de caminhões, por garantir o controle pelo país de suas reservas minerais e recursos naturais. Era um nacionalismo moderado, que admitia a participação do capital estrangeiro, desde que controlado pelas leis nacionais. Vargas entrevia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo, com a ampliação do mercado interno e o fortalecimento da produção destinada ao consumo nacional.

O modelo baseava-se também na regulamentação das remessas de lucros dos capitais estrangeiros; na aplicação de uma política externa independente e definida de acordo com os objetivos políticos, econômicos e culturais da nação brasileira; finalmente, preconizava a democratização do acesso à terra, incorporando esse importante fator de produção à economia brasileira e, o que é mais importante, superando radicalmente o velho caráter colonial da agricultura – responsável pela monocultura e pela produção de bens para o mercado internacional –, que deixava em segundo plano a produção que atendia às necessidades do povo brasileiro.

As famosas reformas de base do governo Goulart sistematizavam esse modelo nacional desenvolvimentista, que, é preciso enfatizar, nunca chegou a ser implantado no país de forma acabada, tendo enfrentado poderosa oposição desde 1945, até ser finalmente derrotado militarmente em 1964. Em fevereiro de 1963 a Frente Parlamentar Nacionalista – formada desde o governo de Juscelino para defender as reformas – divulga um “Termo de Compromisso”, citado por Vamireh Chacon, que mostra as limitações democrático-burguesas desse programa. Ele pedia a democratização das instituições políticas; a reforma da Constituição; a democratização do ensino e da cultura; a reforma agrária; melhora no abastecimento e combate à carestia, com combate aos monopólios privados, estatizações e apoio creditício à produção; desenvolvimento econômico independente, com estatização do câmbio, do comércio exterior, do crédito em geral e da exploração das riquezas minerais; planejamento governamental; defesa das empresas brasileiras; e política externa independente.

Falava-se também na reforma bancária, na reforma urbana, na reforma da educação – mas a mudança fundamental almejada era delineada pelo fim do latifúndio e pelo controle do capital estrangeiro, por meio da lei de remessa de lucros, que tramitou no Congresso Nacional por dez anos, até ser aprovada em setembro de 1962. Mas só em janeiro de 1964, depois de muita vacilação (com o objetivo de aplacar a

oposição dos norte-americanos), Goulart finalmente a sancionou, uma medida efetiva no sentido das reformas anunciadas – e exigidas – desde o início de seu governo.

No comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Goulart anunciou outras medidas práticas, efetivas, nesse rumo: a assinatura dos decretos de reforma agrária (desapropriando as terras que ficavam na faixa de 10 km de cada lado das rodovias federais, e 30 km à margem dos açudes) e de nacionalização das refinarias de petróleo particulares. Indicou também os decretos que viriam: a reforma política, com a extensão dos direitos de voto aos anal-fabetos e às praças de pré; a reforma universitária, com a liberdade de ensino e o fim das cátedras vitalícias; a reforma da Constituição, fortalecendo os poderes legislativos do Executivo; e, finalmente, a realização de um plebiscito para a aprovação das reformas de base.

Modelo associado-dependente

O modelo associado-dependente definiu-se no conflito com o modelo nacional desenvolvimentista e evoluiu a partir das idéias neoliberais contrárias à industrialização e à afirmação da independência nacional. Sua certidão de batismo pode ser vista na Instrução 113, de 17 janeiro de 1955, da Sumoc (o Banco Central da época), que, segundo Caio Prado Jr., “dava aos investidores estrangeiros o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licenças de importação exigidas para trazerem do exterior os equipamentos de que necessitassem”. Para Octávio Ianni, esse favorecimento ao capital estrangeiro não implicou “apenas a ‘desnacionalização’ da economia”, mas envolveu “a internacionalização crescente da economia nacional”.





Os autores da Instrução 113 foram o ministro da Fazenda, Eugenio Gudin, diretor no Brasil da multinacional norte-americana Amforp (American Foreign Power), o mesmo que, em 1944, queria o país dedicado apenas à agricultura, e seu *escudeiro*, Otávio Gouvea Bulhões, dirigente da Sumoc. Eram as autoridades financeiras do governo Café Filho, formado pelos golpistas que, em 1954, haviam levado Getúlio ao suicídio.

A semente lançada pela dupla Gudin/Bulhões floresceu no governo de Juscelino (1956-1961), cuja política econômica conciliou os interesses dos que queriam a industrialização do país com os interesses dos neoliberais. O latifúndio continuava intocado, o fomento à indústria atendia aos interesses da facção industrialista, o crescimento na oferta de empregos ajudava a conter as pressões dos setores populares e o apelo ao capital estrangeiro acenava com a possibilidade de bons negócios para o imperialismo e seus aliados internos.

Desde então o modelo associado dependente deslanchou, como mostrou o estudo de Maurício Vinhas de Queiroz sobre os grupos multibilionários (publicado em 1965), que analisou 55 grupos econômicos com capital superior a Cr\$ 1 bilhão (em valores da época). Na faixa dos grupos com capital entre 1 bilhão e 4 bilhões de cruzeiros, 65% eram nacionais; na faixa seguinte, com capital superior a 4 bilhões de cruzeiros, eram os estrangeiros que predominavam, com 53%. Entre os grupos multibilionários, 78% dedicavam-se à indústria. Os nacionais tinham destaque nos setores de exportação e importação; no setor bancário; e na indústria de bens não duráveis. Na indústria de base os nacionais aproximavam-se dos estrangeiros. Estes, por sua vez, dominavam os setores

de distribuição, principalmente de petróleo; a indústria; e a fabricação de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis. Finalmente, quase dois terços dos grupos nacionais (62,5%) tinham alguma forma de associação com outro grupo ou empresa estrangeira.

O modelo associado-dependente foi elaborado em dois movimentos. Em primeiro lugar, os conservadores brasileiros viam na associação com o imperialismo um caminho para o desenvolvimento sem alterações na estrutura da sociedade brasileira. Não é sem razão que Roberto Campos, ligado a Gudin e Bulhões, foi um dos principais defensores do emprego de capitais estrangeiros para o desenvolvimento do país e da integração da economia brasileira ao chamado bloco ocidental.

Por outro lado, havia os bem-definidos interesses do imperialismo na associação. Lincoln Gordon – que foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil e um dos fomentadores da oposição a Goulart e, depois, ao golpe – e Engelbert L. Grommers chamaram a atenção para isso, num escrito de 1962 sobre investimentos americanos no Brasil entre 1946 e 1960. Segundo eles, os interesses na associação entre americanos e brasileiros eram econômicos e políticos. Econômicos: “a associação reduz os gastos de capital requeridos por um projeto”, e o investidor estrangeiro se beneficia da experiência local de produção, do pessoal técnico e gerencial e dos mecanismos de distribuição já instalados. Políticos: a associação “pode significar proteção contra pressões nacionalistas”.

Mas a propaganda do imperialismo e de seus aliados mascara essas vantagens e atribui a *necessidade* do capital estrangeiro a pretensas debilidades econômicas, administrativas e tecnológicas dos países que hospedam as multinacionais – deficiências que, na análise de Gordon e Grommers, não existem. Depois do golpe militar de 1964, o IPES (uma entidade formada para servir de biombo para os golpistas, financiada em larga escala pelos norte-americanos) estimulou empresas brasileiras a se associarem a multinacionais, “argumentando que eram óbvias a falta de capital e as necessidades de aperfeiçoamento tecnológico das empresas locais”, diz René A. Dreifuss. Esse argumento *modernizante* (o mesmo que é repetido até a exaustão em nossos dias) encobria o fato de que, com a política econômica adotada pela ditadura, não havia alternativas. “Com o papel do Estado bastante reduzido”, diz Dreifuss, “restaram poucas opções para essas firmas a não ser se associarem a companhias multinacionais, a fim de sobreviverem à forte concorrência.”

Modelo da Escola Superior de Guerra

Os militares no Brasil, desde a República Velha, defendem a modernização da sociedade brasileira com o objetivo de atender interesses corporativos próprios. A necessidade de implantação de uma base industrial sólida, capaz de dar ao país auto-suficiência na produção de armas e suprimentos bélicos; a necessidade de garantir o controle dos recursos naturais do país, particularmente os minerais; a imposição da existência de uma matriz energética autônoma; o imperativo da construção de uma infra-estrutura de comunicações capaz de integrar o território nacional – essas são algumas das preocupações tradicionais dos militares brasileiros.

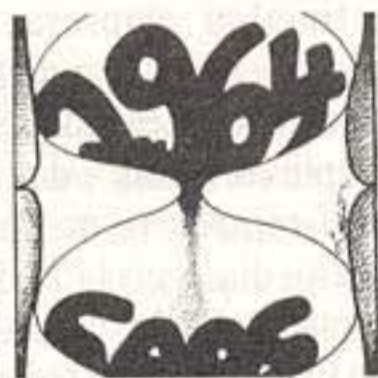
Depois da eleição de Vargas para a presidência, em 1950, o general Newton Estilac Leal, um dos futuros líderes da campanha do petróleo, deixou claro o pensamento dos setores nacionalistas do Exército, interessados em um governo que implantasse uma política econômica que desse autonomia à defesa nacional: queremos “um Brasil industrial, que dê navios mercantes e de guerra (...), aviões (...), canhões e carros de combate”, disse ele.

Estilac Leal era um militar nacionalista, e o modelo de desenvolvimento que ele preconizava era o nacional-reformismo de Vargas. Mas não foi essa a tese que prevaleceu entre os militares, mas sim o pensamento da Escola Superior de Guerra, uma instituição criada em 1949, no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, inspirada no National War College, dos Estados Unidos, e que desenvolveu, inspirada pelos norte-americanos, a ideologia da ditadura militar pós 1964 e a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento.

Essa doutrina, diz Maria Helena Moreira Alves, parte da tese de que a segurança nacional exige o desenvolvimento dos recursos produtivos, a industrialização, a efetiva utilização das riquezas naturais e uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território e o treinamento de força de trabalho especializada. O subdesenvolvimento precisa ser vencido, pois torna o país vulnerável àquilo que seus idealizadores chamavam de “estratégia indireta dos comunistas”.

Esse modelo estava enraizado, portanto, no pensamento militar que vinha, pelo menos, desde os tempos do *tenentismo*. Diferenciava-se de projetos semelhantes dos militares nacionalistas por sua opção clara pelo modelo associado-dependente. Tratava-se, neste caso, de atrair capitais, tecnologias e empresas estrangeiras para acelerar o crescimento industrial e criar, de um salto, a grande potência do sonho desses ideólogos militares.

A política econômica de Castello Branco baseou-se nas velhas idéias de Bulhões e Campos



Mas, diferentemente dos neoliberais, que defendiam um *Estado mínimo*, inspirado nas teses liberais clássicas do século XVIII, o modelo de desenvolvimento da Escola Superior de Guerra não desprezou a potencialidade reguladora do poder de Estado, de base keynesiana, tida como capaz de conservar as vantagens do sistema capitalista e eliminar seus problemas. “Trata-se”, diz Maria Helena Moreira Alves, “de um modelo de desenvolvimento capitalista baseado numa aliança entre capitais do Estado, multinacionais e locais. O Manual da ESG considera a contribuição das corporações multinacionais positiva para o desenvolvimento econômico de um país, apesar de poder gerar considerável oposição interna.”

Daí a ênfase na questão do poder político. A vida política, econômica, social e cultural do país passava a ser encara-



da em termos rigidamente militares. A segurança nacional tornou-se dogma, e as divergências tinham de ser eliminadas em nome da racionalidade do sistema. O modelo de desenvolvimento da Escola Superior de Guerra resolveu esse problema à força das baionetas, em nome da doutrina de segurança nacional.

Embora tenha prevalecido, esse modelo não era consensual entre os militares e teve de impor-se à força mesmo nos quartéis. Embora a corrente militar nacionalista e democrática dos anos 50 e 60 tenha sido dizimada, entre os novos ocupantes do poder não havia unidade de pontos de vista. Militares nacionalistas de direita continuaram na ativa. Eram os homens da tropa, como o general Costa e Silva, alheios aos doutrinários da ESG, como os generais Castello Branco ou Golbery do Couto e Silva. Esse nacionalismo de direita foi a base da linha dura do novo regime, composto por homens que encaravam a missão militar de forma absoluta e se propunham a usar o poder do Estado não só para acabar com o chamado *inimigo interno*, mas também para intervir na economia de forma radical, construindo uma economia moderna e poderosa. O foco da divergência não era a presença do capital estrangeiro, que a direita militar aceitava, mas sim o papel do Estado no desenvolvimento do país. Assim, o novo poder nascia dividido, uma situação que pode explicar a evolução contraditória da ditadura—ela nasceu contra o estatismo do modelo nacional-desenvolvimentista, mas fomentou a maior intervenção



do Estado na economia da história brasileira.

Depois de 1964, diz Octávio Ianni, o desenvolvimentismo deu lugar à ideologia da modernização. Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões – da mesma turma que, em 1944, foi contra a industrialização e que, em 1954, ensaiou um governo baseado em teses neoliberais – tinham agora o caminho livre para seus experimentos baseados no receituário clássico recomendado pelo FMI, posto em prática com a implantação do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), de agosto de 1964, elaborado por Campos e Bulhões.

Seu objetivo era a luta contra a inflação. Previa um drástico corte nos gastos do governo, restrições ao crédito, arrocho salarial e aumento dos impostos. As tarifas públicas foram aumentadas para aumentar a receita do governo; e o aparelho fiscal modernizado, a fim de melhorar a arrecadação e combater a sonegação. Qualquer semelhança com os programas que hoje, 30 anos depois do golpe, são correntes na praça, *não é* mera coincidência, é bom advertir!

Em consequência dessa política econômica, acelerou-se a desnacionalização da economia brasileira. As restrições de crédito deixaram muitas empresas brasileiras em grave situação, facilitando sua compra por estrangeiros, a preços quase sempre aviltantes.

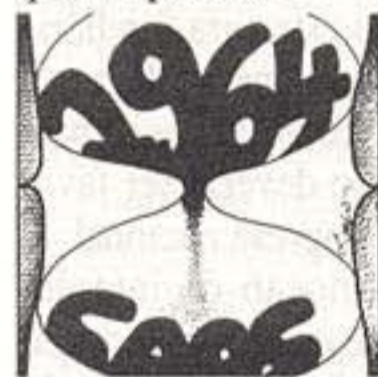
Em julho de 1964, antes mesmo do PAEG, a política de Roberto Campos chocou-se com a oposição de cafeicultores e industriais, atingidos pela restrição ao crédito; de

trabalhadores, que defendiam seus salários; de setores da classe média, esmagados pelo peso dos impostos. Em São Paulo, em 1965, mais de cinco mil fábricas fecharam. Em 1965, o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Eurico Amado, acusava o PAEG pelas dificuldades. “O crescimento da indústria nacional foi estancado e a produção, na maioria dos setores industriais, declinou”, denunciou ele.

Para os trabalhadores, a consequência era miséria, dificuldades, deterioração salarial. Tomando-se como base o ano de 1957 – quando atingiu seu ponto mais alto desde sua implantação, em 1940 –, o salário mínimo perdeu 20% de seu valor real em 1960, 25% em 1964 e 40% em 1966.

O governo Castello Branco adotou uma política de verdadeira rendição aos interesses do imperialismo. Problemas do passado, como a nacionalização da Amforp e da ITT, foram resolvidos com a sua compra, pelo governo militar, pelo preço imposto pelos norte-americanos. A lei de remessa de lucros de Goulart foi revogada, substituída por uma mais liberal e favorável aos investidores externos. As mineradoras estrangeiras tiveram seus interesses equacionados, e a própria política agrária do novo governo destinava-se a agradar ao imperialismo e seus aliados internos. Roberto Campos eliminou os temores de uma reforma agrária e estimulou a produção de gêneros exportáveis, em detrimento da produção de alimentos para consumo interno.

“O próprio conceito de nação entra em debate”, diz Octávio Ianni. Depois de 1964, a ênfase na independência nacional é substituída pela doutrina da interdependência, exposta por Castello Branco num discurso pronunciado no Itamaraty, em julho de 1964: “no presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio de posição política e ideológica entre os dois centros de poder, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político”.



A ideologia de 1964 permanece nas teses neoliberais da direita e de seus apologistas

Era a política do alinhamento automático com os Estados Unidos nas questões de política externa, e de ênfase militar no combate ao chamado *inimigo interno*, deixando a responsabilidade pela defesa externa principalmente aos norte-americanos. “A independência é um valor terminal.” Sua expressão política “foi desfigurada”, e “perdeu sua utilidade descritiva”, disse Castello naquele discurso. “O conceito de independência é operacional somente sob certas condições práticas.”

No início de 1965, Castello Branco alinhavou os obstáculos que, em seu pensamento, era preciso superar: “o fatalismo do consumidor, que acredita na inevitabilidade da alta dos preços e a ele se submete passivamente, ao invés de barganhar com os fornecedores e premiar os mais baratei-

ros”; “a indiferença do produtor à qualidade e custos, habituado a tudo vender, transferindo custos ao consumidor, despreocupado da eficiência e protegido contra a concorrência pela exacerbação da demanda inflacionária”; “a ilusão do assalariado, seduzido pela promessa de altos salários nominais, superiores às possibilidades reais da economia e que por isso mesmo logo se esvaem na trágica espiral dos preços”; “a frustração do poupador, que vê sua moeda esvaír-se e conclui em favor do consumo, da especulação ou da exportação de seu dinheiro, em país tão necessitado de investimentos produtivos”.

É o mesmo discurso que, hoje, os representantes das mesmas correntes que conspiraram em 1964 contra a ordem constitucional defendem, a pretexto da modernização do país – e que pretendem, à força, inscrever na Constituição brasileira numa revisão espúria e ilegítima. Os golpistas de 1964 diziam que seu movimento era contra o comunismo, a inflação e a corrupção. Eram teses para consumo público. Na verdade, seu programa era a modernização capitalista conservadora do Brasil, o mesmo programa que hoje anima os neoliberais.

Em 1964, como atualmente, falava-se em eficiência empresarial, cujo modelo era a grande empresa brasileira e a multinacional. As empresas brasileiras menores, como hoje, eram vistas como ineficientes, tecnologicamente atrasadas, que só sobreviviam devido à proteção estatal. O papel do Estado, pensavam, devia ser drasticamente reduzido, e sua intervenção na economia, eliminada. O Estado era visto como um administrador ineficiente e perdulário, e as empresas estatais deviam ser privatizadas.

A história mostrou que, mesmo com seus poderes ditatoriais, os conspiradores não conseguiram colocar essa tese em prática completamente. Para o campo, em lugar da reforma agrária, falavam em modernização agrária, e o resultado foi a manutenção de uma estrutura fundiária arcaica e a exclusão de milhões de camponeses da posse da terra. O capital estrangeiro era tido como essencial para o desenvolvimento do país, e por isso deveria ser favorecido à custa do fortalecimento da empresa nacional. O nacionalismo foi substituído pela noção de interdependência, e o Brasil devia integrar-se no bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos (hoje fala-se em integração com o Primeiro Mundo, mas é a mesma coisa) para poder avançar. Finalmente, a lógica do grande capital que comandou o golpe (como comanda hoje o projeto neoliberal) impunha enormes sacrifícios aos trabalhadores e exigia que estes se conformassem com a parte que lhes era destinada da riqueza nacional.

Atualmente, os neoliberais e os *modernizadores* falam na agenda dos anos 50 como coisa ultrapassada. A história do debate nos anos 50 e da ditadura militar que o enterrou mostra, contudo, que foram as teses conservadoras, ainda mais antigas, que prevaleceram e que o programa nacional reformista, embora limitado, previa uma solução para os problemas nacionais mais avançada do que a imposta pelos militares e pelos neoliberais. Deu no

que deu – os problemas nacionais foram agravados, e muitos dos pontos da agenda dos anos 50 continuam na ordem do dia, indicando que aquele programa – que, na realidade, não pode ser reproduzido automaticamente em nossos dias – é um excelente ponto de partida para o equacionamento de um programa mais avançado para a sociedade brasileira.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista

Bibliografia

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*, Petrópolis, Vozes, 1984.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 1977.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961/1964)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil – as experiências do Estado Novo e da democracia populista: 1937/1964*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981.
- FIECHTER, Georges-André. *O regime modernizador do Brasil, 1964-1972*, Rio de Janeiro, FGV, 1974.
- GUILHERME (dos Santos), Wanderley. *Reforma contra reforma*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MENDONÇA, Sonia Regina. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente – da industrialização restringida à internacionalização”, in *História Geral do Brasil (Da colonização portuguesa à modernização autoritária)*, Linhares, Maria Yedda (coord.), Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- O Estado de S. Paulo*, 31-3-1978; 7-8-1988 (Entrevista com Lincoln Gordon); 9-12-1990; 30-3-1994; 31-3-1994; 1-4-1994.
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1971.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castello Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao marechal Castello Branco)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

O plano FHC ou a via tucana do ajuste

LUIS MARCOS GOMES

O plano FHC corresponde ao projeto de ajuste da economia à nova ordem mundial que o imperialismo tenta impor ao Brasil desde 1982, e que já foi adotado no México, na Argentina e no Chile

O plano de estabilização econômica do ministro Fernando Henrique Cardoso (plano FHC), cuja segunda etapa iniciou-se no começo de março passado com a introdução da Unidade Real de Valor (URV), não é absolutamente um plano neutro em relação aos interesses do país face aos credores externos, nem em relação aos setores assalariados face aos grandes monopólios. O plano, como a fase anterior do chamado "ajuste fiscal" já deixava entrever, representa o mesmo projeto de ajuste da economia brasileira ao desenho da nova ordem mundial, ajuste que o capital financeiro internacional, particularmente o norte-americano, vem tentando impor ao Brasil desde 1982, quando estourou a crise da dívida externa.

O plano FHC faz o mesmo diagnóstico e propõe as mesmas soluções do modelo neoliberal de Collor



Dos países capitalistas periféricos hegemônicos pelos EUA, o Brasil é um dos poucos que ainda não se enquadrou plenamente, o que já ocorreu, por exemplo, com o México, o Chile e a Argentina. Isto se deve a um conjunto de fatores, entre os quais pode-se citar a complexa situação política interna, a dificuldade de as elites dominantes chegarem a um consenso (o que o ministro Fernando Henrique parece estar, finalmente, conseguindo) e a resistência da oposição de extração democrático-popular e nacionalista (ver quadro 1 na página 24).

O plano FHC faz o mesmo diagnóstico e propõe as mesmas soluções que o governo Collor procurava adotar, diferenciando-se apenas quanto à forma de implementação do receituário neoliberal ao país, podendo, por isso, ser chamado de "via tucana" do ajuste. O plano tem como referência cronológica básica o dia 15 de abril, estabelecido, ainda no governo Collor, entre o ministro Marcílio Marques Moreira e o comitê dos bancos credores, como data limite para se chegar a um acordo geral

sobre a dívida externa. Antes deste acordo com os credores privados, Marcílio havia feito um novo acordo com o FMI. Na ocasião (fins de 1991), segundo o jornal *Gazeta Mercantil*, o ministro Marcílio "fez um paralelo com os acordos anteriores, dizendo que havia uma diferença, pois o acordo envolvia um ajuste fiscal respaldado em reformas estruturais profundas".¹

A receita completa deste "ajuste fiscal" e destas "reformas estruturais profundas", que visam, em primeiro lugar, garantir a segurança dos pagamentos internacionais a serem feitos pelo país, inclui grandes modificações na configuração do Estado brasileiro, inclusive a privatização das estatais; passa pela chamada reforma fiscal e monetária, pela reforma tributária e da previdência social, pelo fim do monopólio estatal na área do petróleo e das telecomunicações e pela total liberalização do mercado brasileiro – tudo isso para ampliar consideravelmente as possibilidades de superacumulação capitalista dos grupos monopolistas internacionais e nacionais e reduzir, ao mínimo, a parcela do excedente a ser apropriado pelo aparelho do Estado, tanto para seu custeio como para financiar programas sociais. Por isso é que é fundamental para seus defensores a realização da revisão constitucional, no sentido de remover, da atual constituição, todos os dispositivos que impedem ou dificultam o ajuste.

A grande novidade da segunda fase do plano de estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso é a introdução da Unidade Real de Valor como indexador geral da economia, obrigatório para os salários (convertidos compulsoriamente pela média dos valores recebidos nos quatro últimos meses) e facultativo para os demais preços. A URV é uma espécie de prévia para a chegada do real, moeda, segundo o ministro, forte e estável, lastreada sobretudo nas reservas internacionais do país. O plano está concebido para adotar a nova moeda, fortemente atrelada ao dólar, depois de atendidas, pelo menos, duas condições: primeira, a eliminação do déficit público e o estabelecimento até mesmo de um excesso de arrecadação, o que teria sido conseguido com o "ajuste fiscal", praticado pela equipe do ministro, sobre o



orçamento de 1994 e com a promulgação da emenda constitucional que criou o Fundo Social de Emergência (FSE); segunda, após isso, com a eliminação da chamada “inflação inercial”, ou seja, a alimentação da inflação presente pela “memória” da inflação passada, o que seria conseguido com a introdução da URV. Assim, quando todos os preços estiverem indexados à URV e alinhados entre si, ficará mais fácil passar-se à terceira fase do plano: a criação do real.

Não vamos discutir aqui um dos pontos essenciais do plano FHC, ou seja, a idéia de que a causa básica da inflação no Brasil são os gastos do governo e que estes geram o chamado déficit primário.² Esta posição desconsidera que o grande problema do setor público é o déficit operacional provocado pelo gigantesco serviço da dívida pública e não apresenta explicações convincentes sobre a situação dos países capitalistas centrais, todos com elevados déficits públicos e com taxas anuais de inflação muito baixas.³

Simonsen: “A MP 434 não só disfarça a dolarização como a situa em cima do muro, bem ao gosto tucano”



Um primeiro aspecto a se considerar nessa nova etapa do plano FHC é que ele avança no sentido da completa dolarização da economia brasileira. Na exposição de motivos que acompanhou a decretação da URV, está escrito: “A terceira etapa do programa de reforma monetária iniciar-se-á com a primeira emissão do real. O real será uma moeda lastreada

nas reservas internacionais e também no patrimônio da União”. E, mais adiante: “Esta emissão inicial, bem como todas as outras que se lhe seguirem, serão sempre feitas mediante consignação, na mesma data e em valor igual ou superior, de reservas internacionais e ações de companhias estatais dotadas de liquidez imediata nos mercados internacionais”.⁴ Alguns analistas consideraram que o governo estava evitando a plena dolarização e a imposição de uma taxa de câmbio fixa, como ocorreu na Argentina com o plano Cavallo, que proibiu, no artigo 6º da medida provisória nº 434, qualquer contrato com indexação vinculada à variação cambial e vinculou a variação mensal da URV à média aritmética de três índices de preços, calculados por três diferentes instituições: índice de preços ao consumidor (IPC), da FIPE; índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA-E), do IBGE; e índice geral de preços do mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

O que se deve considerar, no entanto, é que a concepção e o rumo do plano apontam para a plena dolarização, mas feita “à moda tucano”, como observou o ex-ministro e teórico tupiniquim do capital financeiro, Mário Henrique Simonsen. Para ele, “obviamente, o sucesso do plano de estabilização depende da possibilidade de manter uma taxa de câmbio fixa”. E acrescentou que “o país deve operar como se estivesse no padrão-ouro, não emitindo um centavo para financiar o setor público”.⁵ Simonsen diz que a “MP 434 não apenas disfarça a dolarização, mas a situa em cima do muro, bem ao gosto tucano”, isto porque “a idéia de que o governo adotará uma paridade fixa entre o real e o dólar é uma presunção lógica, mas não amparada na MP 434. A decisão competirá ao Conselho Monetário Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 5º”. Conclusão final de Simonsen: para que os “agentes econômicos” (leia-se grandes bancos e monopólios que controlam a economia e fixam os preços) se convençam de que haverá estabilidade, “é preciso exigir que a emissão de moeda seja lastreada em reservas cambiais”.

Quando se diz que o plano FHC aprofunda a dependência do país ao capital financeiro internacional, deve-se levar em conta que, em certa medida, a economia brasileira já é bastante “dolarizada”. É o dólar que comanda as cotações de grande parte dos produtos que o país exporta e importa; a maior parte da dívida externa brasileira foi contraída em dólar e está em mãos de bancos norte-americanos; e a América Latina é a “zona de influência” mais tradicional do imperialismo norte-americano. No entanto os ajustes atuais estão ultrapassando esses limites.

Se o Brasil passar a lastrear sua moeda em divisas internacionais (que são sobretudo dólares) e não no conjunto de bens e serviços disponíveis em sua economia, se renunciar à utilização de sua moeda de forma soberana e aceitar regras rígidas de emissão vinculadas às reservas em dólar e se aceitar que sua principal autoridade monetária, o Banco Central, administre a moeda de forma descolada dos interesses nacionais (e, no fundo, é isso que quer o capital financeiro ao exigir um Banco Central “independente”), estará dando mais um passo em direção ao ajuste global e diminuindo mais ainda sua soberania. Estará também facilitando extremamente os interesses do país emissor de dólares, os EUA, que praticam sua política monetária segundo seus próprios critérios. Como

diz Suzanne de Brunhoff, o poder do Estado mais poderoso do mundo foi reforçado pela utilização da “senhoriagem”, privilégio exercido pela nação cuja moeda serve de unidade de cálculo e de meio de pagamento internacional. Segundo Brunhoff, os EUA, “podendo financiar o déficit de sua balança de pagamentos com sua própria moeda, sem liquidar seus ativos no exterior, aproveitaram-se disso para conseguir direitos sobre os recursos dos outros países, sem realmente pagá-los”.⁶ Com a dolarização plena o Estado brasileiro terá renunciado à sua própria senhoriagem e transferido este direito, de forma plena e cabal, para o governo norte-americano.

Abrindo mão da soberania monetária e cambial, o Brasil ajuda os EUA a resolverem sua crise



Outro efeito negativo da dolarização plena recai sobre o comércio exterior. Se o Brasil adotar uma taxa fixa de câmbio entre o real e o dólar (por exemplo, um real igual a um dólar), poderá ocorrer uma sobrevalorização cambial, ficando os produtos brasileiros caros e os importados baratos, sem que a situação possa ser contornada, porque a política cambial estará engessada. Aliás, atualmente, em sua monumental disputa comercial com o Japão, exatamente devido ao crescente déficit comercial com aquele país, que passou de US\$ 41 bilhões, em 1990, para US\$ 59 bilhões, em 1993, os EUA têm forçado a desvalorização do dólar face ao iene como principal arma para tentar reverter esta situação. No mesmo período (1990-93), a relação iene/dólar caiu de 150 para 104 (ou seja, os produtos norte-americanos ficaram mais baratos em relação ao iene: antes, com 150 ienes se obtia 1 dólar e, agora, compra-se o mesmo dólar com 104 ienes).⁷ Dolarizando sua economia e renunciando a uma política monetária e cambial própria, o Brasil também estará “contribuindo” para resolver a crise dos Estados Unidos. Nesse sentido, os ajustes que caminham nessa direção, como o plano FHC, constituem uma nova versão do antigo colonialismo. É essa a avaliação de Roberto Mangabeira Unger, professor da Universidade de Harvard. Diz ele: “O real é o dólar. Vincular a moeda nacional ao dólar – diretamente, como na Argentina, ou indiretamente, como no México – é embutir o colonialismo na moeda e aceitar a sobrevalorização cambial. Cria-se pouco a pouco uma situação em que manter o câmbio significa estrangular a capacidade exportadora, subsidiar o consumo privilegiado e agradar os investidores nacionais e estrangeiros”.⁸

Outro grande eixo a se considerar no plano FHC foi a maneira com que ele tratou salários e demais preços, na busca do famoso “alinhamento” dos preços relativos antes da introdução do real. Como se sabe, o plano decretou a conversão dos salários, a partir de março, pela média dos valores recebidos nos quatro meses anteriores e deixou os demais preços flutuando, situação que perdurava até o final de março, quando este artigo foi concluído. É necessário lembrar que, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o

Ministério da Fazenda, em junho de 1993, a inflação mensal andava pela casa dos 25% e, quando o plano foi anunciado, atingia um nível mensal de 40%. Os salários estavam, portanto, pressionados por uma inflação ascendente. A política salarial vigente estava corrigindo os salários correspondentes a até seis mínimos de dois em dois meses, aplicando o redutor de 10% (resumidamente, aplicava-se o IRSM, Índice de Reajuste do Salário Mínimo, menos 10%), sendo que, para esta faixa, havia a reposição das perdas de quatro em quatro meses. Ora, num processo de inflação ascendente, com uma defasagem do índice de reajuste de cerca de 45 dias, mesmo as categorias com maior poder de barganha, que conseguiam aplicar o reajuste pleno, estavam perdendo, porque repunham a inflação passada, digamos de 30% ao mês, mas a inflação passada (mais próxima do presente) já era de 35%; em seguida, conseguiam repor 35%, mas a inflação já pulara para 40%. Se mesmo estas categoria estavam perdendo, imagine-se então a situação para aquelas que seguiam a política oficial, do chamado redutor. Estas, também num exemplo resumido, conseguiam repor 20% (30% menos o redutor de 10%), quando a inflação já era de 35%! Vinham, portanto, num processo de perdas aceleradas. O plano, ao adotar o critério da média do salário efetivo obtido nos quatro meses anteriores, sacramentou estas perdas, ou seja, operou a transformação dos salários em URV a partir de um índice comprimido. As perdas foram bastante diferenciadas, variando de categoria para categoria, em função do acordo salarial vigente para cada uma e da sua data-base. As que mais perderam foram aquelas que se submetiam à política salarial oficial e que, no momento da transformação, estavam mais distantes da data-base anual. Em função dessas diferenças significativas, o movimento sindical teve dificuldade de articular uma resistência maior e se mobilizar.



De média em média o salário perde com os planos: o pico de hoje foi a média de ontem

No entanto, as perdas salariais no decorrer da década foram muito grandes, como mostra o quadro 2 (ver página 25). Por volta de 1980, os salários representavam 50% da renda interna urbana do país, caindo para 38% em 1988 (uma queda de 24% neste curto período, o dobro da verificada entre 1949 e 1980). Pode-se deduzir que esta enorme queda da participação relativa da massa salarial na renda ao longo dos anos 80 tenha sido provocada por uma combinação de recessão, inflação desenfreada e mudança do perfil tecnológico das empresas, que passaram a empregar cada vez menos trabalhadores. É também pela imposição de planos como o FHC, que comprimem os salários a partir da “média”, sendo que o “pico” de hoje foi a “média” de ontem. De plano em plano, de “média” em “média”, usando-se de uma lógica que sempre joga contra os trabalhadores, vai-se conseguindo achatando os salários. Por outro lado, vê-se que, no período 1980-88, cresceu enormemente a



participação relativa dos juros e lucros na renda, que passou de 50% para 62%, também como resultado inexorável desse processo.

O método utilizado pelo plano para conseguir o alinhamento dos demais preços foi o de deixá-los flutuar em URV. E aí, obviamente, funcionou a lei do mais forte em cada setor da economia e em suas diversas interligações. Numa economia fortemente monopolizada, como a brasileira, onde cada setor de peso é dominado por poucas empresas e o crédito é controlado por um punhado de grandes bancos, o plano FHC alinhou-se descaradamente ao lado dos monopólios e do setor financeiro, deixando “o mercado” acertar os critérios de conversão dos preços em URV. A única ameaça concreta feita pelo governo foi a de baixar a alíquota de importação dos produtos que apresentassem inflação em URV, como no caso de certos produtos farmacêuticos. Apesar da grande margem de folga com que os monopólios estavam operando, pois tomaram fôlego durante todo o ano de 1993, elevando seus preços muito acima da inflação, aproveitando-se do imobilismo do governo Itamar e da complacência do ministro Fernando Henrique, o problema da inflação em URV já era uma hipótese concreta. Setores oficiais já admitiam que, caso o real fosse adotado em julho próximo, haveria uma inflação na nova moeda, que poderia chegar a 15% até o final do ano.⁹ Nessa hipótese, os assalariados serão novamente prejudicados, porque o governo se recusou a aprovar um “gatilho salarial” que seria acionado toda vez que a inflação em URV (ou em real) atingisse 5%, sob a alegação de que não haveria inflação.

Cumprida a agenda interna, com o ajuste fiscal, a introdução da URV, o enquadramento dos salários e o anúncio da dolarização com a breve entrada em cena do real, o ministro Fernando Henrique se abalou para Washington, a fim de receber a aprovação do FMI. A agenda externa estava prevista para ocorrer do seguinte

modo: o FMI aprovaria o plano do ministro, inclusive os números de sua equipe sobre o controle do déficit público, além da política monetária e cambial, e fecharia com o Brasil um empréstimo *stand by* (empréstimo de emergência) de US\$ 1 bilhão; com base neste acordo, o governo norte-americano faria a emissão dos títulos especiais – denominados de *zero coupons bonds* –, no valor aproximado de US\$ 3 bilhões, que o Brasil compraria e que seriam apresentados como garantia inicial aos bancos privados credores do país (detentores de uma dívida de US\$ 52 bilhões), para fechar o acordo de renegociação da dívida externa, a ser escalonada num prazo de trinta anos, conforme o pacote anteriormente acertado pelo ministro Marcílio Marques Moreira, durante o governo Collor; finalmente, em 15 de abril, os bancos credores selariam o acordo, recebendo os títulos do Tesouro dos EUA adquiridos pelo Brasil e aderindo a diversas outras formas de renegociação da dívida.

O ministro se esforçou para cumprir o figurino, mas o FMI deu uma esfriada e não aprovou o empréstimo *stand by* de US\$ 1 bilhão. Na verdade, o Fundo sinalizou sua simpatia pelo plano FHC, pela revisão constitucional e pelo programa de privatização, mas deu a entender que precisava de garantias mais concretas, pois desde a crise de 82 já fizera com o país cerca de dez acordos, e nenhum fora cumprido integralmente. Tudo indica que o Fundo irá aguardar até que se complete a reforma monetária, com a chegada do real e a definição clara das regras que irão comandar sua emissão. Por isso, não deu seu aval total ao plano. E sem o aval do FMI, o Tesouro norte-americano não fez a emissão especial dos *zero coupons bonds* para o Brasil. No final, a operação toda acabou ficando muito mais cara para o país, pois o governo brasileiro resolveu bancar sozinho a compra dos US\$ 2,8 bilhões em títulos do governo norte-americano no chamado mercado secundário. Sacou este dinheiro das reservas internacionais do país para fechar o acordo com os bancos privados, que “aprovaram” a operação mesmo sem

ter saído o acordo com o FMI, o que foi comemorado com grande barulho pela imprensa brasileira.

Por que estes bancos não deveriam aceitar a oferta do ministro FHC? Para eles, afinal, a situação vem se arrastando desde 1982, o Brasil tem sido um país bastante incerto, que chegou até a suspender mais de uma vez seus pagamentos internacionais, e está, agora, às vésperas de uma eleição presidencial, com o candidato Lula liderando as pesquisas. Nessa situação, o país desembolsa sozinho quase US\$ 3 bilhões em títulos fortes e oferece estes títulos aos credores, como garantia inicial do acordo de renegociação da dívida externa. Para os credores, isso é ótimo: se Lula for eleito e não cumprir os termos do acordo, será ele que estará desrespeitando um acordo internacional, e o problema será dele e não dos bancos, que, de qualquer modo, terão lucrado com a troca que fizeram, pois o país não irá mais recuperar estes US\$ 3 bilhões. Por outro lado, se o ministro Fernando Henrique for o vitorioso nas eleições, a expectativa destes bancos é de que ele cumpra o acordo no qual teve participação tão vital. Assim, para o país, nada há a comemorar, pois o Brasil acaba de assumir um pesado encargo anual pelo serviço da dívida externa em poder dos grandes bancos internacionais (sobretudo norte-americanos), por um prazo de trinta anos. É mais um obstáculo gravíssimo ao seu desenvolvimento autônomo e voltado para as necessidades de seu povo.

A vitória de FHC na eleição de outubro será uma derrota para o país e para o povo



A consequência política mais notável do plano FHC foi a de transformar o ministro Fernando Henrique num pólo de aglutinação da reação e do conservadorismo, com o lançamento de seu nome como candidato à presidência da República, numa provável coligação PSDB/PFL. O capital monopolista internacional e nacional parece ter finalmente conseguido encontrar a tão buscada candidatura anti-Lula, contando com um nome não tão pesado (como Maluf) para tentar viabilizar eleitoralmente seu projeto e dar seqüência ao ajuste. Nestas circunstâncias, a vitória de Fernando Henrique nas eleições presidenciais deste ano representará uma enorme derrota das forças que buscam defender os interesses do Brasil e de seu povo. Por outro lado, frustraram-se completamente as expectativas (melhor seria dizer "ilusões") de setores da oposição democrática que acreditavam numa composição com o PSDB em apoio à candidatura Lula. De certo modo, o plano FHC e a candidatura Fernando Henrique ajudaram a limpar o cenário político, a partir da definição clara da cúpula do PSDB de se colocar à frente do projeto conservador. Neste contexto, cabe aos setores democráticos e populares conseqüentes intensificar os esforços para se unir em torno de um projeto alternativo, representado, na batalha eleitoral que se aproxima, pela candidatura Lula. Um projeto que englobe o campo popular, democrático e nacional e demarque com a

reação, a direita e o entreguismo. Um projeto que critique as propostas neoliberais, como o plano FHC, e apresente a perspectiva não de destruição do Estado Nacional, mas de sua democratização (incluindo o controle social das estatais), do enfrentamento do poder dos monopólios e do capital financeiro, além do problema das dívidas interna e externa. Um projeto que busque uma nova articulação de forças no terreno internacional, capaz de evitar o isolamento do país e que sirva de alternativa às propostas da "nova ordem" comandada pelos EUA.

LUIS MARCOS GOMES é economista e jornalista, foi editor de economia dos semanários *Opinião* e *Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989.

Notas

(1) Maria Clara R.M. do Prado, "Brasil já apresentou dez cartas de intenção ao FMI, que nunca foram cumpridas", *Gazeta Mercantil*, 18-3-94.

(2) Em 1993, segundo o Banco Central, o setor público fechou com um superávit primário de 2,7% do PIB e com déficit operacional de 0,9% do PIB. Ver *Boletim do Banco Central*, março de 1994.

(3) Para uma visão sobre o problema do déficit público e da inflação, ver o artigo de Lécio Moraes, "FHC e a hiperinflação para assalariados", revista *PRINCÍPIOS* nº 32, São Paulo, Ed. Anita, 1994.

(4) Esta "Exposição de Motivos" foi publicada pela *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2-3-94.

(5) Mário Henrique Simonsen, "Desta vez, existe a âncora do bom senso", revista *Exame*, São Paulo, 16-3-94. Todas as citações de Simonsen, feitas até aqui, são deste artigo. Em artigo posterior, Simonsen sugere que, para se evitar os incômodos de uma taxa de câmbio rígida, como ocorreu na Argentina, o governo adote para o real a taxa de câmbio por sistema de bandas. Assim, por exemplo, 1 real seria lastreado rigorosamente por 1 dólar, mas se admitiria uma oscilação de 15% na taxa de câmbio, para mais ou para menos, e o mercado fixaria a taxa entre 0,85 e 1,15 real. Seria uma mistura de dolarização com câmbio flexível. Ver seu artigo "O que fazer para evitar a inflação em real", revista *Exame*, 30-3-94.

(6) Suzanne de Brunhoff, *A hora do mercado - Crítica do liberalismo*, São Paulo, Ed. Unesp, 1991.

(7) Os dados estão na revista *Business Week*, edição de 14-3-94. A revista considera que não basta desvalorizar o dólar para combater o déficit comercial dos EUA, sendo necessário que o Japão promova a abertura de sua economia, sob pressão do governo Clinton. Ver o editorial "Why Japan Must Open up", *Business Week*, 28-2-94.

(8) Roberto Mangabeira Unger, "Estabilização colonial", *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18-3-94.

(9) Celso Pinto, "Inflação em real de 15% este ano", *Gazeta Mercantil*, 15-3-94.

FMI x Brasil: as tentativas de ajuste em meio à crise

| | |
|-------------------------|---|
| Setembro/1982 | Governo Figueiredo/Delfim. Após um período de elevação abrupta das taxas de juros internacionais, o Brasil fica sem divisas para pagar seus compromissos externos e "quebra". O governo Reagan "socorre" o Brasil e exige prévio acordo com o Fundo Monetário Internacional para renegociação com bancos credores norte-americanos. |
| Novembro/1982 | PMDB vence as eleições para governador em São Paulo e em Minas Gerais; Brizola se elege no Rio de Janeiro. |
| Janeiro, fevereiro/1983 | Delfim fecha acordo com FMI, fixando metas sobre déficit público, inflação, moeda e câmbio, por meio de "Carta de Intenção" assinada pelo governo brasileiro. |
| 1º semestre/1984 | Começa a campanha pelas eleições diretas, com comícios e mobilizações em todo o país. |
| Março/1984 | Delfim revê metas de acordo com FMI, que já haviam sido revistas no final do ano anterior. |
| 2º semestre/1984 | A emenda Dante de Oliveira sobre eleições diretas para presidente é derrotada no Congresso. |
| Dezembro/1984 | Brasil tenta novo acordo com o FMI. |
| Janeiro/1985 | O candidato Tancredo Neves derrota Paulo Maluf na eleição indireta para presidente, marcando o fim do regime militar com uma transição. |
| Março/1985 | Com a doença de Tancredo Neves, toma posse o vice José Sarney, egresso da antiga Arena. Tancredo morre em abril. |
| 2º semestre/1985 | Dilson Funaro substitui Francisco Dornelles no Ministério da Fazenda, acenando com uma política desenvolvimentista, fora da receita do FMI e do Banco Mundial. |
| Fevereiro/1986 | O governo Sarney/Funaro lança o Plano Cruzado, que congela preços e salários, cria nova moeda e implanta um gatilho salarial. |
| Novembro/1986 | O governo anuncia o Plano Cruzado II, que aumenta o preço de vários produtos e altera o cálculo da inflação. |
| 1º semestre/1987 | O Brasil decreta moratória parcial, pois o crescimento da economia e a taxa de câmbio fixada desde a implantação do cruzado estimularam importações e erodiram as reservas. As relações com o FMI voltam à estaca zero. |
| Julho/1987 | O ministro Luís Carlos Bresser Pereira, que havia substituído Funaro no Ministério da Fazenda, lança novo plano, introduz a Unidade de Referência de Preços (URP) como tentativa de fixar um único indexador para a economia. Na frente externa, Bresser tenta negociar novo acordo com credores, com base no valor da dívida no mercado secundário, sem sucesso. |
| 1º semestre/1988 | Mailson da Nóbrega substitui Bresser no Ministério da Fazenda e retoma política mais ortodoxa recomendada pelo FMI/Banco Mundial. Tenta renegociar a dívida externa e anuncia reformas liberalizantes. |
| Junho, setembro/1988 | Mailson fecha acordo com FMI e faz, em seguida, novo acordo com bancos credores do Brasil. |
| Outubro/1988 | É promulgada a nova Constituição, que, apesar da influência conservadora, mantém os direitos sociais, a previdência, a educação e a saúde como dever do Estado; o monopólio estatal para o petróleo e telecomunicações; a distinção entre empresa nacional e estrangeira; além de instituir amplas liberdades. |
| Janeiro/1989 | A inflação estoura de novo e o ministro Mailson lança novo choque econômico, o Plano Verão, que congela preços e salários. Introduce o cruzado novo, desvaloriza a moeda e congela o câmbio. O acordo da dívida externa fica comprometido. |
| Novembro/1989 | O candidato Fernando Collor vence as eleições e anuncia um programa de "modernização do Estado" e de liberalização da economia, apoiado pela mídia e entidades empresariais. |
| Março/1990 | Collor toma posse, adota novo plano econômico, que seqüestra a poupança popular, extingue órgãos públicos e cria o Programa Nacional de Desestatização. A mídia prossegue em seu apoio. |

| | |
|--------------------|--|
| Abril/1991 | Marcilio Marques Moreira substitui Zélia C. de Mello no Ministério da Fazenda e retoma a negociação da dívida externa dentro da fórmula proposta por Nicolas Brady, secretário do Tesouro dos EUA (o chamado Plano Brady). A fórmula previa a negociação da dívida entre os países devedores e os bancos com um certo desconto de seu valor nominal, sob supervisão do FMI e aval do Tesouro dos EUA. O México foi o primeiro a usá-la. |
| 2º semestre/1991 | É privatizada a siderúrgica estatal Usiminas, uma das mais modernas do mundo. Em seguida, seriam privatizadas a Cosipa e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). |
| Dezembro/1991 | O ministro Marcilio faz novo acordo com o FMI, seguindo o Plano Brady, e promete realizar no Brasil um "ajuste fiscal" respaldado em "reformas estruturais profundas". É fixada a data de 15 de abril de 1994 para o acordo com os bancos credores. |
| 1º semestre/1992 | Instala-se a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os negócios PC Farias/Collor. Começam as mobilizações contra o governo. |
| Dezembro/1992 | Collor é destituído e assume o vice Itamar Franco, hostilizado pela grande imprensa por suas tendências "estatizantes". |
| Janeiro, maio/1993 | O governo Itamar fica paralisado e sem rumo e tem três ministros da Fazenda em quatro meses: Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende. |
| Junho/1993 | O senador Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda com a inflação na casa dos 25% mensais. Na frente externa retoma os termos do acordo feito por Marcilio durante o governo Collor. A grande imprensa acha que Itamar "tomou juízo" e apóia FHC sem restrições. |
| Novembro/1993 | Pesquisas eleitorais indicam o candidato Luís Inácio Lula da Silva como o melhor situado, com cerca de 30% das intenções de voto. Paulo Maluf, segundo colocado, tem 13%. |
| Dezembro/1993 | Começa a revisão constitucional, tocada pelos partidos conservadores, para fazer as "reformas estruturais profundas" do Estado brasileiro exigidas pelo FMI e credores externos. |
| Janeiro/1994 | Fernando Henrique consegue acelerar o "ajuste fiscal", corta gastos e investimentos públicos no orçamento de 1994 e institui o Fundo Social de Emergência mediante emenda constitucional. Lula continua liderando as pesquisas e Maluf não cresce, por ter o maior índice de rejeição entre os prováveis candidatos. |
| Fevereiro/1994 | Fernando Henrique introduz a Unidade Real de Valor (URV), enquadra os salários, deixa os demais preços livres e anuncia a criação do real, moeda lastreada em divisas (dólares). A inflação já está passando dos 40% ao mês. |
| Março/1994 | FMI avalia metas do plano FHC e emite nota de apoio, mas não aprova empréstimo de US\$ 1 bilhão ao Brasil para financiar acordo com bancos credores. FHC negocia com comitê de credores, obtém "dispensa" de acordo com FMI e gasta US\$ 3 bilhões em títulos do Tesouro dos EUA para entregar aos credores em 15 de abril, conforme esquema do Plano Brady. Bancos exultam com acordo após mais de onze anos de problemas. Fernando Henrique deixa o Ministério da Fazenda para se candidatar à presidência da República, numa provável coligação PSDB/PFL, como alternativa anti-Lula e como campeão do "ajuste" do país ao esquema internacional. |

QUADRO 2

Salários, lucros e juros na renda interna urbana entre 1949 e 1988

| anos | rendimentos do trabalho (%) | lucros, juros e outros rendimentos (%) |
|-------|-----------------------------|--|
| 1949 | 56,6 | 43,4 |
| 1959 | 55,5 | 44,5 |
| 1970 | 52 | 48 |
| 1980 | 50 | 50 |
| 1984 | 46,7 | 53,3 |
| 1988* | 38 | 62 |

Fonte: IBGE e DIEESE, Anuário estatístico dos trabalhadores/1993.

* Estimativa dos autores do Plano Verão.

Dolarização e regressão monetária

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

A dolarização que o Banco Mundial quer para o Brasil é semelhante ao regime monetário que a Inglaterra e outras potências européias usavam nas colônias da África, Ásia e Caribe

O debate brasileiro sobre relações internacionais e modernidade tem passado ao largo de um aspecto crucial: a dimensão monetária do relacionamento externo do país. Pretendemos neste artigo tratar deste aspecto da questão, destacando o caráter paradoxal de certas proposições supostamente modernizadoras de reforma monetária e estabilização. Veremos que muitas dessas propostas significam, na verdade, uma *regressão* em termos de história monetária, isto é, uma volta a formas ultrapassadas de organização das instituições monetárias.

É dentro desta perspectiva que objetivamos avaliar as propostas e programas de "dolarização" da economia, discutindo em especial a possibilidade de aplicar este receituário ao caso brasileiro. O interesse pelo tema cresceu com o programa de estabilização iniciado por Fernando Henrique Cardoso, uma vez que as medidas por ele adotadas ou anunciadas parecem apontar na direção da dolarização.

Limitações de espaço não permitem que se discuta neste trabalho todos os efeitos dos processos de dolarização, que, como se sabe, afetam a economia sob os mais variados pontos de vista. As considerações apresentadas a seguir parecem suficientes, contudo, para desencorajar qualquer tentativa desse tipo em uma economia com as características da brasileira.

1. Conceitos de dolarização

O termo "dolarização" possui dois sentidos básicos que conviria distinguir desde logo. Pode designar, por um lado, a tendência espontânea dos agentes econômicos, que se manifesta no plano microeconômico, de substituir a moeda nacional pelo dólar após um período de inflação elevada. Por outro lado, pode designar a utilização da moeda estrangeira como ponto central de referência ou elemento básico de um programa de estabilização macroeconômica.

No primeiro sentido, a dolarização constitui uma espécie

de reforma monetária produzida pelo mercado, isto é, um processo sem coordenação central pelo qual a moeda doméstica vai sendo abandonada progressivamente como unidade de conta, padrão para pagamentos diferidos, reserva de valor e até mesmo meio de troca.

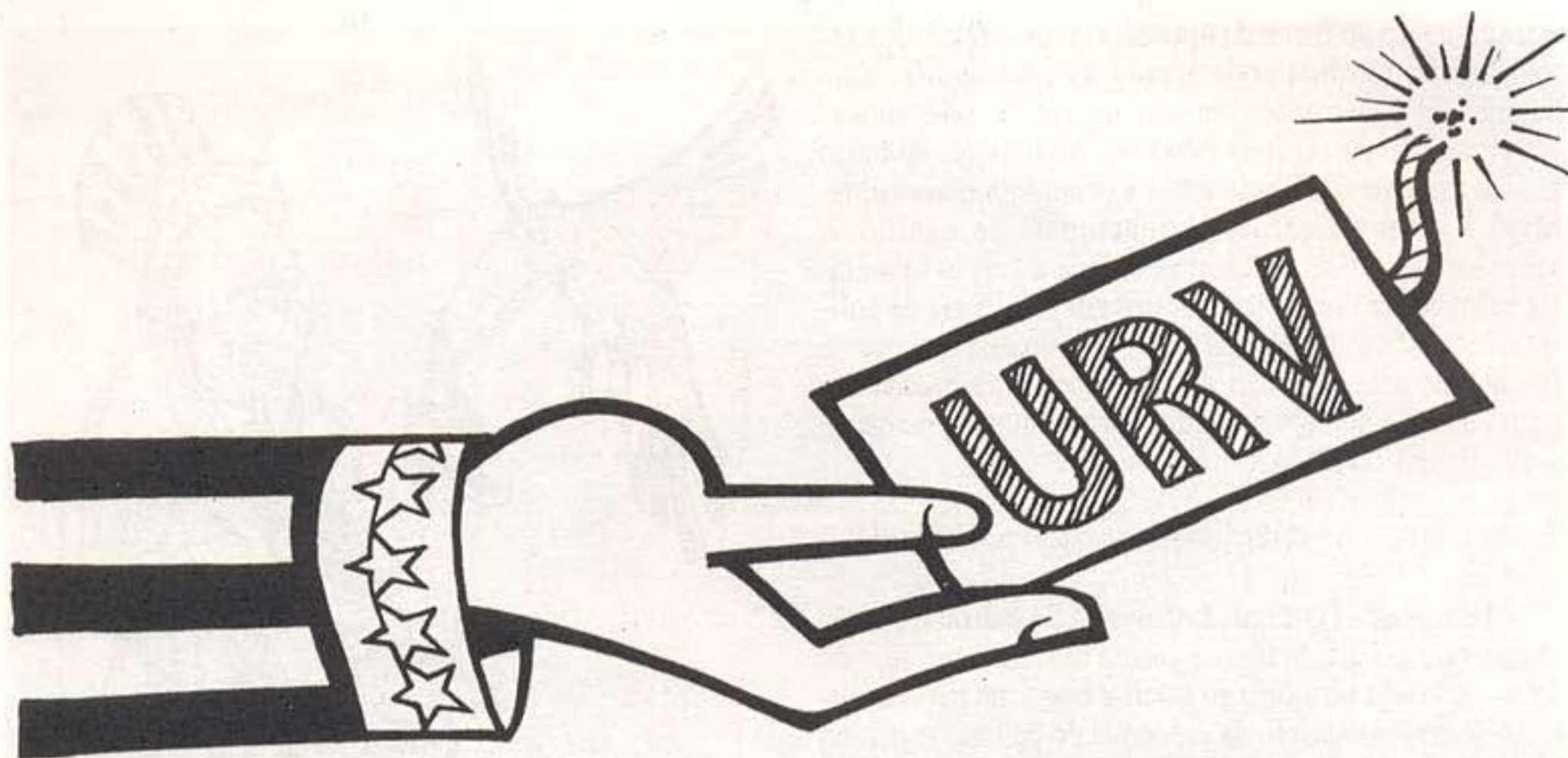
Mas é no segundo sentido que estaremos usando o termo dolarização durante a maior parte deste trabalho. O que se procurará discutir são as características gerais e implicações da dolarização, entendida como mecanismo de estabilização e reforma monetária supostamente apropriado para economias atingidas por grave crise inflacionária.

2. Dolarização como movimento regressivo

O diagnóstico que dá origem a programas desse estilo pode ser explicado em poucas palavras. Parte-se da avaliação de que os distúrbios monetários agudos constituiriam fenômenos qualitativamente distintos das inflações moderadas, não sendo portanto passíveis de solução pela via dos instrumentos convencionais de contenção fiscal e monetária, associados ou não a políticas "heterodoxas" de controle de preços e salários. Inflações extraordinárias pela sua dimensão ou duração resultariam fatalmente no colapso da confiança no Estado nacional e na moeda de sua emissão e não poderiam ser enfrentadas sem o recurso a algum tipo de âncora ou garantia, única forma viável de restituir credibilidade às iniciativas estabilizadoras de um Estado desacreditado.

Ancorar a moeda nacional significaria, neste contexto, estabelecer uma relação de subordinação com um padrão monetário estrangeiro confiável. Na América Latina, o candidato natural ao papel de moeda âncora ou moeda lastro seria o dólar dos EUA.

Admitir este diagnóstico implica aceitar que a crise monetária atinge em cheio certos traços centrais do sistema monetário moderno tal como prevalece hoje na maior parte do mundo e em todas as principais economias, quais sejam, o



monopólio estatal da emissão primária de moeda e a ausência de lastro na forma de uma vinculação com um padrão metálico. Não por acaso, a sua superação poderia então pressupor uma regressão a formas primitivas ou ultrapassadas de organização e regulação da moeda.

A Argentina é exemplo mais conhecido da dolarização e mostra o caráter regressivo dessa medida



O caráter regressivo das reformas dolarizantes aparece de forma inequívoca na experiência e no debate recentes. O programa de conversibilidade argentino de 1991 é o exemplo mais conhecido. No essencial, a Lei de Conversibilidade é uma tentativa de ressuscitar os elementos centrais do antigo padrão-ouro, com o dólar exercendo todas as funções do ouro, inclusive a de servir de meio de pagamento interno em paralelo à moeda nacional. A semelhança com o antigo regime monetário reside não apenas na fixação da taxa de câmbio com a moeda lastro, na plena conversibilidade da moeda argentina e na subordinação da base monetária às reservas externas do Banco Central, mas também no fato de que estas regras representam compromissos estabelecidos em lei e não apenas decisões anunciadas pelo governo ou pela autoridade monetária.

No que se refere ao Brasil, as propostas de reforma monetária apresentadas em diversos estudos encomendados ou preparados pelo Banco Mundial seguem a mesma linha geral. Também nesse caso, o que se considera necessário para conferir credibilidade ao processo de ajustamento é o retorno a formas mais rudimentares de organização, nomeadamente a implantação de um *currency board*, ou conselho da moeda nos moldes do regime monetário das antigas colônias da Inglaterra e outras potências europeias na África, na Ásia e no Caribe.¹

3. Elementos centrais das propostas de dolarização

Não é difícil perceber que as diferentes modalidades de dolarização são sempre variações em torno de alguns temas recorrentes ou elementos constitutivos:

- a) *ancoragem cambial*, entendida como a definição de uma regra de variação para a taxa de câmbio nominal com a moeda escolhida como referência, o que pode significar o congelamento ou a prefixação do câmbio ou, ainda, a definição de faixas de variação para a taxa nominal;
- b) *conversibilidade da moeda nacional*, isto é, a supressão completa ou quase completa dos controles cambiais e restrições de acesso ao mercado de câmbio;
- c) *subordinação da base monetária às reservas internacionais*, ou seja, a introdução de uma regra rígida de criação de moeda primária, que passa a ficar condicionada à igual contrapartida em termos de reservas externas adicionais no Banco Central ou no *currency board*;
- d) *uso interno da moeda estrangeira*, ou seja, eliminação de restrições à sua circulação doméstica, à criação de créditos e depósitos dolarizados, à utilização da moeda estrangeira como indexador de contratos na economia, enfim, a supressão parcial ou total do conjunto de dispositivos legais e administrativos que defendem a moeda doméstica da concorrência de moedas estrangeiras de liquidez internacional.



Legalizar o uso interno de moeda estrangeira cria padrões de comportamento difíceis de eliminar

A opção por um esquema de estabilização que inclua todos ou a maioria dos quatro pontos acima referidos constitui inegavelmente uma aposta de alto risco. Por isso mesmo, os responsáveis pela política econômica de um país só tomam esse caminho quando confrontados com um dramático

estreitamento do leque de opções. Como veremos adiante, a âncora cambial pode gerar grave desequilíbrio no balanço de pagamentos em conta corrente e dependência crescente de capitais externos voláteis ou de curto prazo: a conversibilidade torna a economia mais vulnerável aos movimentos internacionais de capital; a vinculação da base às reservas coloca a gestão monetária e financeira doméstica na estrita dependência da política monetária do país emissor da moeda âncora; e finalmente a legalização do uso interno da moeda estrangeira cria hábitos ou padrões de comportamento de muito difícil reversão.

4. Ancoragem no dólar como decisão unilateral

É bem possível que uma tentativa de estabilizar o cruzeiro com base em algum tipo de âncora cambial e medidas de dolarização seja entendida no exterior como um passo na direção do enquadramento da economia do país às "regras do jogo", ainda que seja apresentada como um ato "soberano" do governo brasileiro. Assim caracterizada, a vinculação ou subordinação da moeda nacional a um padrão monetário estrangeiro surgiria como uma decisão unilateral e estaria, portanto, dissociada de qualquer acordo ou compromisso internacional em relação à paridade ou faixa de variação estabelecida pelo governo brasileiro. Não haveria, em particular, qualquer compromisso do banco emissor da moeda âncora, o Federal Reserve,* de colaborar para a sustentação da taxa de câmbio fixada ou prefixada.

Nesse particular, as âncoras cambiais latino-americanas diferem de modo essencial da ancoragem no marco alemão, que constituía a essência do recém-falecido mecanismo cambial europeu. Na Europa Ocidental, o sistema de taxas de câmbio fixas ou quase-fixas resultava de um entendimento multilateral e contava, portanto, não apenas com o respaldo dos governos e bancos centrais das moedas historicamente mais fracas, mas também com o compromisso da Alemanha e do Bundesbank de atuarem no sentido de dar sustentação ao sistema, inclusive intervindo de forma coordenada com os outros governos e bancos centrais, para manter as taxas cambiais dentro das faixas acordadas. Embora não tenha sido capaz de impedir que um agudo conflito de interesses e prioridades entre a Alemanha e o resto da Comunidade Européia acabasse conduzindo à virtual desintegração do sistema em 1992-93, a sua natureza multilateral lhe conferia um grau de solidez incomparavelmente maior que o da ancoragem latino-americana no dólar.

No caso da Argentina, por exemplo, onde vigora uma âncora de tipo mais rígido do que a européia, não existe da parte do Federal Reserve ou do governo americano qualquer garantia ou compromisso de atuar no sentido de ajudar o Banco Central argentino a defender a paridade fixada. Dessa forma e dependendo do andamento do programa de estabilização, sinais mais sérios de incompatibilidade entre o comportamento do Federal Reserve e as conveniências da Argentina podem ser suficientes para desatar uma corrida contra o peso argentino.



Com a possível exceção do peso mexicano, que pelos motivos conhecidos pode contar com mais apoio americano em situações de emergência, observação semelhante vale em maior ou menor grau para as demais moedas latino-americanas já ancoradas ou que venham a se ancorar no dólar. Em suma, na área de influência do dólar as relações monetárias têm um caráter mais assimétrico do que na Europa Ocidental, o que torna a moeda estrangeira um ponto de apoio problemático para o processo de estabilização.



Dolarização: perda de autonomia na política econômica e perda da soberania monetária

5. Perda de autonomia monetária e cambial

Como sugere a própria expressão, a dolarização implica necessariamente perda de autonomia na condução da política econômica. Essa perda de autonomia é da própria essência do esquema e decorre, em primeiro lugar, da renúncia à possibilidade de praticar políticas próprias no campo monetário e cambial. As condições domésticas de liquidez passam a ser determinadas de forma reflexa pelos movimentos de política monetária na economia emissora da moeda âncora, convenha isso ou não à situação conjuntural da economia ancorada. O valor externo da moeda ancorada passa a acom-

panhar passo a passo as flutuações da moeda âncora nos mercados internacionais de câmbio, convenha isso ou não às contas externas da economia ancorada. Esta última fica assim inteiramente a reboque das decisões do Tesouro e do Banco Central do país responsável pela emissão e controle da moeda escolhida como lastro. O programa de dolarização sacramenta e consolida, portanto, a perda de soberania monetária que a própria inflação continuada tende a produzir.

Quando há alguma coincidência entre as necessidades do país emissor da moeda âncora e as do emissor da moeda ancorada, os custos associados à perda de independência monetária e cambial não se manifestam de forma clara. Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso do programa argentino em 1991-93. Já a experiência recente da Europa Ocidental pode servir como exemplo do caso oposto, em que uma forte discrepância de objetivos entre a economia âncora e as economias ancoradas termina por criar um conflito custoso e insustentável entre as prioridades nacionais e a defesa de paridades cambiais rígidas ou faixas estreitas de variação das taxas de câmbio.

Se o governo autoriza ou tolera a utilização de moedas estrangeiras em transações domésticas, há implicações adicionais às referidas anteriormente. A mais óbvia é a transferência ao exterior de receita de *seignorage*, isto é, de recursos que podem ser obtidos pelo Estado, a custo praticamente zero, com o monopólio da emissão de moeda fiduciária de curso legal dentro do território nacional. Se a moeda estrangeira começa a circular em escala apreciável, a receita de *seignorage* extraída da economia passa a ser compartilhada com um Estado estrangeiro, que se beneficia, desta forma, de uma ampliação sem ônus de sua receita com a emissão monetária e da base de incidência do imposto inflacionário. Para o país que se dolariza, a perda de receita de *seignorage* pode ser total ou quase total, como no Panamá, ou apenas parcial, como na Argentina e em outras economias sul-americanas, que experimentaram processos hiperinflacionários na década passada.

6. Perda de flexibilidade fiscal e supressão do prestador de última instância

A implantação de um *currency board* ou de normas equivalentes de operação para o Banco Central tem o efeito intencional de estreitar substancialmente a flexibilidade da política de gastos, uma vez que suprime a possibilidade de recorrer a financiamento monetário em situações de emergência. Evidentemente, a perda de flexibilidade para gastar não é um mero subproduto desse gênero de reforma monetária, mas o próprio objetivo que se procura alcançar, qual seja, o de levar o poder público a se auto-impor uma espécie de camisa-de-força, que supostamente “despolitizaria” a criação de moeda primária e impediria o setor governamental de obter financiamento monetário junto à instituição emissora.

Uma das dificuldades inerentes a esta pretensão reside no fato de que uma camisa-de-força auto-imposta pelo poder público, na forma de uma entidade monetária independente e separada (como sugerem os estudos do Banco Mundial para

o Brasil) ou de uma lei que restringe a operação do Banco Central enquanto autoridade emissora (como a Lei de Conversibilidade argentina), pode ser rompida pelo próprio poder público e nunca desperta confiança plena quando da sua implementação. Um dos estudos de caráter propositivo encomendado pelo Banco Mundial levanta a questão e oferece tentativamente uma resposta curiosa, porém sintomática:

“Even if [the currency board] is initially established as an independent agency, having been created by government fiat it could, over the long run, be as easily converted into a creature of the government. (...) If it is to function as its supporters envisage, it would have to be run by those who could not be subverted by the Brazilian state. An obvious answer is for the IMF to run the currency board, but given nationalist sentiments is this likely to be acceptable? Possibly, if the hyperinflationary crisis – which is ultimately a crisis of the State – cannot be resolved in any other way.”²

Veja-se a que ponto se chega em estudos patrocinados pelo Banco Mundial! Não se trata apenas de recomendar que o Brasil regride a um sistema monetário de tipo colonial, mas também de cogitar da possibilidade de confiar a sua administração a uma entidade internacional.

Não se deve perder de vista, além disso, que, quando a base monetária fica rigorosamente condicionada à existência de uma contrapartida pelo menos igual sob a forma de reservas de liquidez internacional, desaparece também a possibilidade de socorrer o sistema bancário, ou seja, deixa de existir um prestador de última instância em moeda nacional e aumenta a vulnerabilidade das instituições financeiras internas. A autoridade monetária passa a só poder exercer esta função clássica se dispuser de reservas excedentes (em relação a seu passivo monetário) ou tiver acesso garantido e imediato a linhas de crédito no exterior.



Dizem que as medidas de dolarização são temporárias, mas elas tendem a se perpetuar

Nos *currency boards* dos tempos coloniais, a perda de flexibilidade nos planos fiscal e financeiro não constituía motivo para maiores preocupações. Na eventualidade de uma emergência provocada, por exemplo, por algum desastre climático ou ameaça militar, a responsabilidade última era do governo da metrópole. Além do mais, as colônias não costumavam dispor de sistemas bancários próprios, controlados por residentes. Os bancos nas colônias inglesas, por exemplo, eram em geral filiais de bancos londrinos.

Na hipótese de uma insuficiência de liquidez bancária, não era da autoridade monetária colonial que se esperava socorro, mas das matrizes localizadas em Londres e, em último caso, do Banco da Inglaterra.

Não é preciso ser um grande conhecedor da economia brasileira para perceber o quanto a sua estrutura financeira difere desse paradigma colonial. Note-se, ademais, que a eli-

minação do prestador de última instância ocorreria justo no momento em que a queda da inflação viria exigir um ajustamento provavelmente expressivo da parte de um sistema financeiro acostumado a operar com inflação alta.

7. Irreversibilidade dos processos de dolarização

Apesar do que foi dito nas seções anteriores, a dolarização ainda poderia ser aceita como um instrumento válido se os problemas por ela provocados constituíssem um preço transitório a ser pago para alcançar certos objetivos de política econômica, tais como a imposição de disciplina a um sistema político perdulário (pela proibição de emitir sem contrapartida em reservas) ou a restauração dos circuitos domésticos de crédito e a contenção da fuga de capitais para o exterior (pela permissão de operações dolarizadas no sistema financeiro local). O problema é que a dolarização costuma revelar-se uma via de mão única. Nesse particular, a experiência latino-americana é clara e cristalina: medidas de dolarização, ainda que anunciadas como temporárias, tendem a se perpetuar. Ressalte-se que isso ocorre mesmo quando se consegue sucesso em matéria de controle da inflação em moeda nacional.

A irreversibilidade dos processos de dolarização em economias como as latino-americanas, caracterizadas em geral por longa história inflacionária, parece um fenômeno até certo ponto previsível. Tornar a moeda nacional conversível em dólar, permitir aplicações no exterior sem limitações, autorizar depósitos em dólar no sistema financeiro local, ou tomar outras medidas do mesmo gênero, tudo isso conduz fatalmente ao desenvolvimento e à cristalização de hábitos financeiros que se revelam depois praticamente irreversíveis em bases voluntárias. Uma vez consolidado o costume de usar a moeda estrangeira, passa a ser quase impossível induzir os agentes econômicos a voltar a usar na mesma medida a moeda local, tradicionalmente mais propensa à desvalorização.

Na prática, a legalização de um sistema bimonetário pode acarretar até mesmo a imobilização ou perda permanente de instrumentos vitais de política econômica. Deve se recordar que a conversibilidade da moeda nacional ou a retirada de restrições ao uso interno do dólar vêm muitas vezes acompanhadas da estabilização da taxa nominal de câmbio. Como ressalta trabalho realizado recentemente no âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, essa combinação de medidas pode criar uma situação em que não seja mais factível voltar a usar a taxa de câmbio para atingir determinados objetivos ou responder a movimentos nos termos de troca e outras variáveis fora do controle da política econômica.³

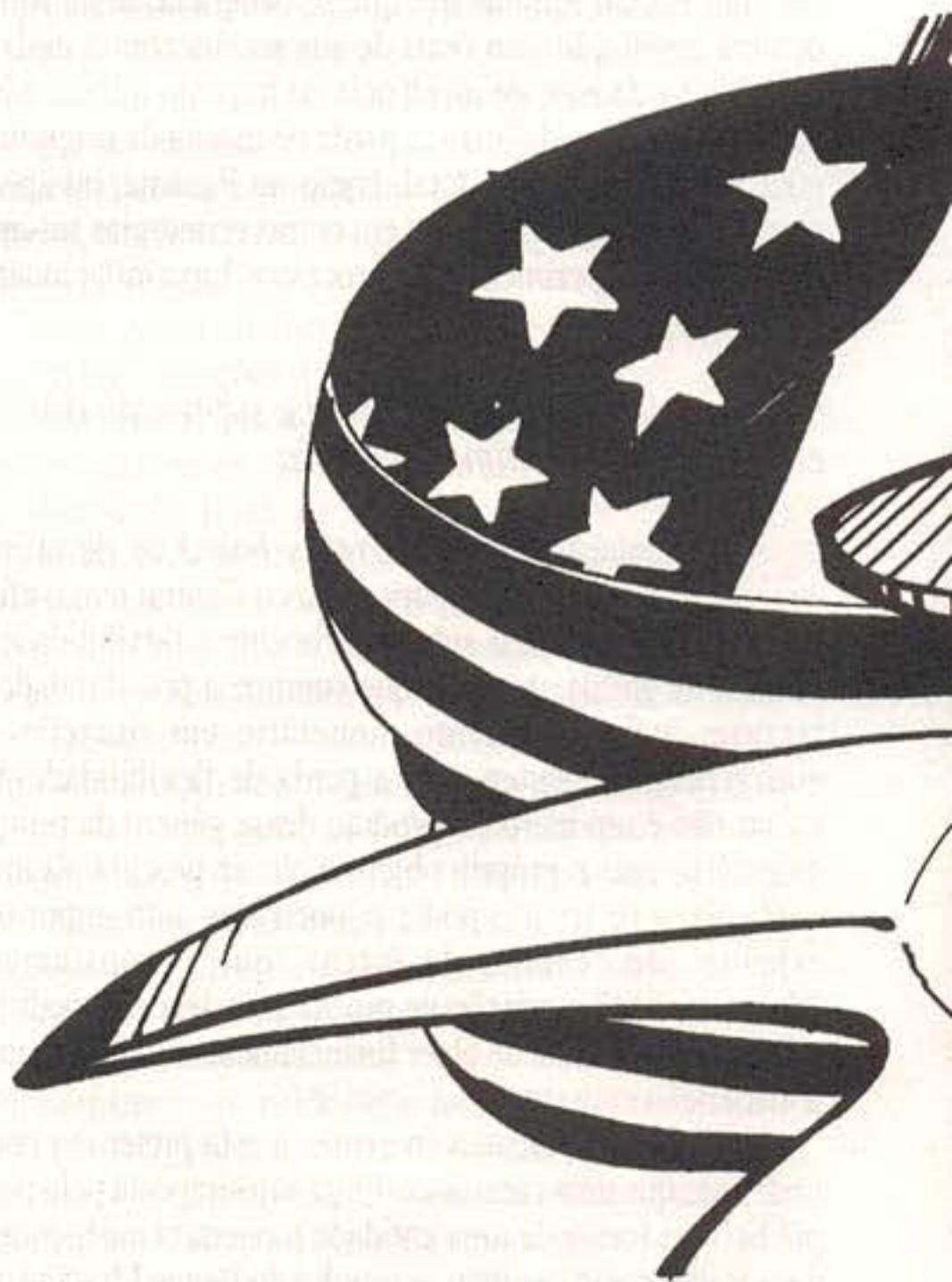
De fato, se grande parte das operações financeiras domésticas estão denominadas em moeda externa, uma desvalorização cambial pode transtornar por completo as relações de débito e crédito dentro da economia, desencadear instabilidade financeira e ameaçar a solvência de famílias, empresas e bancos que apresentam descasamento entre a composição monetária de seus ativos

e passivos ou de suas receitas e despesas. Esse parece ser um dos motivos pelos quais a Argentina, por exemplo, tanto reluta em mover a sua taxa de câmbio em que pesem as evidências flagrantes da defasagem cambial.



Não faz o menor sentido adotar a dolarização em economias continentais como a brasileira

A experiência da Bolívia desde 1985 é o caso mais conhecido de irreversibilidade ou histerese em um processo de dolarização. Como se sabe, a Bolívia foi o primeiro país da América Latina a experimentar uma hiperinflação aberta e também o primeiro a aplicar um programa bem-sucedido de hiperestabilização. O êxito do programa de combate à inflação não se refletiu, contudo, em desdolarização da economia. Ao contrário, os indicadores disponíveis apontam para um processo persistente de dolarização no sistema bancário boliviano, com os depósitos em moeda estrangeira acusando crescimento quase contínuo como proporção dos depósitos totais. Em 1992, sete anos depois do início de uma estabilização exitosa, os depósitos dolarizados representavam nada menos que 80% do total do M2** em moeda nacional e estrangeira.



No Peru, o grau de dolarização no sistema bancário também aumentou substancialmente durante um período de queda pronunciada da inflação interna. Entre fins de 1990 e meados de 1993, enquanto a inflação em doze meses caía de 7.650% para cerca de 50%, a participação dos depósitos em moeda estrangeira nos depósitos totais dos bancos comerciais cresceu de 56% para mais de 80%. No mesmo período os créditos em moeda estrangeira aumentaram de 62% para 77% como proporção do crédito total dos bancos comerciais em operação no Peru.

Embora de forma menos intensa, a Argentina também experimentou dolarização crescente no sistema bancário após a promulgação da Lei de Conversibilidade, em abril de 1991. Entre março de 1991 e agosto de 1993, os depósitos em moeda estrangeira dentro do país cresceram quase cinco vezes em termos absolutos, e a sua participação no total do M3*** em moeda estrangeira e nacional aumentou de 31% para 38%, em que pese a queda abrupta da inflação, que passou de 1.344% no ano de 1990 para menos de 10% nos doze meses até agosto de 1993.

8. Dolarização em uma economia de porte continental

Algumas das dificuldades típicas das estabilizações do gênero dolarizante tendem a ser menores ou podem ser enfrentadas com mais eficácia no caso de economias de pequena dimensão. Como o coeficiente de abertura comercial de

economia costuma ser mais elevado em economias menores, os bens e serviços comerciáveis têm uma influência maior sobre os índices de preços domésticos. Ademais, por serem mais abertas, essas economias tendem a se dolarizar rapidamente em períodos de inflação alta, ou seja, os preços de produtos não-comerciáveis e mesmo os salários se indexam com mais facilidade à taxa cambial. Dadas essas condições, a estabilização do câmbio nominal tem impacto forte e imediato sobre a taxa de inflação e resulta, assim, em grau menor de valorização do câmbio real.

No caso de economias pequenas, também é mais fácil mobilizar suporte financeiro externo para um processo de estabilização. Com um montante de recursos que constitui aporte relativamente modesto para os países credores e as entidades multilaterais de financiamento, torna-se possível formar um fundo de estabilização suficiente para contribuir de forma apreciável, e até decisiva, para a sustentação da estabilidade cambial e no financiamento do governo na etapa inicial do ajustamento.



A dolarização é uma confissão do fracasso do governo em restabelecer a ordem monetária no país

Para uma economia de dimensão continental como a brasileira, essas circunstâncias atenuantes não existem. Apesar da liberalização comercial dos últimos anos, o grau de abertura da economia brasileira permanece relativamente baixo. Os preços dos bens e serviços não-comerciáveis e, em especial, os salários demoram a se referenciar ao dólar em que pese a inflação alta e as sucessivas violências a que foi submetido o sistema de indexação doméstico. Isso favorece o surgimento de fortes defasagens cambiais toda vez que o governo se anima a lançar uma âncora cambial, a exemplo do que ocorreu quando da prefixação cambial de 1980 ou durante o Plano Cruzado, em 1986. Como não se consegue, além disso, negociar apoio oficial externo em quantidade compatível com o tamanho da economia e das suas necessidades de financiamento pós-estabilização, os déficits de balanço de pagamentos em transações correntes passam a ser financiados com a tomada de recursos nos mercados financeiros internacionais, geralmente por prazos curtos e pagando *spreads* elevados. O resultado acaba sendo uma crise de balanço de pagamentos e a impossibilidade de continuar sustentando a taxa cambial fixada ou prefixada.

Se a âncora cambial vem acompanhada de um compromisso com a conversibilidade de medidas de liberalização do mercado cambial, tais como a eliminação de controles sobre o movimento de capitais, a posição do setor externo se torna potencialmente ainda mais frágil. Nessas condições, ao crescimento do déficit em transações correntes se adiciona uma maior volatilidade da conta de capitais do balanço de pagamentos, o que pode contribuir para apressar o colapso cambial.

Duas características da própria estrutura do seu comércio



exterior parecem tornar a economia brasileira particularmente vulnerável aos problemas de balanço de pagamentos freqüentemente associados à âncora cambial. Uma é a diversificação geográfica do comércio, a outra a elevada participação de produtos industrializados na pauta de exportações.

Uma economia como a brasileira, cujo comércio se distribui pelo mundo inteiro, corre naturalmente o risco de pagar um preço elevado quando o governo estabelece uma vinculação rígida com a moeda de determinado país. Nessas condições, o ônus decorrente da perda de autonomia cambial é maior do que no caso de uma economia comercialmente integrada à economia emissora da moeda âncora. Como os EUA absorvem cerca de 20% das exportações do Brasil, o dólar pesa bem menos na formação da taxa efetiva de câmbio do cruzeiro do que, por exemplo, na do peso mexicano ou na das moedas centro-americanas. Uma forte valorização internacional do dólar se refletiria em uma forte valorização efetiva do cruzeiro, que se associaria à inevitável apreciação real da taxa bilateral com o dólar para produzir perda acentuada da competitividade externa.

Observe-se, finalmente, que a perda de competitividade tende a ter efeitos mais rápidos quando é maior a participação das exportações industriais, mais sensíveis à taxa de câmbio a curto prazo. No Brasil, com os manufaturados respondendo por 50% a 60% do total exportado, os efeitos de uma âncora cambial se fariam sentir provavelmente em prazo mais curto do que em países como a Argentina, por exemplo, onde preponderam as exportações agropecuárias.

Em resumo, ao contrário do que às vezes se parece supor, o Brasil não se ajusta confortavelmente ao figurino da dolarização, mais aplicável *it at all* a economias como as centro-americanas, pequenas, comercialmente integradas aos EUA e exportadoras de produtos primários.

9. Independência monetária como dimensão essencial da soberania nacional

O grande cientista político e economista francês do século XVI, Jean Bodin, ao desenvolver o conceito de soberania, tratou o direito de produzir moeda própria como um de seus aspectos mais importantes e essenciais. Desde a constituição do Estado nacional na sua forma moderna, a soberania monetária tem sido universalmente reconhecida como uma prerrogativa central dos governos de países independentes.

Uma inflação prolongada e intensa significa, entretanto, uma quebra de confiança na capacidade do Estado de exercer esta prerrogativa de forma socialmente adequada. Entendida como mecanismo de estabilização, a chamada dolarização não é mais do que a legalização e o reconhecimento oficial desse processo de erosão da soberania monetária. Constitui, por assim dizer, uma confissão de fracasso e de incapacidade de restabelecer a ordem monetária por meios próprios.

Não por acaso, o recurso à dolarização traz uma enorme perda de independência. Significa, como vimos, abdicar da possibilidade de desenvolver políticas próprias nas áreas monetária e cambial. Implica ficar rigidamente atrelado às decisões do Tesouro e do Banco Central americanos, sem

com isso adquirir qualquer direito ou possibilidade de influenciá-las. Provoca, além disso, perda de competitividade internacional e, portanto, dependência de financiamentos externos obtidos muitas vezes em condições adversas de prazo e custo. Aumenta, por isso, o risco de crises de balanço de pagamentos, que colocam o país à mercê de interesses e pressões estrangeiras. Aumenta também a vulnerabilidade das instituições financeiras nacionais, que passam a operar sem prestador de última instância, e produz uma tendência à desnacionalização do sistema financeiro do país. O pior é que medidas de dolarização constituem um caminho sem volta, posto que resultam na cristalização de práticas financeiras de muito difícil reversão, como revela a experiência de vários países latino-americanos que tomaram esse rumo no passado recente.

Com todos esses inconvenientes, a dolarização deveria ser considerada um último recurso, a ser adotado apenas depois de esgotadas todas as possibilidades de solução interna. Pode ser que essa fosse a situação de alguns países vizinhos que foram conduzidos a se comprometer, em maior ou menor grau, com diferentes modalidades de dolarização. Mas parece difícil acreditar que o Brasil já tenha chegado a esse ponto. Uma economia de complexidade e dimensão da brasileira tem condições de encontrar dentro de si mesma os recursos e a energia necessários para escapar do atoleiro inflacionário e retomar o desenvolvimento.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., economista e professor da FGV de São Paulo, foi membro da equipe do ministro Dilson Funaro. Este trabalho foi apresentado em 17 de março 1994 no seminário "Rumos da Modernidade", organizado pelo Instituto de Pesquisa e Análise Social (IPAS), com apoio da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se de uma versão resumida do trabalho "Armadilha da dolarização", concluído em fevereiro de 1994.

Notas do autor

(1) Ver, por exemplo, Meltzer (1991), Rodriguez (1991) e Lal (1993).

(2) "Ainda que (o *currency board*) seja inicialmente estabelecido como uma agência independente, criada pelo governo, é possível que, com o correr do tempo, seja convertida numa criatura do governo. (...) Se funcionar como seus defensores imaginam, ela não poderá ser modificada pelo Estado brasileiro. Uma solução óbvia é o FMI dirigir o *currency board*, mas dados os sentimentos nacionalistas, isso poderá ser aceitável? Provavelmente, se a crise hiperinflacionária – que é, no fim das contas, uma crise do Estado – não puder ser resolvida de outra forma." Este texto, de Deepak Lal ("Notes on Money, Debt and Alternative Monetary Regimes for Brazil", p. 16), foi preparado por solicitação do Banco Mundial, mas vem acompanhado da ressalva padrão de que não representa posição oficial da instituição. A tradução é da redação de PRINCÍPIOS.

(3) Emil Maria Claassen, "La dolarización de las economías en Argentina, Bolivia y Uruguay", *Políticas de Desarrollo*, p. 7, Banco Interamericano de Desarrollo, set./1993.

Notas da redação

* O Federal Reserve é o Banco Central dos Estados Unidos.

** M2, ou Moeda 2, é a abreviação usada na linguagem econômica para designar M1 + títulos do governo (M1 é dinheiro em poder do público + depósito à vista).

*** M3, ou Moeda 3, é a abreviação usada na linguagem econômica para designar M2 + poupança.

Bibliografia

AURNHEIMER, Leonardo. "Inflation and Forward Looking Markets in Brazil", *mimeo*, Report to the World Bank, out./1991.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. "Hiperinflação, ajuste fiscal e regressão monetária", *Novos Estudos CEBRAP*, nº 36, jul./1993.

_____. "Reforma monetária com âncora interna: uma alternativa à dolarização", *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 21, nº 2, ago./1993.

_____. "Dolarização, âncora cambial e reservas internacionais", *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 3, jul./set./1993.

_____. "A armadilha da dolarização", *mimeo*, EAESP/FGV, fev./1994.

BENNETT, Adam G.G. "The Operation of the Estonian Currency Board", *mimeo*, International Monetary Fund, IMF Paper on Policy Analysis and Assessment, PPAA/92/3, dez./1992.

CALVO, Guillermo. "Financial Aspects of Currency Boards", in *Conference on Currency Substitution and Currency Boards*, *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

CALVO, Guillermo A.; VEGH, Carlos A. "Currency Substitution in Developing Countries: An Introduction", *mimeo*, International Monetary Fund, IMF Working Paper, WP/92/40, maio/1992.

_____. "Inflation Stabilization and Nominal Anchors", *mimeo*, International Monetary Fund, IMF Working Paper on Policy Analysis and Assessment, PPAA/92/4, dez./1992.

CAVALLO, Domingo. "The Convertibility Plan", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

CLAASEN, Emil Maria. "La dolarización de las economías en Argentina, Bolivia y Uruguay", *Políticas de Desarrollo*, Banco Interamericano de Desarrollo, set./1993.

CLEMENTS, Benedict; SCHWARTZ, Gerd. "Currency Substitution: The Recent Experience of Bolivia", *mimeo*, International Monetary Fund, IMF Working Paper, WP/92/65, ago./1992.

DEUTSCHE BUNDESBANK. *Monatsbericht*, out./1992.

_____. *Monatsbericht*, ago./1993.

EDWARDS, Sebastian. "Dollarization in Latin America", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

FISHER, Stanley. "Seigniorage and the Case for National Money", in *Indexing, Inflation and Economic Policy*, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1986.

_____. "Seigniorage and Dollarization", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

HANKE, Steve; SCHULER, Kurt. "Currency Boards for Latin America", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

HANSON, James. "Argentina's Quasi-Currency Board", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

HANSSON, Ardo H. "The Estonian Kroon: Experiences of the First Year", *mimeo*, paper prepared for the CEPR conference on "The Economics of New Currencies", Landeszentralbank in Hessen, Frankfurt, 28-29 jun./1993.

HAYEK, Friedrich A. "Denationalisation of Money - The Argument Refined", in *Economic Freedom*, Friedrich A. Hayek, Oxford: Basil Blackwell, 1991.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. "Estonia - Recent Economic Developments", *mimeo*, European II Department, 17-3-93.

KARNER, Marge. "Chaos in the Ruble Zone: A Currency Board Solution", *mimeo*, The Heritage Foundation, Washington D. C., maio/1993.

LAL, Deepak. "Notes on Money, Debt and Alternative Monetary Regimes for Brazil", *mimeo*, paper prepared for the Development Policy Group, in the Vice President of Economics Office of the World Bank, jan./1993.

"Law of the Republic of Estonia on the Security of the Estonian Kroon", Supreme Council, República da Estônia, maio/1992. Tradução não autorizada reproduzida como anexo a Hansson (1993: p. 22).

"Lei de Conversibilidade do Austral", *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº 4, out.-dez./1991.

MELTZER, Allan H. "Inflation and Money in Brazil", *mimeo*, World Bank, abr./1991 (revisado em ago./1991).

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO. "Argentina: principales indicadores económicos", *mimeo*, Proyecto Relaciones Internacionales y Política Económica, Buenos Aires, vários números.

MUNDELL, Robert. "Currency Boards, Fixed Exchange Rates and Monetary Discipline", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

OSBAND, Kent; VILLANUEVA, Delano. "Independent Currency Authorities: an Analytic Primer", *mimeo*, International Monetary Fund, IMF Working Paper, WP/92/50, jul./1992.

RODRIGUEZ, Carlos Alfredo. "Inflation in Brazil", *mimeo*, World Bank, maio/1991.

SAVALAINEN, Tapio. "Estonia Stabilizes Economy Through a Currency Reform". *IMF Survey*, International Monetary Fund, 14-12-1992.

SUMMERS, Larry. "Rules, Real Exchange Rates and Seigniorage", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

TAVARES, Maria da Conceição. "As políticas de ajuste no Brasil: Os limites da resistência", in *Desajuste global e modernização conservadora*, Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1993.

WALTERS, Alan. "Currency Boards", in *The New Palgrave Money*, John Eatwell, Murray Milgate e Peter Newman (org.), London: The Macmillan Press, 1989.

WALTERS, Alan. "History of Currency Boards", in "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

WORLD BANK. "Conference on Currency Substitution and Currency Boards", *mimeo*, World Bank, Washington D.C., 27-28 jan./1992.

WORLD BANK. Money, Debt, Inflation and Forward-Looking Markets in Brazil, Report nº 10286-BR, LAC, dez./1992.

“Quem não tem ideais de justiça social é um pulha da história”

AZIZ NACIB AB'SABER

O congresso da SBPC deste ano ocorrerá sob o tema “Ciência e Ética”. Aziz Ab'Saber, presidente da entidade, fala sobre isso e muito mais: Amazônia, soberania nacional, privatizações...

Em julho reúne-se a Assembléia Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, sob o tema principal “Ética e Ciência”. PRINCÍPIOS conversou em São Paulo com o presidente da SBPC, o cientista e brasileiro militante – mais que geógrafo – Aziz Ab'Saber, sobre esse tema e outras questões, como Amazônia, biodiversidade, Petrobrás, privatizações, conjuntura política, latifúndio, soberania nacional. Conversamos, principalmente, sobre as relações entre a ciência, o cientista, a ética e a vida do povo.

José Carlos Ruy e Valter Sorrentino

SBPC – A SBPC é uma sociedade organizada para desenvolver a ciência e estimular cientistas de todas as idades, no plano da produção de trabalhos de interesse para a ciência em geral – pois a ciência não tem fronteiras –, destinados sobretudo ao incentivo da ciência e dos trabalhos científicos no Brasil. Isso cria responsabilidades muito especiais. Não se trata de uma sociedade que, por si própria, se destine a fazer pesquisas e investigações, mas deve estar atenta para estimular os pesquisadores de todas as áreas, sem distinções, para a produção científica. Este é o objetivo da SBPC. É a sua destinação. E isso tem outras implicações. Em primeiro lugar, não aceito que pesquisadores digam que o principal núcleo de produção científica no Brasil é constituído por físicos, biólogos ou qualquer grupo que seja. Entendemos que no Brasil todas as ciências carecem de estímulo. Ciências do universo, da terra, da vida, ciências da economia e da produção material e cultural de espaços ou ciências aplicadas – tudo isso está na nossa meta. Não diferenciamos uma ciência dita *hard* de uma *soft*, porque

isso seria o caminho da falta de integração das ciências a serviço da sociedade como um todo. Para se fazer um trabalho científico e tentar aplicá-lo, ou empregar o conhecimento científico na sociedade, precisamos conhecer a sociedade que vai receber esse produto. Não adianta nada os cientistas de uma área tentarem nos impingir a idéia de que a ciência dele é mais importante que as outras. Isso faz da SBPC um centro de aglutinação das mais diversas pessoas. Às vezes chegam aqui algumas que não são nem da área científica mas têm interesses em certos conhecimentos, e tornam-se sócias, vão às reuniões anuais e regionais, para surpresa nossa.



A SBPC existe para estimular pesquisas em todas as áreas da ciência, do homem ou da natureza

Ainda sobre a posição da SBPC, em segundo lugar está a defesa intransigente de recursos para as pesquisas, para investigações bem – ideadas, bem – selecionadas e capazes de servir a determinados ramos. Servir não significa apenas atender as necessidades imediatas da sociedade, mas servir a campos de interesse da sociedade – saúde pública, saneamento básico e, sobretudo, educação.

Para mim a SBPC foi uma responsabilidade não desejada. Eu estava muito contente com minha aposentadoria quando, por razões e argumentos irrespondíveis, fui convidado a ser seu presidente. Isso não estava nos meus projetos. Já tinha sido vice-presidente, depois secretário, e tinha acabado de receber uma coisa que muito me honra: ser o presidente



de honra da SBPC. Voltar a um cargo executivo, trabalhoso, que cria conflitos de orientação – os das ciências exatas não concordam com os das ciências humanas, os que querem uma revista em português jamais vão concordar que ela seja feita totalmente em língua inglesa... Para administrar as divergências na SBPC é preciso muita tranquilidade, muito espírito de sacrifício. Felizmente venho me pautando por isso. Mas uma das coisas fundamentais na SBPC é a convocação de pessoas que possam contribuir em diferentes setores para o progresso das ciências, sobretudo para dar à pesquisa científica uma seriedade que caminhe para um plano global.

A autoridade e o autoritário – É claro que todos nós, homens, temos os nossos defeitos. Alguns estão sentados nessa fogueira das vaidades muito desenvolvida na Universidade brasileira, outros têm uma certa empáfia na explicação dos fatos e na sua interpretação. Outros são vistos – devido ao vigor com que defendem suas idéias – como autoritários. Eu, por exemplo, toda vez que me acusam de autoritário, digo que tenho razões para rechaçar essa crítica. Há uma diferença entre ser autoritário e tratar com vigor as questões básicas. Eu tenho esse vigor. Não concordo com erros, não concordo com plágios, não concordo com a mediocridade, não concordo com a falta de debates entre pessoas de áreas que deveriam se encontrar. Um sujeito totalmente pusilânime, sem vigor até para defender as próprias idéias e convicções, não existe!

Opção política – Parto do princípio de que todo cidadão tem de ter ideologia. Uma noção, uma filosofia de vida, um

pensamento sobre ele, a sociedade e o futuro, com base nas experiências do passado, em toda a trajetória do ser humano. Essa necessidade de ter uma filosofia de vida é que garante a cidadania.



“Pensar no mundo e não saber que tem gente morrendo de fome é ser idiota, passivo, alienado”

Cidadão não é o indivíduo que tem os mesmos conhecimentos de todas as pessoas de uma sociedade, mas quem atingiu o nível de poder pensar a trajetória do homem na história do planeta. Cada vez que uma pessoa avança nessa direção, estará mais apta a ser um cidadão do mundo. Não pensará, prioritariamente, nos que estão mais próximos. Pensar no mundo inteiro e não saber que existe gente morrendo de fome nas favelas, no sertão do Nordeste ou na beira do Amazonas é ser idiota, é ser passivo, é ser alienado, é ser infértil no campo das aplicações de sua própria ciência. Então uma posição ideológica ou política é necessária. Eu posso prescindir de uma posição política, posso ter minha filosofia de vida e não estar ligado a nenhum dos partidos, que aliás são ultra-importantes para o grande debate social e político do país. Porque o cientista pode estar numa posição de tentar assessorar pessoas, grupos, dizer coisas que ele, por sua experiência muito densa, tem o dever de dizer; enfim, puxar a orelha de A, B ou C dentro do corpo geral da sociedade.

Biodiversidade – Há um plano concreto que muito me assusta, que interessa à soberania brasileira no presente e no futuro. É o plano da biodiversidade. De certa maneira, é outro estilo de guerra. Está havendo uma guerra em plena pátria, a favor da exploração dos produtos naturais, patenteados nos países que têm tecnologia de ponta mais adiantada que a nossa. É uma guerra. Pressiona-se pelas patentes, fala-se mansamente em estratégias para preservação da biodiversidade, o que, aliás, apoiamos. Mas, atenção: apoiamos para o Brasil o que está de acordo com os nossos interesses. Nesse sentido estamos vivendo dias sérios e graves, e a população brasileira não se dá conta de uma coisa que tem repercussões a médio e longo prazo: a vida e toda a sua significação. Estamos vivendo um período de guerra fria em torno de patentes. É de bom senso que uma geração – a nossa geração – garanta o futuro e a harmonia das relações internacionais. Não adianta esperar.

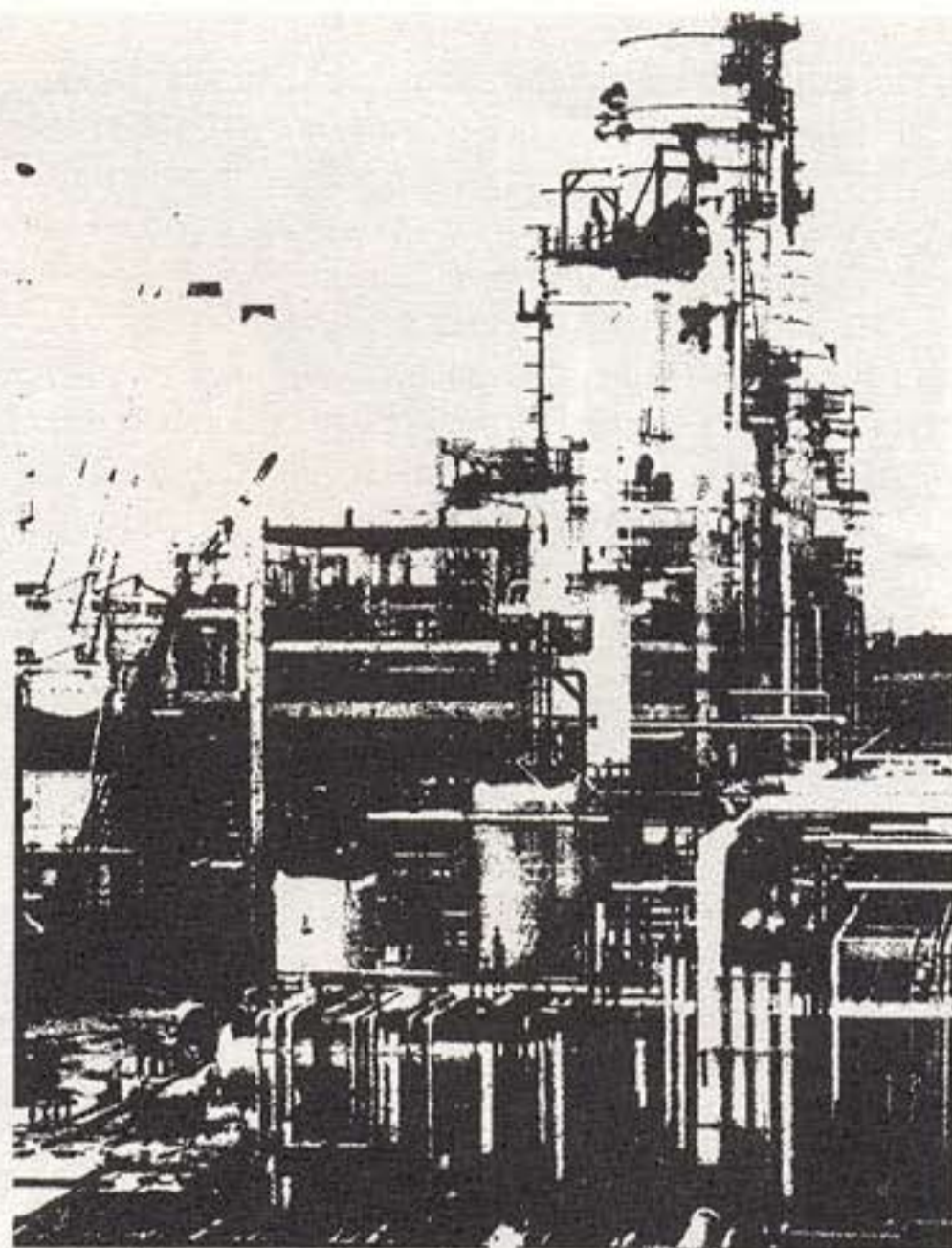
Privatização da Petrobrás – Outro dia tive de dizer coisas muito sérias numa reunião, que equivalem a um puxão de orelhas. Lá havia uma pessoa que era intransigentemente favorável à privatização da Petrobrás e da Vale do Rio Doce. Aí perguntei qual era seu argumento, e ela respondeu como quem evidentemente não entende nada de geologia, de um país de escudos, de terrenos muito antigos, com bacias sedimentares relativamente amplas e sem muitos setores com as chamadas armadilhas para aprisionar óleo criado no passado. E também não sabe como é que são as diferentes camadas, se elas puderam gerar ou não elementos gasosos suficientes para criar petróleo. Então não venha me dizer que aqui não se consegue descobrir petróleo porque a Petrobrás é incompetente e que os outros países estão produzindo muito etc.

**“Diz besteira quem,
sem saber nada
de geologia, diz que
a Petrobrás é
incompetente”**



Não dá para comparar com o Oriente Médio, onde há bolsões fantásticos de óleo embaixo de estruturas acima das quais, por sinal, têm desertos. Mas lá embaixo têm fatos do passado criadores de elementos gráxicos, mares rasos e mil coisas que depois foram prensadas, tiveram um calor especial pelo grau geotérmico, foram reidratadas e formaram produtos densos de elementos, entre eles o petróleo e, em certas posições, o gás. Então, se um sujeito que não sabe nada sobre construção geológica do Brasil vem dizer que é incompetência da Petrobrás não descobrir petróleo, está dizendo besteira...

Agora, acho que, embora se deva defender de maneira monolítica a Petrobrás, também monoliticamente temos de exigir reestruturações, seriedade e ética. Por isso é difícil dar respostas a uma pessoa que não está preparada para discutir a gênese do petróleo no contexto geológico da parte brasileira da América do Sul – pois do outro lado, na zona pré-andina, a coisa é diferente. Lá houve dobras antigas e dobras mais recentes, há mil outras maneiras de criar armadilhas para o petróleo. Na costa brasileira, descobriram-se reservas muito



mais importantes que as da Bacia do Recôncavo, da Bacia de Alagoas e Sergipe ou do Rio Grande do Norte, com um sistema de fossas que teve a progressividade da tectônica quebrada, que fragmentava estruturas recentemente depositadas e criava armadilhas mais importantes para ter bolsões de óleo. Então há uma diferença fantástica entre o petróleo da plataforma e o da área continental. Por sinal, inteligentemente, os geólogos da Petrobrás acabaram descobrindo esse petróleo da plataforma, e os técnicos insistiram em ter tecnologia para explorar petróleo em águas profundas, o que indica o alto grau de sua perceptividade. Esse é um dos motivos pelo qual o monopólio está sendo atacado.

Mas tem mais. Descobriu-se um pouco de óleo na região de Barreirinhas, no médio Amazonas, e depois ficou comprovado que aquilo não tinha valor para produção comercial. Mas o pessoal da Petrobrás sempre esteve voltado para as terras mais próximas da região pré-andina, onde foi comprovada a existência de petróleo por explorações etc. O pessoal passou então a fazer sondagens na região amazônica, na parte mais ocidental. Numa das áreas onde fizeram investigações geomagnéticas e sísmicas sobre a possibilidade de encontrar alguma armadilha especial de óleo em profundidade, na região de Urucu, no médio Purus, encontraram gás. Instalaram um “polozinho” de transportes, em plena região florestal, em Carauari. A partir dali trabalharam com helicópteros, para não abrir estradas e evitar o início de uma devastação, pois não se deve abrir estradas em certas áreas sem uma previsão de impacto no gerenciamento, sem saber a capacidade produtiva do solo. Quando tentaram multiplicar as perfurações para gás, surgiu óleo. E agora tem mais óleo que gás.

Defendemos a Petrobrás porque não somos ignorantes em

questões geológicas. Mas também sabemos que há uma transição do automóvel movido à gasolina para um outro padrão tecnológico de veículos. E o que estão fazendo todos os países que já perceberam que, se usarem suas reservas internas, ficarão dependentes da compra de reservas externas, que por sinal terão seus preços gradualmente aumentados.

Esta questão também revela a ignorância fantástica por parte daqueles que, afoitamente, posicionam-se contra a Petrobrás e o fato de ela não estar explorando mais suas reservas. O problema nosso é o seguinte: vamos continuar comprando Petróleo barato e guardando um pouco do muito pouco que temos, comparado com os países que têm muito. Se os Estados Unidos, a França e a Inglaterra fazem isso, não é porque querem gastar dinheiro com os árabes. Não é por isso, podem ter certeza. A guerra do Iraque foi altamente significativa. Não tenho nada a ver com Saddam Hussein, pois ele jogou o seu povo numa guerra difícil e desigual e quebrou toda a infra-estrutura que aquele povo havia conseguido instalar. Quebrou tudo! No entanto, os que quebraram tudo queriam petróleo barato, e dos outros, protegendo os seus próprios recursos, pois era uma guerra econômica.

Revisão constitucional – A SBPC é contra a revisão constitucional pela inadequação do momento, pela fragilidade do Congresso, pela decomposição governamental existente no país, pelas sucessivas crises decorrentes da corrupção, pelo fato de os corruptores estarem dentro do processo revisivo. Faço essa campanha pela SBPC, coloco a ideologia a serviço do meu país, da minha sociedade, do meu povo e daqueles que estão mais próximos de mim. Fira a quem ferir.

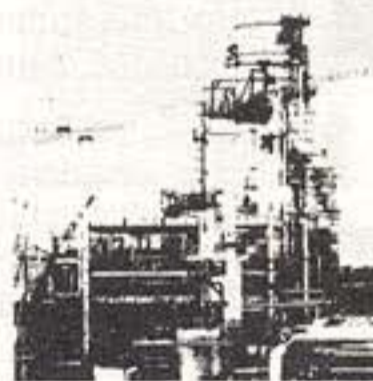
A revisão da constituição ocorre num momento de decomposição do governo e corrupção



No momento presente, estamos numa espécie de luta pelo encontro de critérios corretos para a questão das patentes, da biodiversidade, das estatais estratégicas. Nesses campos, como no campo da revisão constitucional, queremos sempre reestruturações e descoberta de diretrizes cada vez mais aperfeiçoadas. Trata-se do Brasil, de sua melhoria e reestruturação. Quem não olhar pelo menos um dia na vida para os meninos de rua da Praça da Sé ou dos cruzamentos, pedindo esmolas ou vendendo uma coisa qualquer, não vai poder colaborar no campo das idéias para resolver nada. E quem teve a oportunidade de estar nos mais diferentes lugares – sertão do Nordeste, fronteira com o Peru e a Bolívia, médio e baixo Amazonas, delta interno do Tocantins, região tocantina, rio Pará, Belém, Jari ou qualquer outro lugar do mundo – é claro que tem mais responsabilidade ainda, porque ganhou o presente de poder estar em contato com outras realidades.

Governo paralelo do PT – Não fui membro do Partido dos Trabalhadores, mas fiz parte do Governo Paralelo, convidado por meu amigo Lula, um sujeito brilhante, que quer aprender desesperadamente, que sabe ouvir, coisa difícil entre os grandes políticos... Se você pegar um por um os candidatos à presidência, verá que eles não debatem com ninguém, têm idéias próprias, fabricaram as próprias diretrizes. Fabricaram o “seu” Brasil e a sua vaidade. Se existe fogueira das vaidades na Universidade, entre esses candidatos ela atinge o céu. Bem, o Lula me fez o convite depois de assistir a um debate do qual participei. Era comum na época ouvir o que me disse: “Não sei se eu devo continuar defendendo o salário dos trabalhadores ou entro no problema do meio ambiente”. Então falei sobre a amplitude do conceito de meio ambiente: meio ambiente da natureza; dos espaços humanizados; das regiões urbanas, entre elas o criado pelo industrialismo; e o ambiente de casa, da rua e do bairro. Depois nos encontramos mais uma vez. Já existia o Governo Paralelo e o Lula havia me incorporado a ele.

Amazônia – Meu principal trabalho no Governo Paralelo foi uma proposta para a Amazônia: “Estratégias para o desenvolvimento com o máximo de florestas em pé”. Foi o trabalho mais denso entre as propostas sobre a Amazônia nos últimos tempos. Silêncio total por parte das universidades, silêncio total por parte da base do PT e algumas críticas inoperantes vindas de pessoas que não concordavam com o conjunto, mas que não apontavam os detalhes que consideravam errados. Não adiantava nada discutir, embora a discussão fosse fundamental em termos de política pública para a Amazônia porque, com a entrada de variáveis ambientais, os madeireiros, os mineradores e todos os que a cada dia enriquecem à custa de subsídio estão desesperados em relação aos seus bens e lucros e às imposições do Primeiro Mundo. Imposições de qualidade, exigências para que os produtos não sejam retirados diretamente da biomassa... São muitas as implicações com indústrias que a gente nem conhecia e com outras que estão atuando de maneira errada porque, lá fora, não é possível perceber como se processa o erro.



A Amazônia foi apresentada como uma região uniforme, passível de ser manipulada a distância

Há uma questão de escala em relação à Amazônia. Nossas universidades e cientistas não estão preparados para entender de escala. Fazem comparações insuficientes – que a Amazônia, com quatro milhões de quilômetros quadrados de área florestal, é maior que um determinado conjunto de países. Isso não diz nada! É preciso ter noção sobre o que lá está acontecendo e com que velocidade, qual a área de apossamento real pelos particulares. Na Amazônia, o avanço da fronteira fundiária foi muito maior que o avanço da fronteira agrícola. Com o ensejo de encontrar alguma economicidade, iniciou-se um ciclo de atividades agropecuárias, um monótono ciclo econômico, criaram-se

pastagens onde havia florestas. Um dos grandes erros do governo foi não perceber que estava doando a Amazônia para as classes burguesas e especulativas do país, possibilitando a compra de terrenos por brasileiros ou grupos multinacionais. Até que um dia alguém da área militar reparou que o governo tinha vendido quase toda a boca do Amazonas para o milionário Ludwig, do Projeto Jari.

Mas voltemos à questão da escala. Ter um milhão de hectares na Amazônia, duzentos mil, ou dois milhões e seiscentos mil... Vejamos o que representa isso. Um milhão de hectares são dez mil quilômetros quadrados de área. Dez mil quilômetros quadrados são três vezes a área metropolitana da Grande São Paulo. É quase toda a bacia do Parafba do Sul. O que o Ludwig conseguiu, estendendo sua área muito além do que comprou, foram dois milhões e qualquer coisa de quilômetros. São neo-sesmarias dentro da Amazônia, possibilitadas por um governo que dizia defender a soberania nacional em todo o território.

Quando iniciei meu trabalho sobre a Amazônia deparei com sérias obsessões. Passaram ao Banco Mundial a idéia de que a Amazônia era uma extensão de terras sem dono, um lugar onde não existia gente, nem tradições. Parecia oportuno fazer planejamentos pensando no grande número de recursos da região. Desde os anos 60, a Amazônia foi apresentada ao mundo como uma região uniforme e monótona, pouco compartimentada e desprovida de diversidade fisiográfica e ecológica. Um espaço passível de manipulação por planejamentos feitos a distância, ou sujeito a obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito de desenvolvimento.

Socialismo – A história da teoria socialista e das aplicações do socialismo a diversos níveis e em diversos tempos mostra que há uma dificuldade entre a teoria e a aplicação. Isso é uma realidade. Mesmo porque os homens são sempre homens, e a marcha dos acontecimentos históricos acaba por deformar ou aperfeiçoar – no geral deforma – teorias e utopias. É o caso das dificuldades enfrentadas, por exemplo, na União Soviética, e que redundaram no quadro que nós sabemos hoje. As teorias socialistas e as utopias foram sempre combatidas pela mística da defesa do capital e do capitalismo como o regime fundamental para dirigir nossos destinos. Nesse sentido, foi muito difícil para um país como a Rússia, em 1917, que saiu de uma estrutura e de uma funcionalidade relativamente arcaica, entrar em conflito com nações em que o capitalismo já estava arraigado devido à incorporação de tecnologias e infra-estruturas modernizantes. Durante a implantação dessas infra-estruturas modernizadoras na Rússia foi necessário construir uma indústria militar gigantesca, que prejudicou a destinação de recursos para outras áreas. Não tinha outra saída.

A aplicação do socialismo não é fácil. Contudo, o ideal de justiça social que o socialismo difundiu e implantou no mundo é definitivo. Pois quem não estiver associado ao ideal de justiça social, para dar fim à desigualdade entre os homens, é um pulha da história, porque a utopia nunca vai desaparecer.

AZIZ NACIB AB'SABER é geógrafo e presidente da SBPC.



FAÇA A CAMPANHA! O SOM NÓS GARANTIMOS!

Econômico

Um investimento baixo. Pode ser utilizado em ambientes abertos ou fechados, com veículo em movimento ou parado.

Rápido e Seguro

Funciona com bateria (até 1440W). É só ligar como o rádio do carro. Chega daqueles geradores a gasolina, barulhentos e poluidores, que deixam você na mão no meio do discurso.

Temos 9 modelos diferentes. Um deles é ideal para sua eleição parlamentar ou sindical.

SVM 2006 ST (5.806,80 URV)

• GABINETE, 1 DUPLO DECK COM MIXER E EQUALIZADOR EMBUTIDO • 1 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA • 1 MESA DE 8 CANAIS, • 1 MICROFONE
• 1 INVERSOR ESPECIAL • 4 CAIXAS DE SOM PROFISSIONAL • POTÊNCIA 1.440 W • ALCANCE 500 m OU 6.500 PESSOAS • USO DE VOZ E TOCA-FITA DUPLO E RÁDIO • P/ KOMBI E USO INTERNO

SVM 1400 ST (2.380,00 URV)

• 1 GABINETE, 1 TOCA-FITA • EQUALIZADOR, 1 MIXER • 2 MÓDULOS DE POTÊNCIA, 1 MICROFONE • 1 CAIXA INTEGRADA (4 SAÍDAS) • POTÊNCIA 720 W • ALCANCE 300 m OU 3.000 PESSOAS • USO DE VOZ, TOCA-FITA E RÁDIO • P/ CARRO DE PASSEIO OU KOMBI

SMV 2003 ST (3.349,98 URV)

• 1 GABINETE, 1 DUPLO DECK COM MIXER E EQUALIZADOR EMBUTIDO • 3 MÓDULOS DE POTÊNCIA, 1 MICROFONE • 1 CAIXA INTEGRADA (6 SAÍDAS) • POTÊNCIA 1.080 W • ALCANCE 400 m OU 4.000 PESSOAS • USO DE VOZ E TOCA-FITA DUPLO E RÁDIO P/ KOMBI

BOTE A BOCA NO MUNDO - LIGUE PRÁ NÓS - (011) 35-8150

Modernização do campo muda eixo da reforma agrária

RONALD FREITAS

O Brasil produz 75 milhões de toneladas de grãos por ano, volume capaz de abastecer o mercado interno.

Mesmo assim, 32 milhões de brasileiros passam fome

Os setores produtivos e competitivos da agropecuária brasileira atuam com base em relações capitalistas, que em algumas áreas se encontram altamente avançadas. O atual volume de produção – cerca de 75 milhões de toneladas/ano de grãos – demonstra que já existe no campo uma infra-estrutura capaz de abastecer o mercado de alimentos.

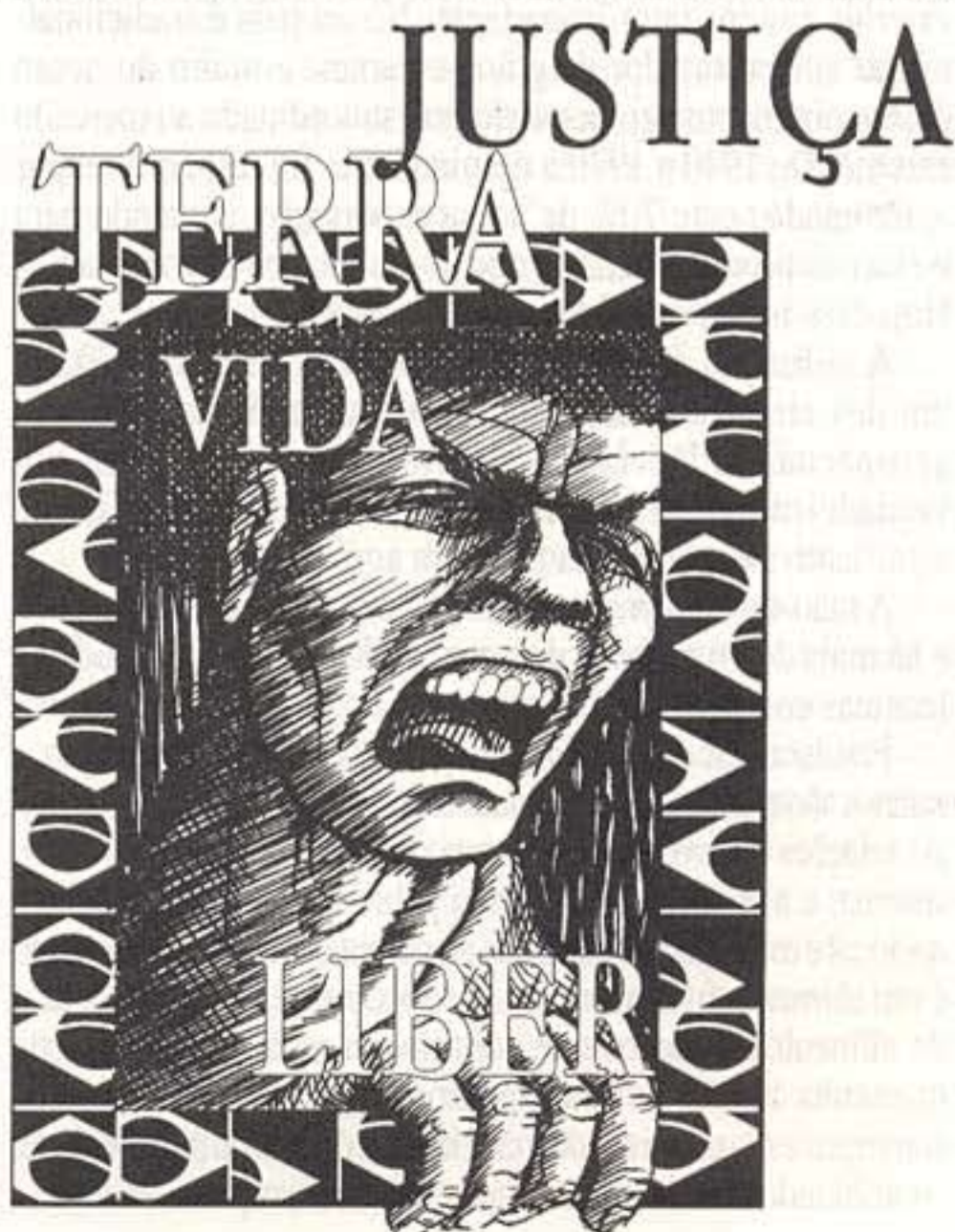
A existência de milhões de brasileiros que passam fome e não possuem condições mínimas de sobrevivência não se deve, portanto, à incapacidade de produção do setor agropecuário. Trata-se de um problema decorrente de um conjunto de fatores, entre os quais se destacam a má distribuição da renda, o tipo de política salarial e um sistema capitalista dependente de capital estrangeiro. Em nosso país, 10% da população, os mais ricos, detêm 50% da renda nacional; e os 10% mais pobres, menos de 1%. Mais grave ainda é constatar que, entre os mais ricos, 5% detêm 31% da renda e 1% detêm 12%. Quanto à política salarial, a orientação básica é a má remuneração aos que têm a possibilidade de trabalhar, sendo o salário mínimo de 65 dólares emblemático!

Na realidade, o problema da carestia e falta de alimentos decorre do sistema capitalista dependente predominante no país, que privilegia o mercado externo e é um dos maiores concentradores de renda do mundo. Como se diz nos círculos de estudiosos da nossa realidade agropecuária, o problema se situa “da porteira para fora” dos estabelecimentos (desde que se abstraia o tamanho da área que a porteira protege).

O campo brasileiro envolve uma atividade econômica expressiva e é um elemento importante na composição do PIB nacional. Desde 1947, quando se iniciou o cálculo das contas nacionais, até 1988, o aumento médio da produção agropecuária é da ordem de 3,5%, índice que superou o crescimento populacional, que correspondeu a 2,7% ao ano.

Apesar de continuar crescendo e ser um dos suportes básicos

do processo de industrialização que ocorreu no país ao longo desse período, a agricultura passou a ter menos importância na formação da renda nacional, fenômeno indicador do surgimento de uma economia em que predomina o setor industrial, deixando o índice de 27%, relativo ao início da década de 50, para atingir apenas 12%, em 1970, e em seguida 10%, nível em torno do qual se situa até hoje. Na última década (1983 a 1993), a agropecuária cresceu em média 4,5% ao ano, mais que nas



décadas anteriores, o que não deixa de ser um bom desempenho em meio à grave crise estrutural que a economia e outros setores do país vivem desde então e às inconstâncias climáticas.

A produção nacional de grãos ultrapassou 50 milhões de toneladas/ano em 1984 e se manteve crescente, com uma breve interrupção em 1990 e 1991, devido a problemas climáticos. A média anual de crescimento dá-se na ordem de 5%, em parte devido ao aumento da produtividade, cerca de 2,7% ao ano, e em parte devido à expansão da fronteira agrícola. A safra de 93/94 bate novo recorde e permanece em torno de 75 milhões de toneladas/ano de grãos. Agregando-se a isso a produção de carnes, ovos e hortifrutícolas, tem-se uma situação em que cada brasileiro dispõe atualmente, para consumo, de mais de 1,5 kg de cereais/dia, o que representa um volume mais que suficiente.

A agropecuária emprega 14 milhões de pessoas. Um terço é composto por mulheres e 3,7 milhões são crianças



O uso de modernos meios de produção, como máquinas, fertilizantes e defensivos agrícolas, é fundamental para a agropecuária. Em 1989 o setor agropecuario gastou com estes insumos básicos cerca de 10 bilhões de dólares americanos, destinados principalmente à compra de rações, fertilizantes e defensivos.

A atividade agropecuária emprega cerca de 14 milhões de pessoas, número correspondente a 25% da PEA, de acordo com dados de 1987. Nesse contingente as mulheres representam 1/3, e é de 3,7 milhões o número de crianças com menos de 15 anos.

A participação da produção agropecuária no comércio exterior é outro fator importante. Nosso país é tradicionalmente um exportador de grãos e carnes, e muito do nosso desenvolvimento agropecuario está subordinado ao mercado externo. De 1940 a 1970 a agroindústria foi responsável por aproximadamente 70% de nossa exportação, enviando para o exterior produtos *in natura* semi-elaborados e processados. Hoje esse índice é de apenas 30%.

A utilização de créditos, sobretudo na década de 70, foi um dos elementos impulsionadores centrais da produção agropecuária. Devido aos fortes subsídios houve um verdadeiro *boom* na produção, o que resultou numa significativa expansão da fronteira agrícola.

A mão-de-obra predominante no campo é a do assalariado, e há mais de 10 milhões de empregados rurais submetidos a leoninas condições de trabalho.

Fertilizantes, defensivos, máquinas, créditos, exportação e salários são elementos centrais numa economia agrária capitalista. As relações de produção no campo brasileiro baseiam-se nesse sistema, e a economia é regulada pelas demandas do mercado nacional e estrangeiro e integrada no complexo nacional. O campo é um elemento fundamental nesse sistema, seja como produtor de alimentos a preços que contribuem para que a indústria mantenha baixos os seus salários, seja como liberador de contingentes expressivos de mão-de-obra do campo para a cidade, contribuindo decisivamente para a industrialização.

Como se processa o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro?

No Brasil o desenvolvimento do campo dá-se de acordo com as leis mais gerais do capitalismo, e por isso é um processo concentrador de riquezas e socialmente excludente da mão-de-obra. O perfil fundiário do país é um dos mais injustos, pois um pequeno número de latifundiários concentra a absoluta maioria das terras, produtivas ou não.



Apenas os grandes produtores podem influir nas políticas agrícolas industriais

De acordo com os dados do INCRA de 1987, as propriedades de até 100 hectares representam 77,7% do total de propriedades existentes no país e ocupam apenas 14,27% de todo o território nacional. Já as propriedades de mais de 1.000 hectares representam apenas 1,83% do total e ocupam 56,9% do território.

Em decorrência dessa distribuição de terras, o uso de modernas tecnologias na produção e no gerenciamento de fazendas, o acesso ao crédito e a capacidade de influir na elaboração de políticas agrícolas do governo restringem-se aos grandes e, perifericamente, aos médios produtores rurais, condição que marginaliza os pequenos produtores e os leva à extinção.

A situação do campo brasileiro é de crise; a produção, embora expressiva, não é suficiente para abastecer o mercado; e os preços praticados, em relação ao poder aquisitivo das grandes camadas da população, são proibitivos.

O fim da política de créditos subsidiados; o processo de sucateamento de centros de pesquisa estatal, como a Embrapa; o ajuste do setor agropecuario às exigências do



capital financeiro internacional por meio da implantação do chamado projeto neoliberal; e a profunda crise estrutural por que passa a nossa economia – todos esses fatores traçam um horizonte cinza para o progresso e o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Por outro lado, há nos setores de ponta uma produção agropecuária de primeiro mundo (como o mimetismo em voga considera de bom-tom dizer). A soja tem uma produtividade média de 2 t/ha, o que é um bom índice de desempenho; o trigo está na faixa de 1,5 t/ha, já tendo atingido 2 t/ha; e a cana-de-açúcar atinge a marca de 64 t/ha. A produção de carnes, particularmente a bovina e a de frango, é moderna, competitiva no mercado externo e atinge um bom nível. Entre 1970 e 1989 a produção de carnes no país quase duplicou, sendo a avicultura a principal responsável por esse desempenho. Em 1970 a produção de carnes era distribuída da seguinte maneira: carne bovina, 67%; suína, 25%; e aves, 8%. Em 1990 houve uma profunda mudança no perfil da produção de carnes e, conseqüentemente, no seu consumo: bovina, 44%; suína, 18%; e aves, 38% (a produção de carne bovina e a de aves praticamente se igualaram).

Para o gerenciamento utiliza-se largamente a informática, especialmente no controle da produção, e não são poucas as unidades produtivas – privadas e cooperativadas – integradas diretamente às bolsas de cereais e *commodities* dos principais centros comerciais do mundo, como Chicago.

Todos esses fatores configuram o quadro contraditório do desenvolvimento capitalista agropecuário brasileiro: de um lado, um setor produtivo razoavelmente moderno, capitalizado e competitivo; de outro, imensas áreas improdutivas ou pequenas áreas cuja produção serve apenas à subsistência do trabalhador do campo, não sendo portanto representativa no setor.



A reforma agrária e a realidade atual

Historicamente, o quadro de injustiça e de desenvolvimento contraditório do campo brasileiro tem apresentado, em contraposição, a decidida, constante e heróica luta dos trabalhadores rurais, camponeses ou não, e dos setores urbanos progressistas – na qual se destaca o proletariado consciente e organizado – por uma reforma agrária que acabe com as injustiças sociais no campo, permita a democratização do acesso à terra, aumente a produção de alimentos e, acima de tudo, acabe com o latifúndio como forma central de propriedade fundiária no Brasil. Creio que é hora de os setores envolvidos fazerem um balanço dessa luta de décadas e elaborarem estratégias políticas e táticas que coloquem a necessária continuidade da luta pela reforma agrária em sintonia com a atual realidade do campo.



A concentração de terras começou com as capitâneas hereditárias e até hoje permanece no Brasil

Com a criação das capitâneas hereditárias, no início da colonização portuguesa, foram lançadas as bases de uma distribuição fundiária altamente concentrada e monopolista. A seguir implantou-se um modelo que, combinando o monopólio da terra, o escravismo e a produção voltada aos interesses da metrópole, nos dominou durante séculos. Tal modelo propiciou as economias com predomínio de um produto básico, e seguiram-se os ciclos da cana-de-açúcar, do algodão, do café, do cacau etc. Nesse período gestou-se uma retrógrada aristocracia latifundiária, matriz das UDRs de hoje, que dominaram politicamente o país e o moldaram de acordo com os seus interesses até as primeiras décadas do século.

Em 1930 teve início a ruptura com o domínio das oligarquias político-latifundiárias por parte dos setores nascentes do capitalismo industrial nacional, já aliados ao capital estrangeiro, principalmente ao norte-americano. Embora a ruptura não tenha sido radical, ela marca o enfraquecimento do poder absoluto da oligarquia latifundiária e o início da ascensão da burguesia industrial como pólo dinâmico da economia e da política nacional. Entretanto, por não ter sido totalmente derrotado, o setor latifundiário recompôs-se habilmente e, em aliança com a burguesia industrial, implementou um processo de modernização a serviço das indústrias que acabavam de surgir.

Com a aceleração do processo de industrialização a partir de 1930 e, sobretudo, após a eclosão da II Guerra Mundial, as contradições decorrentes da evolução do capitalismo puseram a nu, com grande força, a necessidade de o país urgentemente se “modernizar” (eta palavrinha!). Por esse motivo o setor agropecuário cumpriu um importante papel: fornecer alimentos, a baixos preços, às populações cada vez mais urbanizadas, gerando assim um



proletariado urbano mal pago e, ao mesmo tempo, liberando força de trabalho do campo para a cidade, com o mesmo objetivo – ou seja, garantir um excedente de mão-de-obra à nascente indústria, para servir de freio às pressões por melhores salários por parte do operariado urbano.

O golpe de 64 encerrou uma etapa de luta pela reforma agrária, que havia tomado forma política nos anos 40 e 50



A questão da reforma agrária evoluiu e tomou forma política nos anos 40 e 50 e teve um desfecho parcial com o golpe de 64. Na realidade, a polêmica que se travou na sociedade brasileira nesse período deu-se entre duas macrovisões (com inúmeras variantes). De um lado estavam os setores conservadores, representativos da oligarquia rural e do capital estrangeiro, que argumentavam que o campo brasileiro não necessitava de reforma mas sim de modernização, que a solução consistia em modernizar e aumentar a produção e que era preciso criar políticas governamentais adequadas para esse fim, especialmente crédito e pesquisa. De outro lado, os setores nacionalistas e populares, que atribuíam a causa básica do atraso no campo à concentração fundiária e ao latifúndio e viam numa reforma agrária distributivista (parcelamento de terras e desmembramentos dos latifúndios) o ponto central do início da modernização do campo – que aumentaria assim a sua produção, democratizaria o acesso do camponês à terra, transformando-o de agregado em proprietário, e constituiria um forte mercado interno, capaz de absorver a crescente produção industrial.

Estas duas visões excludentes entrecrocaram-se por mais de uma década e atingiram o acirramento máximo no governo João Goulart (1962/1964), quando este lançou, em famoso comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o primeiro decreto da reforma agrária, um dos estopins do golpe de 1964.

Em certo sentido, o golpe de 64 veio encerrar uma etapa da luta pela reforma agrária no Brasil, com a vitória do grupo conservador, que logo em seguida, no governo Castello Branco, desencadeou, com o Estatuto da Terra, o processo de modernização da agricultura brasileira, sem atingir a estrutura fundiária. A partir de então o campo passou por um acelerado processo de transformação, que moldou a realidade dos dias de hoje, na qual os problemas da produção e, em certo grau, da produtividade agrícola têm sido resolvidos, com base no monopólio da terra, por uma escassa elite latifundiária fortemente subsidiada (e com um brutal custo social). A ponta deste iceberg é o assassinato de camponeses e de outros que lutam pelo direito à terra, e se estende para a expulsão do homem do campo, provocando a formação de conglomerados urbanos gigantes e de enormes contingentes de marginais, de todas as faixas etárias, na periferia das grandes cidades. Trata-se de uma “modernização” a serviço do mercado externo, em detrimento do nacional, que cristaliza uma situação secular de injustiça no meio rural.

Mesmo com todas as seqüelas desse tipo de modernização, hoje a realidade do campo brasileiro é outra. A ascensão da burguesia industrial trouxe modificações profundas, o Brasil já não é um país onde no campo predominam relações pré-capitalistas, que entravam o desenvolvimento das forças produtivas. Na realidade, e de acordo com o momento histórico e as peculiaridades nacionais, ocorre no Brasil o que Lênin constatou na Alemanha quando se referiu ao modelo prussiano de desenvolvimento do campo. Esse fato provoca, inevitavelmente, mudanças no conteúdo e na forma de luta pela reforma agrária no país.

A continuidade da luta pela reforma agrária no Brasil é imperiosa, principalmente por causa do brutal monopólio da terra exercido pelo latifúndio. A concentração de renda agrícola, as péssimas condições de trabalho existentes no campo e os bolsões de produção retrógrada voltada para a subsistência são fatores que devem ser combatidos e que só serão vencidos com uma profunda reestruturação do setor. A existência de um forte monopólio privado da terra encarece

a produção agropecuária do país, e a renda absoluta da terra criada pela posse monopolista é um elemento inibidor do desenvolvimento agropecuário.

Décadas de pregação e agitação em torno dessa bandeira colocaram a luta pela posse da terra como um elemento mobilizador e aglutinador de largos contingentes de camponeses sem terra ou com pouca terra. É necessário apoiar esses pleitos. A realidade indica, cada vez mais, que a luta por uma reforma agrária que tenha como centro o distributivismo de terras não encontra respaldo na situação atual do campo. O capitalismo que se desenvolveu no campo brasileiro baseia-se em unidades produtivas avançadas e integradas, verdadeiras fábricas de grãos, carnes e fibras. Desmembrá-las em pequenas unidades produtivas seria um atraso e desorganizaria significativamente a produção de alimentos do país. É o momento de colocar a luta pela reforma agrária em outro nível.

A luta pela reforma agrária está em outro nível devido ao avanço capitalista no campo



A realidade contraditória do campo, onde coexistem um setor capitalista avançado e um setor latifundiário pré-capitalista, além das áreas florestais pouco povoadas no norte do país, não nos autoriza a conduzir uma luta que tem como objetivo central superar o setor latifundiário pré-capitalista. Este setor, economicamente pouco significativo, não é o pólo dinâmico do campo e se encontra em decadência. A permanência da luta pela reforma agrária distributivista só se justificaria se o problema da produção de alimentos e o da liberação de mão-de-obra para a indústria representassem um entrave para o desenvolvimento do país – mas esse é um assunto resolvido, lamentavelmente, pelo caminho social e nacionalmente mais penoso: o modelo prussiano. As regiões onde predominam latifúndios pré-capitalistas e áreas florestais de expansão da fronteira agrícola continuam demandando tratamento específico e, por conseqüência, soluções específicas. Mas não são essas áreas que devem determinar a orientação geral da luta pela reforma agrária no país.

Hoje, na questão da reforma agrária devem ter prioridade a luta contra a mais-valia no campo, a quebra do poder monopolista do latifúndio e o direcionamento da produção agropecuária para o mercado interno. Simultaneamente, deve continuar a luta pela posse da terra e pelo assentamento dos camponeses, de acordo com as características da região onde atuam, e por condições de trabalho dignas, com salários e direitos trabalhistas, como os operários industriais.

No capitalismo dependente em que vivemos, mesmo um governo progressista e com características populares não terá condições de avançar em direção a uma reforma agrária distributivista clássica. Isso desencadearia forças poderosíssimas do *establishment*, que um governo desse tipo não conseguiria deter (lembram-se do primeiro PNRA?).

Para o desenvolvimento do campo, que tem como condição o fim do latifúndio, o ponto central está na luta pelo poder político e na constituição de um regime social mais avançado, o socialismo. É uma luta que só terá êxito se tratar a questão com sensibilidade, considerando o desenvolvimento agrário do país e a correlação de forças existentes na sociedade.

RONALD FREITAS é secretário-geral do PCdoB

Bibliografia

FREITAS, Ronald. "Características da penetração do capitalismo no campo brasileiro", *PRINCÍPIOS* nº 6 e 7, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1983.

ARANTES, Aldo. "Violência: Produto em expansão no campo", *PRINCÍPIOS* nº 22, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1991.

KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro - 1857/1967*, São Paulo, Ed. Alfa Omega.

ARAÚJO, N.B.; WEDEKIN, I.; PINAZA, L.A. "Complexo agroindustrial", *O agrobusiness brasileiro*, Agroceres.

Perfil da economia brasileira - 1993, CBMM, 1993.

Anuário estatístico/1992, Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

Dados preliminares - Censo agropecuário/1985, Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

GRAZIANO, José da Silva. *Por um novo programa agrário*, Ed. Poper.

"Agricultura e capitalismo no Brasil", *Contexto* nº 1. São Paulo, Ed. Hucitec, 1976.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*, Proposta Editorial.

LUTA ARMADA No Brasil dos anos 60 e 70

Jaime Sautchuk

História da juventude dos anos rebeldes, que pegou em armas para conquistar a liberdade e produziu heróis como Lamarca, Mariguella, Osvaldão e Elenira. É um relato simples, direto e envolvente, na medida certa para a combativa juventude cara-pintada dos anos 90.

Lançamento em junho

Mais uma publicação da Anita Garibaldi

Sobre o projeto do genoma humano

RICARDO FERREIRA

Mapear todos os genes humanos custará 2 bilhões de dólares, o mesmo valor das primeiras bombas atômicas norte-americanas, e tem repercussões médicas, tecnológicas e ideológicas

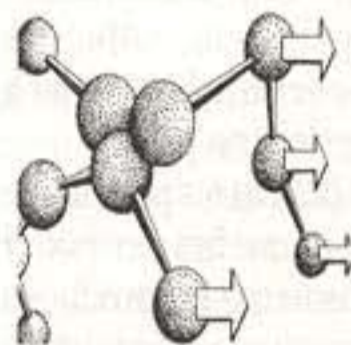
O Projeto do Genoma Humano (HGP), desenvolvido no Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, é uma tentativa de mapear o conjunto de genes do *Homo sapiens*. O termo *gen*, introduzido por Johanssen em 1909, corresponde às unidades de hereditariedade propostas por Mendel como necessárias para uma explicação das leis da herança biológica, descobertas por este cientista em 1865. Modernamente, sabe-se que um gene é uma seqüência (mais raramente, uma combinação de seqüências) dos quatro *nucleotídeos* que formam o DNA, o material genético contido nos cromossomas dos eucariotes (células com núcleo) ou em solução no citoplasma dos procariotes (células desprovidas de núcleos, como as bactérias). Os genes, por sua vez, condicionam a maioria das características de cada ser vivo, que constituem o *fenótipo* desses organismos.

Cada nucleotídeo é formado por um fosfato de deoxirribose (um açúcar) ligado quimicamente a uma base nitrogenada: adenina (A), guanina (G), citosina (C) e timina (T). A seqüência com que esses nucleotídeos se dispõem nas macromoléculas de DNA, por exemplo ACGTACCTG..., pode ser determinada por métodos químicos, hoje automatizados, e assim também o conjunto de genes, que forma o chamado genoma. Em nossa espécie, o *Homo sapiens*, há cerca de 100 mil genes, cada um formado por seqüências que contêm milhares de nucleotídeos, num total que pode chegar a 10 bilhões de unidades. O controle que os genes exercem sobre o fenótipo dos organismos decorre do fato de que são eles que codificam a síntese das proteínas, que formam o material mais importante das células.

O Projeto do Genoma Humano, bancado em grande parte, mas não exclusivamente, por agências do governo norte-americano, foi avaliado inicialmente em US\$ 2 bilhões, mas sabe-se que dificilmente será completado sem que se gaste o dobro dessa quantia. Assim, a biologia transformou-se, em termos econômicos, no que chamamos de *big science*, rivalizando com a física das partículas elementares e com as ciências espaciais. Para se ter uma idéia do custo podemos

compará-lo com o Projeto Manhattan, que produziu as bombas nucleares que devastaram Hiroxima e Nagasáqui e custou aproximadamente a mesma quantia, cerca de US\$ 2 bilhões.

Nos últimos 15 a 20 anos conseguiu-se determinar as seqüências de nucleotídeos de muitos genes, tanto no homem como em outros organismos. Um exemplo clássico é o gene que regula a síntese da insulina nas células do pâncreas dos mamíferos. Uma vez o gene identificado quimicamente, é possível extraí-lo das células das quais faz parte e depois injetá-lo, por exemplo, em bactérias. Essas bactérias modificadas passam então a produzir insulina, uma proteína que em nada serve à bactéria hospedeira. Esta é uma das vitórias mais conhecidas da engenharia genética. Atualmente esse processo já serve de base à produção industrial da insulina necessária para a sobrevivência de milhões de diabéticos e, gradativamente, está substituindo o método antigo de obtenção de insulina a partir do pâncreas de boi ou de porco, comprados dos grandes matadouros-frigoríficos.



Insulina produzida geneticamente é fonte de lucro da indústria farmacêutica

É possível constatar que o Projeto do Genoma Humano pode fornecer um conhecimento detalhado do nosso padrão genético, com repercussões médicas imediatas. Por outro lado, não se espera que o projeto possa acrescentar novos conhecimentos fundamentais sobre o funcionamento dos seres vivos. Trata-se de uma proposta eminentemente tecnológica, embora não seja possível diferenciar de maneira absoluta a tecnologia da ciência propriamente dita.

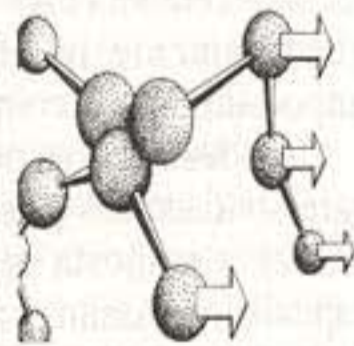
Para os socialistas, dois aspectos apresentam-se inquietantes com relação a essa proposta tecnocientífica, que

recruta recursos e conhecimentos científicos especializados não apenas dos Estados Unidos mas de quase todos os países imperialistas: Inglaterra, Japão, França, Holanda, Alemanha etc. Uma das facetas inquietantes é de cunho econômico imediato; a outra, de fundo ideológico.

Já vimos como a grande indústria farmacêutica aproveita-se dos conhecimentos genéticos para produzir – e vender com grandes lucros – a insulina. Muitas doenças, chamadas hereditárias (síndrome de Alzheimer, anemia falciforme, talassemia, hemofilia e, naturalmente, a diabetes) são devidas a genes defeituosos (seqüências erradas) ou ausentes de genoma. Todos os hormônios, inclusive os que atuam ao nível das funções cerebrais, têm sua síntese controlada por genes específicos. Pode-se imaginar o tremendo interesse com que a grande indústria farmacêutica acompanha o desenvolvimento do HGP, especialmente se lembrarmos que hoje, nos Estados Unidos e nos outros países que a Potência Única admite como parceiros, fármacos, hormônios, genes e mesmo espécies biológicas podem ser patenteados. Por essas razões os grandes produtores de fármacos procuram infiltrar-se no HGP e garantir, por medidas legislativas e formas mais diretas de controle, grandes vantagens futuras. Foi por discordar dessas práticas que o diretor-geral do projeto, o biólogo James D. Watson, pôs de lado o maior salário já pago a um cientista (US\$ 500 mil por ano) e exonerou-se do cargo em 1992. Foi Watson quem, juntamente com Francis Crick, descobriu, em 1953, a estrutura helicoidal dupla do DNA, um feito somente comparável, na biologia, à descoberta das leis de Mendel ou à formulação da teoria da evolução por Darwin e Wallace.

Watson, na tentativa de evitar o “fatiamento” dos resultados parciais (que seriam “pinçados” pelas companhias farmacêuticas) e para enfatizar a unidade essencial dos seres humanos, havia proposto que o projeto começaria tentando elucidar quais as seqüências correspondentes aos genes mais gerais da nossa espécie, comuns a toda grande diversidade com que o *Homo sapiens* se nos apresenta, tais como os genes que nos garantem a postura ereta, a visão frontal, a anatomia das mãos etc. Percebeu que estava perdendo a parada dentro do próprio Instituto Nacional de Saúde e afastou-se do projeto.

**Genoma humano
retira recursos
que poderiam ser
alocados para tratar
“doenças de pobres”**



Os jornais de 28 de fevereiro de 1994 informaram que o novo diretor-geral do Instituto Nacional de Saúde, Harold Varmus (outro vencedor do Prêmio Nobel), conseguiu obter uma proibição de patentes de genes parciais do genoma humano. Varmus, segundo o Jornal do Comércio, de Recife, declarou: “Não acredito que o patenteamento (dos fragmentos de DNA) nesse estágio fomenta o desenvolvimento tecnológico”. Sabe-se que o “fomento do desenvolvimento tecnológico” é a razão, isto é, a desculpa, para os que apóiam o sistema de patentes.

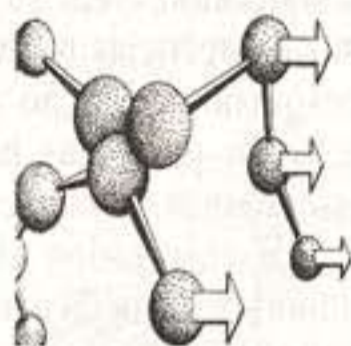
O HGP representa bem um processo em curso nesta fase da história, o das “parcerias” entre empresas capitalistas de grande porte e centros de pesquisas, que, afinal, são mantidos com recursos de todo o povo, na sua maioria pobre, dos países ditos avançados. Para dar um exemplo, no começo do ano passado (1993) alguns senadores estaduais da Califórnia entraram com um recurso na Justiça Federal dos Estados Unidos para sustar uma parceria entre a Roche (companhia farmacêutica suíça) e o instituto Scripps de La Jolla, da Califórnia. A parceria consistia em a Roche doar US\$ 5 milhões ao longo de três anos ao instituto, para que este permitisse que certo número de “olheiros científicos” da Roche ficassem analisando os resultados obtidos por seus pesquisadores; em 1992 o Scripps havia recebido US\$ 350 mil de agências nacionais norte-americanas para apoio à pesquisa. A função dos “olheiros” era, evidentemente, repassar para seus patrões os resultados que julgassem promissores economicamente.

Os resultados que serão obtidos pelo HGP terão importância médica primeiramente com relação às doenças genéticas, ou doenças moleculares, como as chama o grande pioneiro Linus Pauling. É verdade que até hoje não se descobriu uma técnica que permitisse tratar essas doenças, mas o seu diagnóstico precoce seria beneficiado pelas informações genéticas detalhadas geradas pelo projeto. É também provável que técnicas que permitam o tratamento de doenças moleculares venham a ser desenvolvidas. Tais informações seriam ainda de grande importância para doenças degenerativas, como o câncer, doenças cardiovasculares e envelhecimento. Seriam menos importantes no caso das doenças infecciosas, mas o conhecimento dos genes do nosso sistema imunitário será certamente de grande utilidade, bem como o conhecimento dos genomas dos agentes causadores. Essas doenças infecciosas (tuberculose, malária, cólera, doença de Chagas etc.) são particularmente importantes para os países pobres e as camadas mais pobres dos países capitalistas desenvolvidos. Parece certo que o esforço em torno do genoma humano retira recursos que poderiam ser alocados aos problemas em aberto com relação a essas “doenças de pobres”, como o desenvolvimento de uma vacina para a malária.

Se persistir o balanço de poder mundial de hoje, teremos um cenário em que os padrões gerais de saúde pública começarão a decair para a grande maioria da população da Terra – com o aparecimento de epidemias novas, como a AIDS; e o aumento da incidência de moléstias que haviam sido consideradas sob controle como a tuberculose, a malária e a febre amarela –, situação agravada pela crescente falta de água em grande parte da África, Ásia e América Latina, o que tem como consequência a diminuição da higiene. Ao mesmo tempo, milhões de pessoas ricas, no ápice da pirâmide econômica, poderão recorrer a uma medicina caríssima e, provavelmente, a um exclusivismo territorial, e ter uma expectativa de vida de 150 a 200 anos (com boa saúde, claro, que ninguém quer perder seu jogo de tênis e suas transas sexuais).

Talvez mais grave que a pirataria dos resultados de interesse médico é o fato de que o Projeto do Genoma Humano pode fornecer apoio às tentativas, digamos, “pós-modernas” de interpretações biológicas do desenvolvimento das sociedades humanas, que causaram no passado terríveis sofrimentos. A essência desta questão talvez possa ser posta, sem grandes distorções simplificadoras, nos seguintes termos: no início deste artigo escrevi que “os genes condicionam a maioria das características de cada ser vivo”. Os ideólogos racistas insistem em dizer que esta assertiva está errada, e que o correto seria afirmar que “os genes determinam todas as características de cada ser vivo”. Qual das duas afirmações é correta, e qual a importância da questão?

O homem é a primeira espécie a receber herança cultural além de herança genética



Sem dúvida é verdadeiro que os genes do *Homo sapiens* são muito diferentes dos genes, digamos, da mosca comum, *Musca domestica*. São também diferentes, em bem menor grau, dos genes do chimpanzé (95% dos nossos genes estruturais são idênticos aos do chimpanzé, mas diferimos bastante quanto aos genes ditos de controle). E mais: o conjunto dos meus genes difere em alguns detalhes do genoma de qualquer outro representante do *Homo sapiens*, inclusive meu irmão (mas seriam idênticos aos de um gêmeo monozigoto, um clone). Um projeto como o HGP poderá servir, considerando o estado atual do mundo, para acentuar essas diferenças, na tentativa clássica de descobrir “raças” supostamente inferiores e superiores.

A grande verdade, porém, é que todas as características básicas do *Homo sapiens*, físicas e mentais, formam um patrimônio comum a toda humanidade.

Para exemplificar, meu pâncreas sintetiza exatamente a mesma insulina, com os mesmos detalhes moleculares, que os pâncreas de todos os seres humanos, exceto os que sofrem de uma anomalia genética. Os indivíduos diabéticos, como aqueles que sofrem de certas doenças, genéticas ou não, podem não ser tão capazes como os indivíduos sãos de uma produção socialmente útil. Mas somente um regime brutal como o nazista e os sistemas caracterizados por uma competição desenfreada e que valorizam unicamente a produção de mais-valia – o sistema capitalista – justificariam uma discriminação contra os diabéticos e outras pessoas com limitações à saúde plena (isto inclui os idosos). Apenas os sistemas sociais com base no aforisma de Marx “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade” pode fazer plena justiça com as diferenças inerentes ao conjunto dos seres humanos.

As diferenças já conhecidas dos genomas individuais – quanto aos grupos sanguíneos, a cor dos olhos, o sistema imunitário, a textura dos cabelos etc. –, que tendem a se multiplicar com os resultados de um projeto como o HGP, são desprezíveis em comparação com a unidade essencial

da nossa espécie. Somente em casos raros a incompatibilidade inata (genética, portanto) pode causar complicações ao direito natural da busca da felicidade. É o caso de homem e mulher que desejam ter filhos e possuem fatores Rh opostos no sangue. Este tipo de informação será certamente ampliado com o Projeto do Genoma Humano, mas deveria estar livremente – gratuitamente, na prática – à disposição dos futuros casais.

Finalmente, alguns entusiastas do HGP tentam propagar a idéia de que o homem está todo em seus genes. Por conseguinte, os resultados finais do HGP esgotariam nossa necessidade de conhecimento sobre o homem. Tal concepção nega frontalmente significado à educação, no sentido mais amplo do termo. Os próprios geneticistas sabem que o fenótipo resulta da interação do genótipo com o meio ambiente, o que é entendido na sua generalidade: meio físico, social e intelectual. Nenhum aprendizado, é preciso ficar claro, é transmitido geneticamente à nossa progênie. Por isto mesmo a educação é um trabalho de Sísifo, e cada ser humano, cada geração, tem de passar por um processo de aprendizado. Mas, além da herança genética, o homem é a primeira espécie capaz de usufruir uma *herança cultural*. Embora tenham que ser aprendidos por cada geração, o conjunto dos conhecimentos passados, as expressões passadas de beleza na arte etc. não desaparecem, pois estão gravadas nas várias formas de registro que o desenvolvimento da espécie humana foi capaz de criar, a começar pela descoberta da fala, portanto da tradição oral. O processo de educação, por sua vez, difere nos diferentes sistemas sociais. No sistema socialista, a educação tem de estar voltada para a idéia de *cooperação*. É inegável, e útil reconhecer, que a agressividade do homem não pode ser reduzida a zero, pois foi um fator importante nos condicionamentos que levaram à sobrevivência da espécie no passado. O papel do aprendizado, em uma sociedade socialista, deve ser educar *todos*, não apenas no que se refere à nossa herança cultural, mas igualmente no sentido de minimizar a agressividade. Esta, além de minimizada, deve ser canalizada para um fim maior. Os jovens reconhecerão na escola, como no meio de uma sociedade genuinamente igualitária, que a cooperação é mais importante que a competição.

Não sei como responder à pergunta: “O que fazer com a agressividade dos países que não adotarem o socialismo?”. Talvez a resposta venha do bojo da crise mundial do capitalismo. Assim como Lênin aproveitou os ensinamentos da Comuna de Paris (1871), os socialistas do futuro poderão resolver o problema da agressividade dos países capitalistas.

Continuamos a acreditar que o homem livre do futuro, apesar de limitado pelo seu genoma, estará plenamente realizado em uma sociedade baseada na ajuda mútua.

RICARDO FERREIRA é professor do Departamento de Química Fundamental da UFPE e autor do livro *Bates, Darwin, Wallace e a teoria da evolução*, Editora UnB e Edusp.

Gênero: conceito histórico

OLÍVIA RANGEL E SARA SORRENTINO

Desvendar as relações entre os sexos no conjunto das relações sociais tem sido um problema para os estudiosos. O conceito de gênero pode contribuir para situar melhor a opressão da mulher na sociedade

Durante muito tempo as mulheres foram relegadas às sombras da história. Entendia-se que, ao se falar no ser humano, sempre grafado no masculino – o Homem –, elas estavam subscritas. Há no entanto registros de gestos e escritos feministas desde a Antigüidade. O registro mais antigo de denúncia da opressão feminina data de 624 a.C. É o da poetisa grega Safo, filha de uma família rica da ilha de Lesbos. Escreveu nove livros e criou um centro intelectual, a primeira escola para mulheres de que se tem notícia. Mas o movimento feminista, que começa a dar sinais de vida na Revolução Francesa, só ganhará corpo em meados do século XIX.

O advento do capitalismo possibilita o desenvolvimento de uma consciência coletiva da situação de inferioridade social das mulheres. A conquista do poder pela burguesia põe abaixo a hegemonia do cristianismo e a dominação da Igreja católica. O trabalho produtivo desloca-se do interior das casas para o espaço público, desagregando a unidade de produção familiar. As mulheres são lançadas no mercado de trabalho e passam a ter vivência coletiva. A era das revoluções (os 60 anos históricos entre 1789 e 1848), que põe abaixo o *ancien régime*, causa a maior transformação social que o mundo conheceu desde a Antigüidade. A dupla revolução – a política francesa e a industrial inglesa – abre caminho para uma renascença nas ciências, na filosofia, na religião e nas artes. E cria as condições para que se redesenhe a participação ou a história da participação feminina na sociedade. Temos pois, num mesmo contexto histórico, a luta pela consolidação do capitalismo e o aparecimento de lutas e organizações pelos direitos da mulher na França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha.

O processo revolucionário é contraditório e ambivalente do ponto de vista das relações de gênero. Apesar de participar ativamente, as mulheres não viram contempladas suas reivindicações na sociedade que se configurava. Olympe de Gouges precisou escrever sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* para denunciar que as mulheres estavam excluídas do projeto de cidadania da Revolução Francesa. A queda da Bastilha, segundo ela, deixou intacto o princípio do despotismo masculino. Enquanto quebravam as cadeias sociais e políticas de sua

opressão, os homens, em vez de suprimir, reativavam a opressão de gênero. “Mulheres”, perguntava Olympe de Gouge, “o que vos resta? A convicção das injustiças do homem. A reclamação de vosso patrimônio, fundado sobre os sábios decretos da natureza”. Ao declinar no feminino a Declaração dos Direitos do Homem de 1789, ela desmascara o universalismo, denunciando as exclusões e ambigüidades nele implícitas. Com lógica irrefutável, declara: “As mulheres têm o direito de subir ao patíbulo; devem ter igualmente o de subir à tribuna”. Ela própria subiu à guilhotina em 1794, acusada de pertencer ao movimento girondino (Sledziewski, 1991). A emancipação feminina também é sistematizada e advogada por Mary Wollstonecraft em sua obra *Defesa dos direitos da mulher*, no qual critica o machismo do filósofo francês Rousseau e afirma que as mulheres devem lutar pelo direito à educação como forma de superar a situação de inferioridade em que vivem.



Segundo Marx e Engels, a produção das idéias está ligada, em princípio, à produção material

Apesar das contradições e ambigüidades que marcam as relações de gênero neste processo, as enormes transformações econômicas, sociais e políticas introduzidas pela modernidade criam condições propícias à emancipação feminina. A era democrática não é *a priori* favorável às mulheres (Fraisse, Perrot, 1991). Em seu princípio ela afirma que é necessário excluí-las da coisa pública, circunscrevê-las ao espaço doméstico. Mas, paradoxalmente, ao proclamar a igualdade de direitos, abrindo espaço a uma vida pública republicana, põe em cheque seu próprio enunciado exclusivista. A participação feminina no mercado de trabalho, uma necessidade do sistema capitalista, rompe de uma vez por todas o processo de confinamento das mulheres no domicílio. E embora o sistema capitalista em determinados momentos, e por razões

específicas, tivesse tentado refrear esse processo, a sorte já estava lançada. As mulheres conquistam definitivamente um espaço público.

O nascimento do materialismo histórico também imprime considerável avanço no debate sobre a opressão feminina. Ao afirmar que a produção das idéias, das representações e da consciência está a princípio direta e intimamente ligada à atividade material, Marx e Engels denunciam que, por meio da ideologia, “os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura”. Abrem assim caminho para que se inverta o processo e se examine as bases reais da opressão.

A teoria marxista discute o papel da reprodução e da família, procura formular um projeto de emancipação das mulheres e adota como um de seus princípios a igualdade de direitos entre os sexos. Ao analisar o surgimento e o desenvolvimento da economia, do parentesco e do Estado e dissecar a estrutura da sociedade capitalista, Marx e Engels desvendaram o processo histórico de opressão de classe e de gênero. E derrubaram os pilares da tese fatalista da base natural da opressão da mulher (Sorrentino, 1992).

Bila Sorj (1992) afirma que o marxismo tem sido sem dúvida o interlocutor privilegiado do pensamento feminista, embora, segundo ela, haja diferenças que separam um e outro. A saber, o primado da produção em relação ao da reprodução, da esfera do mercado em relação à doméstica, do privado em relação ao público. Penso, no entanto, que não existe propriamente um primado da produção na teoria marxista. É verdade que o marxismo se debruça sobre o papel da produção, que considera determinante em *última instância*. Marx e Engels concentraram seus esforços na análise do mundo do trabalho, das relações de produção. Mas ambos, e sobretudo Engels, atribuíram ao gênero estatuto teórico, assim como o fizeram em relação às classes sociais (Safiotti, 1992). Referindo-se à *Ideologia alemã*, que escreveu juntamente com Marx em 1846, Engels afirma: “Encontro estas linhas: ‘A primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação’. E agora posso acrescentar: a primeira oposição de classe coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento conjugal e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino”. Obviamente, como destaca Safiotti (1992), não podemos pretender que há quase 150 anos se tivesse a mesma compreensão que hoje se alcançou da problemática de gênero. O importante a destacar é que ambos atribuem o mesmo peso teórico ao conceito de classe social e ao conceito de “opressão do sexo feminino pelo masculino” ou, como se diria hoje, relações de gênero.

Vale destacar que a interpretação mecanicista de muitos divulgadores e continuadores de Marx contribuiu para perpetuar a idéia do primado absoluto da produção em sua teoria. Mesmo autores sérios, do porte de Simone de Beauvoir, além de algumas autoras e correntes feministas mais recentes, incorrem nesse equívoco. Em *O segundo sexo*, Simone critica o que chama de “monismo

econômico de Engels”, ao afirmar que ele tentou reduzir a oposição dos sexos a um conflito de classes. Já mostramos que, na verdade, embora tenham de fato dedicado o grosso de sua obra ao estudo das relações de produção, Marx e Engels foram os primeiros a destacar que a reprodução dos indivíduos, a manutenção de suas vidas e as relações familiares também são relações estruturais, tão decisivas quanto as ligadas à produção, apenas menos dinâmicas. Como afirma Marx, em *A ideologia alemã*, “Esses três aspectos da atividade social (produção, satisfação das necessidades e reprodução/família) não devem ser considerados como três fases distintas, senão intimamente ligados, como três aspectos que vêm existindo desde o princípio da história e desde o primeiro homem e que, sem dúvida, ainda hoje seguem regendo a história.(...) O móvel essencial e decisivo ao qual obedece a humanidade na história é a produção e a reprodução da vida imediata, e por sua vez estas são de duas classes: a produção dos meios de existir, de tudo o que serve de alimento, vestuário, domicílio e utensílios; e, por outro lado, a produção do homem mesmo – a continuação da espécie”.



A concepção socialista de Marx e Engels imprime impulso prático ao movimento de emancipação feminina

Em 1889 Bebel escreveu uma obra clássica do marxismo, *A mulher e o socialismo*, defendendo que “a tarefa histórica da classe operária está indissolivelmente ligada à tarefa de libertação da mulher”.

A concepção socialista de Marx e Engels também imprimirá considerável impulso prático ao movimento de emancipação feminina. Com a revolução socialista de outubro de 1917, na Rússia, pela primeira vez na história da humanidade um Estado assumirá programaticamente a defesa dos direitos da mulher. Podemos afirmar que, enquanto os socialistas articulavam o arcabouço teórico da libertação das classes oprimidas e desenvolviam o projeto de uma sociedade nova do ponto de vista de classe e de gênero, o movimento feminista nos demais países buscava a cidadania nos marcos da sociedade existente (Oliveira, 1993). Após a vitória da revolução soviética e a conquista do direito de voto em boa parte dos estados ocidentais, as organizações feministas de cunho burguês definharam, embora a ONU tenha criado instrumentos legais importantes de defesa dos direitos femininos, como a Organização Jurídica e Social da Mulher (1946) e a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres (1952).

A reflexão feminista só voltará a recuperar fôlego após a II Guerra Mundial, que cria um clima propício de combate à discriminação de raça e sexo. O direito de voto feminino se estende aos países que ainda não o haviam conquistado. Para muitos encerrava-se o capítulo das reivindicações femininas procedentes do século passado. No entanto, nessa mesma época, Simone de Beauvoir publicava o livro que



mostraria ao mundo que as reivindicações feministas, propriamente ditas, apenas se iniciavam (Gomáriz, 1992).

O movimento feminista enquanto tal só volta a se rearticular na década de 60, provavelmente por influência da onda revolucionária que percorre a Europa, a China, a América Latina e os Estados Unidos, com os grandes movimentos estudantis e a contestação dos costumes. Betty Friedan publica sua *Mística da feminilidade*, advogando o papel do trabalho criador para que a mulher, assim como o homem, possa encontrar-se e reconhecer-se como ser humano. Existe uma “redescoberta” da família, que começa a merecer atenção especial da sociologia e da antropologia. Margareth Mead confirma, com a publicação de *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, o peso da cultura para determinar não apenas os papéis sexuais mas também suas condutas e comportamentos externos. A história da família e das mulheres começa a ser estudada de forma interdisciplinar na Universidade.

Na década de 70 os estudos sobre a família passam a se subdividir em abordagens mais específicas, como mulheres, crianças, sexualidade, herança, patrimônio etc. Surgem nas universidades departamentos e núcleos de estudos da chamada condição feminina. E a partir daí torna-se necessário um aprofundamento conceitual no tratamento dessas questões. Surge então a formulação do conceito de gênero, que parece ter-se iniciado com pesquisadores de língua inglesa, como Gayle Rubin e Joan Scott. No Brasil essa nova conceituação é abraçada pela comunidade acadêmica no mesmo período.

Trata-se, como afirmam Michelle Perrot e Georges Duby, de “recusar a idéia de que as mulheres seriam em si mesmas um objeto de história. É seu lugar, sua ‘condição’, suas formas de ação, seu silêncio e sua fala que desejamos perscrutar, a diversidade de suas representações – deusa, Madona, feiticeira – que desejamos apreender em sua permanência e em suas mudanças. História decididamente relacional, que interroga a sociedade inteira e que é, da mesma forma, história dos homens”.

Parafrazeando Marx, Gayle Rubin pergunta em seu famoso texto “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política do sexo’”: O que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra. Uma mulher é uma mulher. Só se transforma em doméstica, esposa, mercadoria, coelhinha da *Playboy*, prostituta em determinadas relações (o grifo é nosso). Recusa-se pois o determinismo biológico para o destino dos sexos. Trata-se de desvendar as relações sociais que transformam a fêmea da espécie em mulher oprimida.



O conceito de gênero suscita revisões teóricas. Alguns preferem “relações sociais de sexo”

A utilização do conceito de gênero tem contribuído para um melhor entendimento da opressão da mulher e do conjunto das relações sociais. Na medida em que expressa, de forma mais clara, a superação da fase de simples constatação da opressão da mulher e nos remete para a idéia de relações opressoras de sexo/gênero, é possível evidenciar que, além de exploração entre as classes sociais, existe uma divisão sexual, também desigual. Isso permite avançar na compreensão de como se relacionam e se influenciam essas duas categorias, qual o seu vínculo com a produção e a base material da sociedade e como se dá a dinâmica das transformações sociais no sentido da superação. Mas o conceito de gênero, embora largamente difundido e aceito, tem suscitado discussões, revisões teóricas, interrogações e questionamentos. Vale ressaltar, por exemplo, que os estudiosos franceses do assunto, como Nicole Claude Mathieu e outros, recusam-se a usar o termo gênero. Preferem empregar a expressão “relações sociais de sexo”.

Uma ordem de problemas na construção de gênero como categoria analítica refere-se ao entendimento das causas da opressão feminina. Como alerta Elisabeth Lobo (1989), a busca das causas se confundiu frequentemente na armadilha das origens da dominação. Viria ela da necessidade de controlar a sexualidade ou a força de trabalho feminina? Tais abordagens geraram eixos de reflexão, seja através da formulação da teoria do patriarcado, seja através da corrente marxista, que privilegia a divisão sexual do trabalho. Os temas pesquisados permitiram constituir um saber extenso sobre a situação da mulher na sociedade, sobre as formas concretas e históricas da condição feminina. Mas, como ressalta Elisabeth Lobo, “a interrogação inicial sobre a origem da opressão conduzia muitas vezes a uma desistoriação das questões, reduzidas à pergunta originária da causa da opressão, o que fazia das formas da subordinação feminina meras aparências, portadoras de uma causa essencial”. Os impasses dessas análises tiveram como fruto o deslocamento do eixo de reflexão nas pesquisas feministas, que passam a concentrar-se nos significados das representações do feminino e do masculino, nas construções culturais e históricas das relações de gênero (Lobo, 1989).

Outra questão pertinente refere-se à relação entre gênero e outras categorias analíticas, como as classes, por exemplo. Existem diversas vertentes que tentam dar conta do problema. Há correntes que consideram a opressão de gênero primordial em relação a outras dimensões que definem um grupo social. Constroem uma teoria social em torno da posição das mulheres nas sociedades patriarcais. Esta postura, ressalta Sorj (1992), apresenta um problema: existe uma identidade coletiva da mulher que perpassa diferentes culturas, comunidades, sociedades? E acrescento: que perpassa classes sociais, raças/etnias?

Um dos desafios dos estudiosos é situar a opressão da mulher em relação à base material



Mais uma vez estamos em terreno inóspito. É inegável que as mulheres, *todas as mulheres* ou as mulheres em seu conjunto, apresentam uma situação de subalternidade na sociedade. Basta analisar, por exemplo, os dados sobre a feminilização da pobreza, sobre concentração de renda etc. Veremos por exemplo que, no mundo, elas realizam 60% das horas de trabalho, mas só detêm 10% da renda e possuem apenas 1% da propriedade, segundo dados da insuspeita Organização das Nações Unidas.

No entanto, valeria aprofundar a questão e desvendar: entre as mulheres, qual a porcentagem da concentração da renda e propriedade? Qual a porcentagem de negras e brancas? E teremos sem dúvida farto material para reflexão.

Neste sentido, parecem promissores os trabalhos de pensadoras como Heleieth Safiotti e Mary Castro, que propõem uma rearticulação na abordagem das relações de classe, gênero e raça/etnia, como tramas do tecido social, buscando aprofundar as formas e processos que concretizam esta inter-relação. Como afirma Safiotti (1992): “A construção do gênero pode, pois, ser



compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também às classes sociais se formam em e através das relações sociais. Pensar estes agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando de cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência”.

Se, por um lado, a categoria “relações de gênero” permite situar a opressão da mulher de forma mais precisa e calcada no conjunto das relações sociais, por outro seu entendimento em relação à luta de classes e às estruturas econômicas e políticas ganhou novas tonalidades, que de certa forma confundem e dificultam as demarcações de campo.

Um dos desafios dos(as) estudiosos(as) e militantes da causa da emancipação feminina é situar a opressão da mulher em relação à sua base material e estabelecer os nexos entre produção e reprodução, classe e gênero. Surgem teses que ora negam o marxismo como teoria que lançou as bases para o entendimento da questão de gênero, ora aplicam mecanicamente leis e categorias do processo produtivo à reprodução e às relações de gênero.

Feministas identificadas como *radicais* apresentam o feminismo como terceira via para o avanço da humanidade. Negam a produção como elemento mais dinâmico e determinante das relações sociais, atribuindo esse papel às relações de gênero. Esta é concepção, por exemplo, do chamado ecofeminismo, para o qual o patriarcado tem papel mais decisivo que as classes dominantes na definição e no comando das estruturas de poder e na ideologia.

Não se pode negar que ainda hoje o patriarcado de fato influencia e determina muitas matrizes de dominação. Mas também é inegável que ele perdeu seu papel histórico ao ser superado, juntamente com a estrutura familiar (antes determinante da vida econômica e social), pelo surgimento das classes, que passam a deter o poder e a propriedade. A família e o patriarcado passam progressivamente a ter sua

dinâmica e funções sociais submetidas ao novo agente do processo social – a luta de classes.

Atribuir ao patriarcado uma importância que ele já não tem significa ignorar os verdadeiros pilares de sustentação da exploração e da opressão – a burguesia e sua ideologia. Os defensores desta linha de pensamento afirmam que Marx estudou apenas o mundo do trabalho industrial por ser este um mundo masculino e deu prioridade a categorias e leis que explicam apenas um certo tipo de fenômenos – aqueles vividos pela classe operária. Segundo eles, o trabalho doméstico, a reprodução e a família *não cabem* em *O Capital* porque Marx, como todo machista, ignorava tais questões.

Ligar gênero à classe social não significa encerrar a questão da mulher



Sem medo de errar podemos afirmar que, se alguém ignora alguma coisa, são esses pensadores que criticam Marx sem conhecer Marx. Como já afirmamos neste trabalho, nenhum outro cientista deu tão importantes contribuições ao entendimento da questão de gênero quanto ele, juntamente com Engels. A começar pelo desafio que ele lançou, e que permanece atual, de buscarmos na base material e na produção as origens da consciência de mulheres e homens, inclusive sua consciência sobre a definição dos papéis sexuais.

Ligar gênero a classe social não significa, contudo, encerrar a questão da mulher dentro da questão de classes e das relações de produção. As relações de gênero pertencem a outra esfera da estrutura social; embora determinadas em última instância pelas relações de produção, não estão contidas nestas.

Essa inter-relação entre classe e gênero não é meramente cultural ou ideológica. Os papéis sexuais masculinos e femininos são construídos a partir de diferenciações biológicas objetivas, ligadas à base material das diversas sociedades, uma vez que dizem respeito à reprodução e à família ou às relações parentais. A reprodução da espécie concretiza-se no corpo da mulher embora já exista, hoje, tentativas concretas no sentido de mudar este acontecimento biológico, como o uso do útero de mulheres com morte cerebral ou o útero de animais para o desenvolvimento do embrião humano.

Apesar dessas experiências o fato é que as mulheres serão ainda por muitas gerações as detentoras dessa capacidade única e, portanto, alvo das preocupações dos que se interessam em regular a perpetuação da espécie e o tamanho do exército de reserva.

O mesmo não ocorre com outro problema ligado à reprodução, que é a determinação da descendência e, portanto, da herança. Neste caso a ciência já avançou a ponto de dirimir essa dúvida secular – quem é o pai? A paternidade, hoje, pode ser comprovada por meio de técnicas simples e acessíveis.

Mas, em que pese essa mistura de ficção e realidade envolvendo a reprodução e as relações parentais e as especulações possíveis sobre quais serão as relações e os

papéis sexuais que corresponderão a esses novos avanços, sua ligação com a vida material de homens e mulheres é evidente. E isso no que diz respeito tanto ao tamanho das populações quanto ao cuidado com crianças, idosos e doentes e à constituição de laços familiares – enfim, no que diz respeito à organização social em seus múltiplos aspectos.

Independente dos problemas conceituais que encerre, gênero impõe-se hoje como categoria de análise, a exemplo das classes sociais. Assim como a chamada “questão feminina” tem que ser estudada do ponto de vista de classe, deve-se considerar que a classe social também tem sexo, é perpassada pelas relações de gênero. Cabe aos marxistas incorporar e desenvolver este conceitual de modo que represente um passo adiante na compreensão da realidade social.

OLÍVIA RANGEL é jornalista, membro da Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher do PCdoB e diretora da União Brasileira de Mulheres.

SARA SORRENTINO é médica, coordenadora da Comissão e editora da revista *Presença da Mulher*.

Bibliografia

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. “Do feminino ao gênero: a construção de um objeto”, in *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

DIAS, Maria Odila L. “Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”, in *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *Histoire des femmes en Occident*, vol. 4, introdução, Paris, Plon, 1991.

GOMARIZ, Enrique. “Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas”, in *Isis Internacional* nº 17, 1992.

HIGONNET, Anne. “Femmes et images – représentations”, in *Histoire des femmes en Occident*, vol. 4 (direção de Geneviève Fraisse e Michelle Perrot), Paris, Plon, 1991.

LOBO, Elisabeth. “Os usos do gênero”, in *Relações sociais de gênero x relações de sexo*, mimeo, Departamento de Sociologia, NEMGE-USP, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*, São Paulo, Martins Fontes, 1989.

NICHOLSON, Linda. “Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico”, in *Feminismo como crítica da modernidade*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987.

OLIVEIRA, Fátima. *A mulher no socialismo*, mimeo, São Paulo, 1993.

RUBIN, Gayle. “El tráfico de mujeres: notas sobre la ‘economía política’ del sexo”, in *Nueva antropología*, vol. VIII, nº 30, México, 1986.

SAFIOTTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”, in *Uma questão de gênero*.

SORJ, Bila. “O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade”, in *Uma questão de gênero*.

SORRENTINO, Sara. “A classe operária e a questão de gênero”, in *PRINCÍPIOS* nº 28, São Paulo, Anita Garibaldi, 1992.

A psicologia materialista dialética de Vygotsky

LOREN GRAHAM

Os processos mentais são autônomos ou condicionados pela interação com o meio? Vygotsky tentou responder a questão e deu novo rumo à compreensão da mente humana

A biografia ora traduzida presta-se a objetivos mais amplos que assinalar os sessenta anos de desaparecimento de Vygotsky, cuja obra desperta vasto e diferenciado interesse em todo o mundo, e não só entre o público especializado em psicologia. A análise das circunstâncias da produção, e da acolhida, de sua obra pode nos instruir sobre as peculiaridades que caracterizam o socialismo soviético, em suas diversas fases e facetas. Para o público brasileiro já familiarizado com sua obra, a leitura desta nota contribuirá para a compreensão multilateral do alcance e da dimensão de Vygotsky. Este público notará que a primeira edição ocidental de *Pensamento e linguagem*, edição norte-americana de 1962, é aqui criticada por excluir as referências, do próprio Vygotsky, ao marxismo como referencial teórico da sua produção em psicologia. O fragmento que publicamos foi extraído do livro *Science in Russia and the Soviet Union – A Short History*, capítulo 5 (“O papel do materialismo dialético: a fase autêntica”), pp. 103-108, de autoria de Loren R. Graham, publicado em 1993 pela Cambridge University Press, Nova York; livro que foi objeto de nossa resenha na edição anterior da revista PRINCÍPIOS. A tradução é de Luciana Cristina Ruy, com revisão técnica de Verônica M. Bercht. Nossos agradecimentos ao autor e a Cambridge University Press pela cessão de direitos autorais para esta publicação. Loren Graham é um renomado estudioso da história da ciência soviética, autor de *Science and Philosophy in the Soviet Union, The Soviet Academy of Sciences and the Communist Party, 1927-1932*, entre outros livros e artigos sobre o assunto.

Olival Freire Jr.

Talvez nenhum outro pensador soviético represente melhor a geração de marxistas que tentaram revolucionar o conhecimento nas décadas de 20 e 30 do que o psicólogo Lev Semenovich Vygotsky. O atual interesse sobre Vygotsky deve-se ao fato de suas idéias exercerem grande influência na educação e nas ciências sociais. O filósofo da ciência norte-

americano Stephen Toulmin chamou Vygotsky de “o Mozart da psicologia”, comparando-o a Freud e Piaget.¹ Jerome Bruner observou que “Vygotsky foi indiscutivelmente um gênio”.² James Wertsch indagou, em 1988: “por que ele é o pensador soviético que está tendo tanta influência no pensamento do Ocidente, mais de meio século após sua morte?”³

Os poucos estudiosos que examinaram cuidadosamente os escritos originais e a vida de Vygotsky concordam que o marxismo foi um estímulo importante ao seu pensamento. Porém, muitos psicólogos em países de língua inglesa perderam esse elemento do trabalho de Vygotsky. Eles conheciam somente a primeira tradução americana de seu clássico *Pensamento e linguagem*, uma edição resumida na qual as referências ao marxismo foram sistematicamente omitidas. Evidentemente os tradutores acreditavam que essas referências não eram tão importantes em relação às idéias principais de Vygotsky.⁴ Todas as referências a Lênin, por exemplo, foram eliminadas. Somente em 1986, meio século após ter sido escrito, o texto completo de *Pensamento e linguagem* foi publicado em inglês.⁵ Nele o papel do marxismo aparece com clareza. Wertsch, um psicólogo norte-americano que estudou a fundo a obra de Vygotsky, salientou seu “sincero esforço em criar um modo marxista de analisar a mente”.⁶

No original russo fica claro que o empenho de Vygotsky em mostrar a importância do contexto sócio-cultural para uma teoria da mente apoiava-se no conceito marxista de que é a “existência que determina a consciência”. Vygotsky acreditava que o desenvolvimento do pensamento nas crianças podia ser compreendido com base na epistemologia de Lênin, que enfatizava a influência da realidade objetiva na mente inteligente. Em particular, essa ênfase de Lênin forneceu as bases para suas críticas à visão do mais importante psicólogo francês, Jean Piaget, que falou do uso “autista” que a criança faz da linguagem, sem se referir à influência do meio desde o início de seu desenvolvimento. Vygotsky acreditava que os pontos de vista de Piaget eram baseados numa forma de dualismo e idealismo epistemológicos incompatíveis com o

marxismo. Uma abordagem marxista, afirmou Vygotsky, dá mais importância às origens “externas” ou “sociais” da linguagem, em vez de considerá-la uma atividade isolada e independente da mente. Na análise de Friedrich Engels sobre a importância das ferramentas na evolução humana, Vygotsky encontrou uma ênfase marxista que bem se adapta ao estudo do funcionamento mental superior, que é mediado pelo meio ambiente – neste caso, as ferramentas são desenvolvidas socioculturalmente. Vygotsky chegou a citar as leis da dialética de Engels, mencionando a “unidade e conflito dos opostos pensamento/fantasia” na cognição.⁷

Vygotsky atingiu a maturidade na Rússia soviética dos anos 20, um tempo de grande entusiasmo entre jovens estudantes e professores no esforço de reconstrução marxista do conhecimento. A Rússia acabara de passar por uma guerra que deixara perdas enormes, uma revolução traumática e uma guerra civil que provocou divisões no país; os problemas de falta de instrução e atraso econômico que enfrentava eram enormes. Psicólogos como Vygotsky, que concordavam com os objetivos do novo regime, esperavam encontrar uma forma de criar “um novo homem soviético” apoiados numa teoria da mente que desse importância essencial ao papel da sociedade. Se o desenvolvimento dos indivíduos se dá fundamentalmente a partir das características que lhes são inerentes, o panorama para um progresso rápido parece pequeno. Mas se uma sociedade reorganizada puder exercer forte influência no desenvolvimento da personalidade de seus cidadãos, as chances de uma transformação rápida são muito maiores. Essa questão explica a oposição de Vygotsky aos conceitos de Piaget sobre “comportamento autista” e “discurso interior” (ambos resistentes à influência social) e seu apoio ao ponto de vista segundo o qual o desenvolvimento mental é fortemente condicionado pelo contexto sociocultural ao qual está submetido.

Divergência com Piaget estava na compreensão da origem da linguagem e da atividade mental



A questão central de grande parte da obra de Vygotsky é a relação entre discurso e pensamento. Ele faz objeções à descrição de Piaget sobre o discurso da criança como fruto da evolução de um estágio inicialmente individualista para um estágio social posterior. Vygotsky via a abordagem de Piaget fundamentada na distinção cartesiana entre corpo e mente, que os marxistas rejeitavam. Descreveu assim suas diferenças com Piaget:

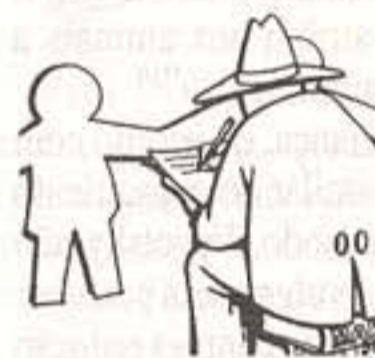
“Para Piaget, o desenvolvimento do pensamento é a história da socialização gradual dos estados mentais autísticos, profundamente íntimos e pessoais. Até mesmo a fala social é representada como sendo subsequente, e não anterior, à fala egocêntrica”.

“A hipótese que propomos inverte esse percurso. (...) Consideramos que o desenvolvimento total evolui da seguinte maneira: a função primordial da fala, tanto nas crianças como nos adultos, é a comunicação, o contato social. A fala mais primitiva da

criança é, portanto, essencialmente social. A princípio, é global e multifuncional; posteriormente, suas funções tomam-se diferenciadas. Numa certa idade, a fala social da criança divide-se nitidamente em fala egocêntrica e fala comunicativa. (Preferimos utilizar o termo ‘comunicativa’ para o tipo de fala que Piaget denomina ‘socializada’, como se tivesse sido outra coisa antes de se tornar social. Do nosso ponto de vista, as duas formas, a comunicativa e a egocêntrica, são sociais, embora suas funções sejam diferentes.) A fala egocêntrica emerge quando a criança transfere formas sociais e cooperativas de comportamento para a esfera das funções psíquicas interiores e pessoais. (...) Segundo a nossa concepção, o verdadeiro curso do desenvolvimento do pensamento não vai do individual para o socializado, mas do social para o individual.”⁸

A essa transição da linguagem do meio social para a mente da criança, que causa impacto em muitas teorias sobre o pensamento infantil, Vygotsky denominou “internalização da fala”, conceito pelo qual ele é mais conhecido.

“Piaget acredita que a fala egocêntrica deriva da socialização insuficiente da fala, e que só tem uma forma possível de evolução: o declínio e a morte. A sua culminação ocorre no passado. A fala interior é algo novo, trazido do exterior juntamente com a socialização. Acreditamos que a fala egocêntrica origina-se da individualização insuficiente da fala social primária. A sua culminação ocorre no futuro, e desenvolve-se no sentido da fala interior.”⁹

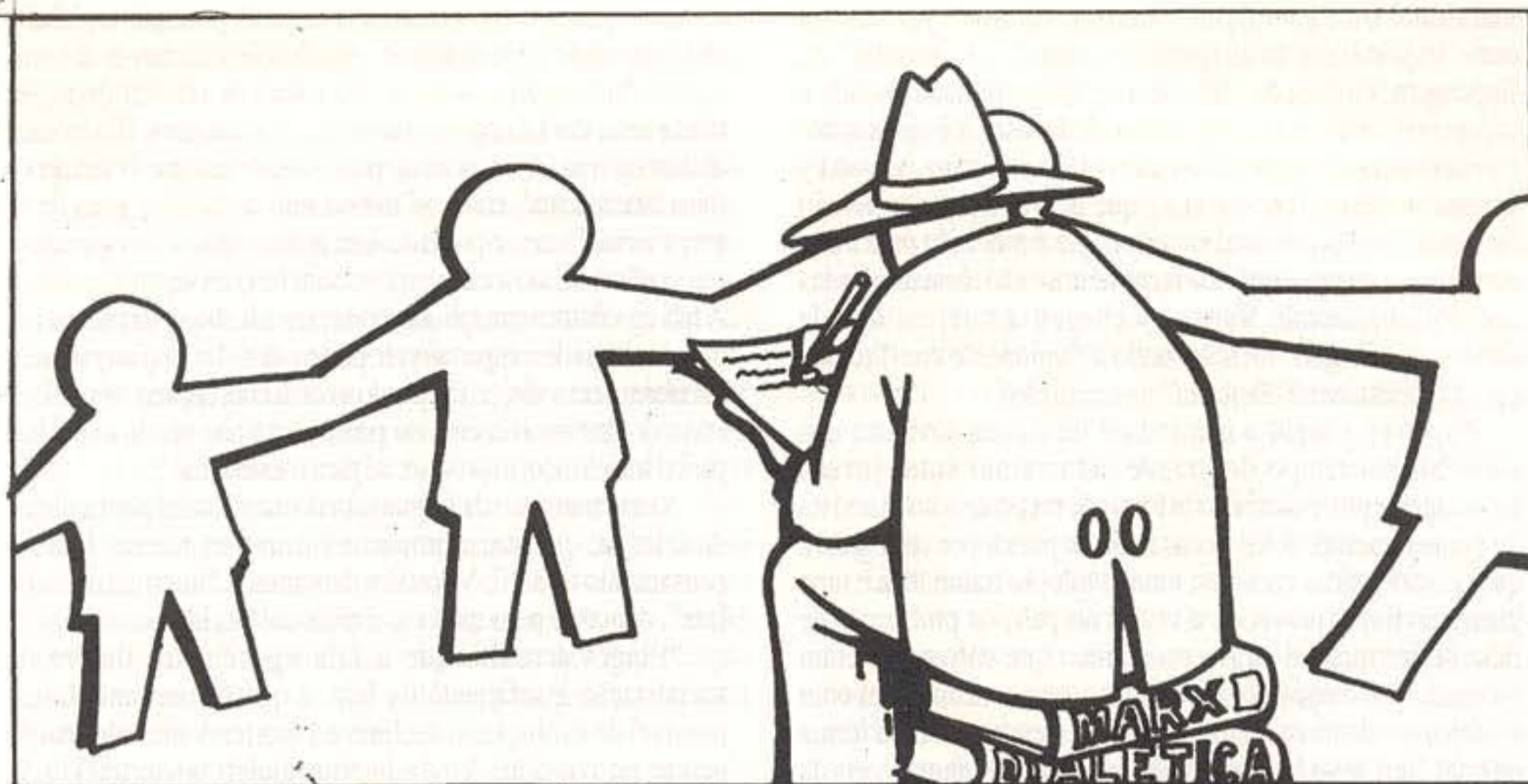


Pensamento pré-lingüístico tem origens materiais e pode ser exposto em termos marxistas

O conceito sobre internalização do discurso social trouxe para Vygotsky um problema diferente do enfrentado por Piaget. Uma criança, nos primeiros meses, antes de ter internalizado algum discurso, é capaz de pensar? Vygotsky acreditava que tal criança pudesse de fato pensar, embora não possuísse a linguagem média para fazê-lo; era necessário, então, que Vygotsky descobrisse raízes diferentes para pensamento e linguagem. O pensamento poderia vir originalmente do “interior”, enquanto a linguagem poderia vir originalmente do “exterior”. Contudo, mais tarde, pensamento e linguagem teriam um sobre o outro influência tão íntima que o fato de terem raízes diferentes tornar-se-ia quase imperceptível.

Se o pensamento pré-lingüístico vem do “interior”, como a psicologia de Vygotsky poderia ser menos “dualista” ou cartesiana que a de Piaget? Esse conceito de origem interior do pensamento pré-lingüístico não seria uma variação do que Lênin enfatiza como reflexo da realidade exterior na mente? Vygotsky esforçou-se para mostrar que o pensamento pré-lingüístico tem origens materiais na evolução biológica e pode também ser exposto em termos marxistas:

“A tese de que as raízes do intelecto humano podem ser encontradas no reino animal já foi há muito aceita pelo marxismo; encontramos sua elaboração em Plekhanov (um marxista russo pioneiro). Engels escreveu que o homem e os animais têm as mesmas formas de atividade intelectual e que



somente o seu grau de desenvolvimento difere: os animais são capazes de raciocinar num nível elementar, de analisar (quebrar uma noz é um início de análise), de experimentar quando deparam com um problema ou situação difícil. (...) É desnecessário dizer que Engels não atribui aos animais a capacidade de pensar e falar ao nível humano (...)"¹⁰

O pensamento pré-lingüístico na criança, de acordo com Vygotsky, é então, de alguma forma, similar ao pensamento embrionário de alguns animais. Desse modo, Vygotsky não estaria se desviando para o materialismo vulgar, sem perceber que o materialismo dialético chamou atenção contra a redução da atividade "social" humana para atividades "biológicas", animais? Vygotsky voltou ao marxismo para sua explicação, enfatizando que a interação dialética de pensamento e linguagem transforma os processos do pensamento infantil em algo qualitativamente distinto do pensamento dos animais.

Vygotsky acreditava que o momento crucial chegava para a criança quando esta percebia que cada objeto tinha um nome. Nesse momento as curvas de desenvolvimento do pensamento e do discurso se encontravam pela primeira vez, e daí em diante não se desenvolveriam mais separadamente. "A fala começa a servir ao intelecto, e os pensamentos começam a ser verbalizados."¹¹ Uma vez que a criança percebe a ligação entre palavra e objeto, o pensamento se torna verbal e a fala, racional.

Mais uma vez Vygotsky apresentou seus pontos de vista em termos marxistas, colocando o desenvolvimento psicológico da criança na moldura dos irreduzíveis "níveis biológicos e socio-históricos de existência" da dialética materialista. Observando a descoberta pela criança da conexão entre objetos e nomes, ele escreveu:

"A natureza do próprio desenvolvimento se transforma, do biológico para o sócio-histórico. O pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas, que não podem ser

encontradas nas formas naturais de pensamento e fala. Uma vez admitido o caráter histórico do pensamento verbal, devemos considerá-lo sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, que são válidas para qualquer fenômeno histórico da sociedade humana. Espera-se apenas que, neste nível, o desenvolvimento do comportamento seja regido essencialmente pelas leis gerais da evolução histórica da sociedade humana".¹²

Assim, o esquema que Vygotsky desenvolveu para a explicação da relação mútua entre pensamento e linguagem continha um alto grau de consistência interior e eventualmente chegava a concepções marxistas de desenvolvimento social.

Vygotsky então levou a análise de pensamento e linguagem para um estágio mais elevado, no qual o funcionamento mental superior é fortemente influenciado pela linguagem culturalmente condicionada. Quando a criança aprende a ler e se torna mais sofisticada, a linguagem influencia seu pensamento por meio de formas muito mais sutis. Tornando-se adulta, seu modo de pensar é fortemente influenciado por toda mídia cultural de seu ambiente. Uma consequência natural dessa tese é que as pessoas em ambientes nitidamente diferentes, como, por exemplo, sociedades industriais avançadas ou tribos primitivas, pensam de formas nitidamente diferentes.

Para entender melhor como pensamento e linguagem interagem em seu estágio adulto mais avançado na sociedade moderna, Vygotsky prestou atenção às análises literárias, semióticas e lingüísticas. Seu trabalho inicial foi conhecido pelo grande lingüista soviético Mikhail Bakhtin, que salientava, de maneira semelhante, a influência da sociedade nos métodos do pensamento. Bakhtin, que também atraía grande atenção no Ocidente, tornou-se quase uma figura cultuada entre alguns intelectuais.¹³

As idéias de Vygotsky representaram uma brilhante novidade na análise do pensamento e linguagem entre o final

dos anos 20 e início dos anos 30, época em que ele as desenvolveu. Sua teoria abriu espaço para novas áreas de pesquisa na União Soviética e em outros países. Vygotsky lançou a principal escola da nova psicologia soviética. Muitos de seus alunos, incluindo A.R. Luria e A.N. Leontiev, dominaram a psicologia soviética no período após a II Guerra Mundial. Luria, antes de sua morte, em 1977, tornou-se internacionalmente conhecido na neuropsicologia.

Após a morte de Stálin, a influência da obra de Vygotsky aumentou gradualmente na URSS



As teorias de Vygotsky sobre o início do desenvolvimento psicológico infantil estavam claramente ligadas ao marxismo, como ele o interpretava. Mas, sob o governo Stálin, pensadores independentes como ele sofreram com frequência. Stálin via-se como um intelectual e não hesitava em dar opinião sobre as várias teorias científicas. No período que as influências stalinistas foram dominantes no pensamento soviético, de 1936 a 1956, os escritos de Vygotsky não eram aprovados. Em 1950, no seu artigo "Marxismo e lingüística", Stálin escreveu que "pensamentos nus, livres da linguagem material (...) não existem", contradizendo a concepção de Vygotsky de pensamento pré-lingüístico.¹⁴

Após a morte de Stálin, a influência de Vygotsky ressurgiu gradualmente. Lá pelos anos 60, trinta anos após sua morte, ele era a principal força da psicologia soviética. A.R. Luria observou: "tudo o que é bom na psicologia russa de hoje vem de Vygotsky".¹⁵ Luria dedicou sua importante monografia "Funções corticais superiores no homem", publicada em Moscou, em 1962, à memória do grande mestre e afirmou que seu próprio trabalho podia, de muitas maneiras, "ser visto como uma continuação das idéias de Vygotsky".¹⁶

O interesse do Ocidente por Vygotsky começou em 1962 com a publicação inglesa da versão resumida de *Pensamento e linguagem*, tornou-se mais forte com a atenção que Jerome Bruner deu às suas idéias nos anos 60 e cresceu ainda mais com o trabalho de Michael Cole e de seus co-autores (Cole é um norte-americano que estudou em Moscou nos anos 60 com Luria, que havia sido aluno de Vygotsky).¹⁷ No final dos anos 80 Vygotsky estava sendo tão discutido nos EUA que Wertsch objetou: "distorções já se tornam manifestas quando psicólogos americanos tentam usar partes da abordagem de Vygotsky para inconscientemente 'individualizar' uma teoria fundamentada em hipóteses inerentemente coletivistas".¹⁸

Hoje algumas das idéias de Vygotsky estão sendo questionadas por teóricos que dão maior ênfase aos fundamentos genéticos da psicologia. Para o historiador, o importante é ele ter desenvolvido uma teoria brilhante da psicologia, na qual as influências sociais e, particularmente, a teoria marxista desempenham um papel central. Esse fato é um valioso antídoto para a visão ocidental comum, segundo a qual a influência do

marxismo na ciência soviética foi uniformemente destrutiva, como ocorreu no caso de Lysenko.

LOREN GRAHAM é autor de diversos livros sobre a história da ciência soviética.

Notas

- (1) Citado em James Wertsch, "L.S. Vygotsky's 'New' Theory of Mind" ("A 'nova' teoria da mente de L.S. Vygotsky", in *American Scholar*, Inverno de 1988, p. 81.
- (2) Jerome S. Bruner, "Introduction", in *Thought and Language (Pensamento e linguagem)*, L.S. Vygotsky, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1962, pp. VI e X. Edição brasileira: *Pensamento e linguagem*, trad. de Jeferson Luiz Camargo, revisão técnica de José Cipolla Neto, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1987.
- (3) Wertsch, "L.S. Vygotsky's 'New' Theory of Mind", p. 87.
- (4) Os tradutores comentaram que, "embora nossa tradução mais compacta pudesse ser considerada uma versão simplificada do original, sentimos que a condensação aumentou a clareza e a legibilidade do texto, sem qualquer perda quanto ao conteúdo do pensamento ou à informação factual". Eugenia Hanfmann e Gertrude Vakar, "Prefácio à tradução inglesa", in *Pensamento e linguagem*, Ed. Brasileira, p. XIV.
- (5) Lev Vygotsky, *Thought and Language (Pensamento e linguagem)*, traduzido e editado por Alex Kozulin, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1986.
- (6) Wertsch, "L.S. Vygotsky's 'New' Theory of Mind", p. 83.
- (7) L.S. Vygotsky, *Isbrannye ppsikologicheskie issledovaniia*, Moscou, 1956, pp. 91-92, 105.
- (8) L.S. Vygotsky, *Pensamento e linguagem*, editado e traduzido por E. Hanfmann e G. Vakar, Ed. Brasileira, p. 17.
- (9) *Ibid.*, p. 117.
- (10) *Ibid.*, p. 42.
- (11) *Ibid.*, p. 37.
- (12) *Ibid.*, p. 44.
- (13) Katerina Clark e Michael Holquist, *Mikhail Bakhtin*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1984, pp. 229-230.
- (14) Joseph Stálin, *Marxism and Linguistics (Marxismo e lingüística)*, Nova York, International Publishers, 1951, p. 36.
- (15) Citado por O.L. Zangwill, "Psychology: Current Approaches" (Psicologia: abordagens correntes), in *The State of Soviet Science (O estado da ciência soviética)*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1965, p. 122.
- (16) A.R. Luria, *Higher Cortical Functions in Man (Funções corticais superiores no homem)*, Nova York, Basic Books, 1966, p. 540.
- (17) Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner e Ellen Souberman (ed.), *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes - L.S. Vygotsky (Mente e sociedade: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores - L.S. Vygotsky)*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1978; Michael Cole e Sylvia Scribner, *The Psychology of Literacy (A psicologia da escrita)*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1981; Michael Cole e Sheila Cole (ed.), *The Making of Mind: A Personal Account of Soviet Psychology (A construção da mente: um balanço pessoal da psicologia soviética)*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1979.
- (18) Wertsch, "L.S. Vygotsky 'New' Theory of Mind", p. 89.

Situação atual do mundo e a validade do marxismo

HARKISHAN SINGH SURGEET

Intervenção feita pelo PC da Índia no Seminário Internacional sobre a Situação Contemporânea e a Atualidade do Marxismo aponta a necessidade de corrigir erros na construção do socialismo

A abordagem deste assunto impõe-se não somente em virtude da reiterada ofensiva antimarxista, tanto no plano ideológico como político, desencadeada pelos inimigos da libertação da humanidade – o imperialismo e seus agentes – mas para reafirmar a invencível validade da ciência criativa do marxismo – que possibilita corrigir os erros do passado, reavaliar as estimativas da correlação de forças de classe estabelecidas em vários momentos, a fim de que se possam superar as fraquezas e as falhas de interpretação e fortalecer e dar continuidade à luta pela emancipação humana.

Da vasta complexidade dos processos que definem a situação atual do mundo, dois aspectos continuam a ser utilizados para armar a constante ofensiva que busca desintegrar as fileiras comunistas. Primeiro, a desintegração do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e em países do Leste europeu. Segundo, a chamada “invencibilidade” do capitalismo como um sistema, o que na verdade representaria o fim da evolução social humana.

Nestas duas questões, assim como em todas as outras, a ciência criativa do marxismo, longe de ser repudiada, emerge como a única base para a compreensão e avaliação corretas destes assuntos.

Antes de prosseguir para embasar esta afirmativa, é necessário recapitular brevemente as qualidades essenciais do marxismo. Nada melhor do que citar Lênin: “A história da filosofia e a história da ciência social mostram com perfeita clareza que não existe no marxismo nada que pareça ‘sectarismo’, no sentido de doutrina unilateral rígida, de doutrina que surgiu longe da grande via de desenvolvimento da civilização mundial. Ao contrário, o gênio de Marx consiste precisamente no fato de ele ter fornecido respostas para questões que já haviam sido levantadas pelas mentes mais brilhantes da humanidade. Sua doutrina surgiu como uma continuação direta e imediata dos ensinamentos dos maiores representantes da filosofia, da economia política e do socialismo”. (Sobre as três fontes e três partes constitutivas do marxismo.)

Mais adiante disse: “A genialidade de Marx consiste no fato de ter sido o primeiro a concluir (...) a lição que a história mundial ensina e a aplicá-la consistentemente. A conclusão a que chegou foi a doutrina da luta de classes”.

A Resolução sobre certas questões ideológicas do XIV Congresso do PCI(M) concluiu: “O marxismo-leninismo é inerentemente materialista, criativo e intrinsecamente dialético. Desta forma, é extremamente antidogmático. É universal, abrange a visão de libertação e expressa ideais de emancipação. É um instrumento que possibilita compreender e analisar o grande número de fenômenos inerentes às mudanças de situações históricas. É um guia de ação que define objetivos programáticos para a luta do povo pela libertação, sujeito às adaptações exigidas pelas mudanças das situações históricas”.

“Como ciência criativa, o marxismo-leninismo identifica as tendências e direções do desenvolvimento social. Ao fazê-lo, fornece possibilidades para a intervenção das massas populares nesse desenvolvimento, na tentativa de estabelecer uma sociedade livre de exploração. Por exemplo, a inevitabilidade histórica de substituir, pelo socialismo, o capitalismo baseado na exploração não é automática. O fator chave que pode levar a tal transformação social é a correta liderança ideológica, política e organizacional das crescentes lutas da classe operária – dos camponeses e de todas as pessoas trabalhadoras. Quando a consciência de classe se torna arrefecida ou embotada, as forças contra-revolucionárias exploram a situação para perpetuar a dominação de sua classe.”

As transformações mundiais subseqüentes e a atual situação confirmam a visão de mundo marxista, seu método científico e sua conclusão fundamental de que a luta de classe é a força propulsora da história.

Firmemente convencido pelos fundamentos da concepção marxista, o PCI(M), ao procurar compreender os fatores que levaram ao desmoronamento do socialismo na URSS e nos países do Leste europeu, identifica três áreas principais em que opiniões incorretas levaram a linhas táticas e políticas



equivocadas, as quais, em vez de fortalecer o movimento comunista internacional, servem apenas para corroer os seus mais fortes bastiões: a compreensão do período de transição do capitalismo ao socialismo; a estimativa correta do capitalismo e de seu potencial; e os desvios do conteúdo revolucionário do marxismo-leninismo.

A transição do capitalismo ao socialismo foi, na maioria das vezes, construída de forma simplista e mecânica, como se fosse um caminho reto, sem curvas e – mais importante – irreversível. De fato, o socialismo representa a transição do capitalismo, a mais alta forma de sociedade de classes, ao comunismo, uma sociedade sem classes. Portanto, parte integrante desse estágio não é apenas a coexistência mas a constante e crescente luta entre as forças contra-revolucionárias, que desejam preservar a ordem capitalista exploradora, e as forças revolucionárias, que buscam libertar a humanidade.

O sucesso ou fracasso nessa luta é determinado, em qualquer momento, pelos sucessos obtidos na construção socialista e na correlação nacional e internacional das forças de classe e sua correta avaliação. Uma correta avaliação assume importância, uma vez que a ela seguem-se uma linha política e uma tática correspondente, que avançam ou retardam o progresso rumo à libertação. A avaliação e o julgamento incorretos, baseados em desvios ideológicos, como mostrou a história do movimento comunista internacional, levam a distorções, que são exploradas de tempos em tempos pelas forças contra-revolucionárias e tiram o movimento comunista internacional dos trilhos.

Um importante exemplo são as estimativas da força e do potencial do capitalismo realizadas pelas conferências internacionais de 1957 e 1960. O documento da conferência de 1960, que endossa o deslocamento na correlação mundial de forças em favor do socialismo, foi muito além: afirmou não haver futuro para o capitalismo e descreveu o socialismo como o fator decisivo para o desenvolvimento mundial. Tal conclusão, além de reforçar a compreensão simplista sobre a

natureza irreversível do período de transição, subestimou sobremaneira o potencial do mundo capitalista, tanto em relação à sua capacidade de desenvolver posteriormente forças produtivas como de adaptar-se às circunstâncias modificadas.

Naturalmente, isso não significa que o capitalismo tenha, ou possa ter, força para superar a crise que Marx analisou a fundo em seu trabalho. Mas, por si mesmas, as crises não podem causar – e não causam – o colapso automático do capitalismo. Uma conclusão reveladora de Marx é que o capitalismo deve ser destruído, que não cai automaticamente.

A subestima do capitalismo foi acompanhada por uma estimativa incorreta da correlação das forças de classe em diferentes circunstâncias, realizada no XX Congresso do PCUS. A grande distorção do conceito leninista de coexistência pacífica e a defesa da competição e da transição pacíficas sob a liderança do PCUS, no governo Kruchóv, abriu as portas para o revisionismo e a colaboração de classe da pior espécie. Em consequência, muitos partidos comunistas foram dizimados, o que feriu gravemente o movimento comunista internacional.

Enquanto o capitalismo se adaptava às mudanças da realidade, encontrando novas formas de exploração e intensificando a luta ideológica contra o socialismo, a subestima do capitalismo e os desvios, feitos de maneira dogmática e revisionista, combinavam-se e acabavam por diluir a contra-ofensiva ideológica socialista e a luta contra o capitalismo. Os desvios e distorções que se infiltravam na luta ideológica não eram corrigidos, e os erros continuaram a se acumular nas décadas subseqüentes da construção socialista, nos anos 70 e 80. Com isso o imperialismo e o capitalismo obtiveram vantagem política.

A tarefa de derrubar o capitalismo necessita do constante aperfeiçoamento e fortalecimento da luta revolucionária e ideológica da classe trabalhadora e de um partido comprometido com o marxismo-leninismo – um fator subjetivo, sem o qual nenhuma transformação revolucionária

é possível. Como observamos, esse fator subjetivo foi posteriormente enfraquecido em razão dos desvios revisionistas.

Tais erros – que devem ser aceitos com espírito de verdadeira autocrítica – foram também acompanhados da superestima da força do socialismo. Apesar de o socialismo, como um sistema superior, ter dado passos largos nos primeiros anos e ter sido capaz de enfrentar e repelir os mais terríveis ataques, foi cercado de limitações. Inicialmente pelo fato de as revoluções socialistas terem triunfado não em países avançados mas em países de desenvolvimento capitalista relativamente atrasado. Por esse motivo, apesar de ter sido reduzida a extensão do mercado imperialista, o nível de forças produtivas alcançado pelo capitalismo e sua capacidade de desenvolvimento permaneceram. Isto impôs severas limitações ao processo de mudança para um estágio mais alto que o do capitalismo. Lênin sempre esteve consciente desses problemas. Ao mesmo tempo que enfatizou a complexidade e a demora do período de transição, avançou em seus planos e tomou muitas iniciativas durante a vida, como a instauração da Nova Política Econômica (NEP), tendo em mente o atraso e as condições concretas da Rússia. Que o processo de construção socialista é prolongado e complexo, deve ser sublinhado.

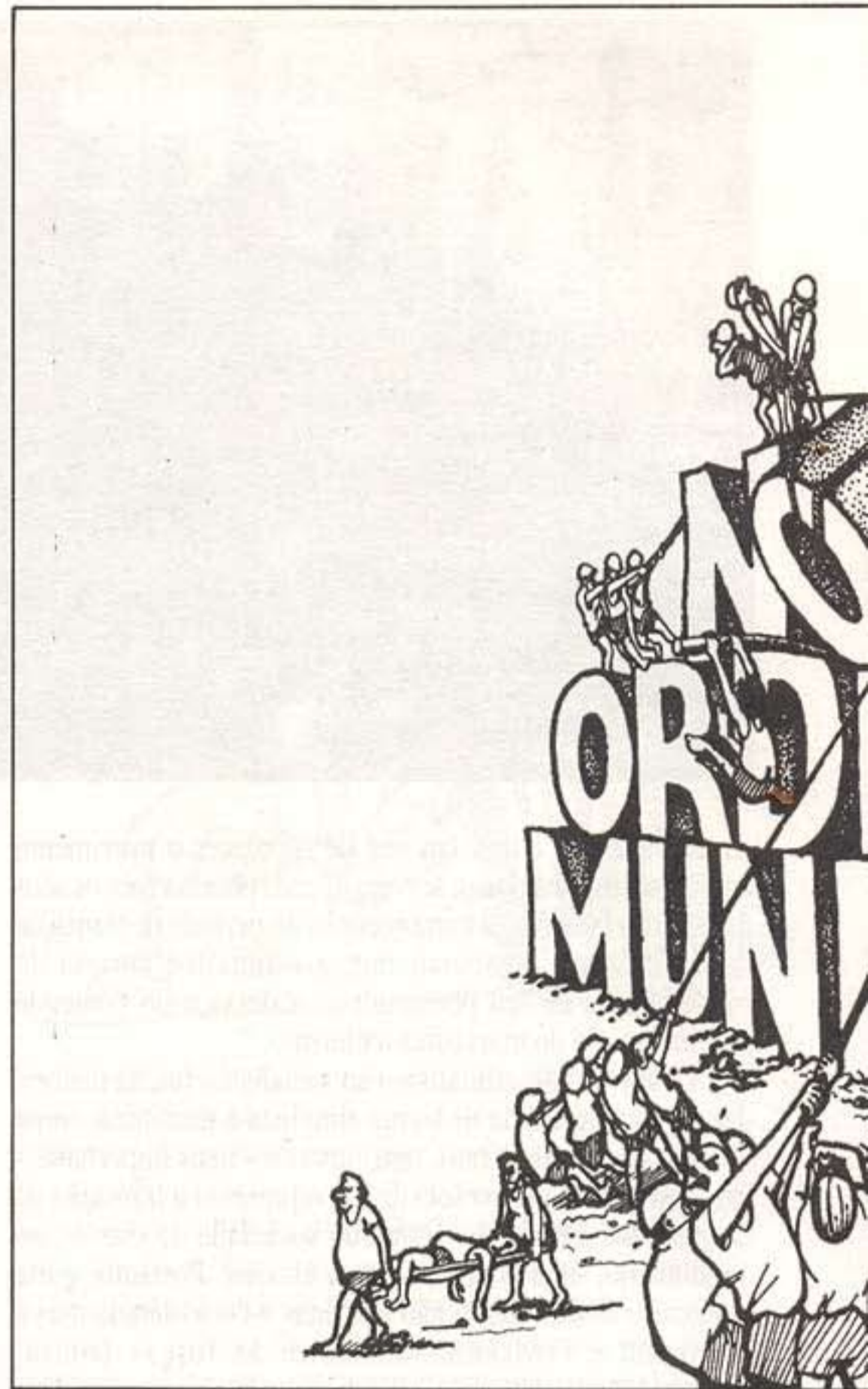
Entretanto, seria incorreto concluir que as revoluções socialistas naqueles países foram prematuras. O acirramento das contradições mundiais levou à ruptura da corrente imperialista no seu elo mais fraco. Este fato contribuiu para que a revolução socialista triunfasse e anunciasse uma nova era na civilização. A Grande Revolução Socialista de Outubro mudou radicalmente a situação mundial, galvanizando tanto o movimento internacional da classe trabalhadora como as lutas no mundo colonial. Os gigantescos passos econômicos dados num curto período de tempo inspiraram muitos movimentos revolucionários em todo o globo.

Além das estimativas incorretas e dos desvios, houve erros e falhas específicas em quatro grandes áreas no processo de construção socialista. Tais erros se referem à forma do Estado sob o socialismo – uma ditadura do proletariado; à prática da democracia socialista; à construção econômica socialista; e à consciência ideológica do partido e do povo nos países socialistas. A Resolução sobre certas questões ideológicas, do XIV Congresso do PCI(M), examinou esses aspectos detalhadamente.

No entanto, em vez de corrigir os erros do passado e superar as distorções dentro do quadro do socialismo e do marxismo-leninismo, o PCUS, sob a liderança de Gorbachov, seguiu um caminho liquidacionista, que no final levou ao desmoronamento do socialismo.

Muitos estudos devem ser realizados a partir de uma análise detalhada desses acontecimentos, mas o PCI(M) é da firme opinião que o desmoronamento do socialismo nesses países aconteceu em virtude de desvios, erros e distorções que ocorreram durante o processo de construção socialista.

As teses aqui apresentadas não constituem – e não podem constituir – um repúdio ao socialismo ou ao marxismo-leninismo. Apesar das estimativas incorretas e dos reveses



do dia-a-dia, o século XX, particularmente o período iniciado com a Revolução de Outubro, foi marcado por vitórias da classe operária, dos camponeses e de povos de todos os continentes do mundo, em graus variados.

Durante este século, o capitalismo lançou o mundo numa corrida nuclear de consequências devastadoras. Iniciou várias guerras para deter o avanço da humanidade em direção ao socialismo, interferiu nos negócios internos de países independentes, organizou golpes, impingiu regimes ditatoriais e reacionários para servir aos seus interesses. Sua forma mais violenta foi exposta nas ditaduras fascistas.

Por outro lado, as revoluções socialistas e as lutas de libertação nacional divulgaram idéias mais ricas para a civilização humana, tornando possível para a maioria do povo trabalhador de muitos países viver sem a opressão nacional, libertos da exploração. Tais mudanças continuam a mapear o curso futuro do desenvolvimento humano rumo à libertação nacional e social. Este processo, entretanto, será longo, complexo, cheio de curvas e desvios. Mas a direção fundamental desta época continua a ser a da transição do capitalismo para o socialismo.



A validade do marxismo como ciência, método e guia de ação e sua permanente relevância são justificadas pela natureza dos atuais desenvolvimentos mundiais. Seria desnecessário, em nossa opinião, sobrecarregar a majestosa reunião de revolucionários com estatísticas que lhes são familiares. Precisamos, porém, enfatizar que a situação contemporânea mundial continua a caracterizar-se por quatro contradições fundamentais. O continuado período recessivo na economia capitalista tem acentuado as contradições entre trabalho e capital. O esforço do imperialismo para transferir o peso dessa crise para os países do Terceiro Mundo intensifica as contradições entre o imperialismo e os povos desses países. A ofensiva política dos EUA para estabelecer a “Nova Ordem Mundial” prenuncia o agravamento futuro dessa contradição. Contradições interimperialistas continuam a crescer e a se expressar de várias formas, particularmente na esfera econômica. O bloqueio econômico liderado pelos EUA contra Cuba, a nova investida sobre a questão da inspeção nuclear da Coreia do Norte e o contínuo embargo contra o Vietnã constituem a reiterada ofensiva do imperialismo contra o socialismo.

Essas contradições continuam a influenciar o desenvolvimento mundial, e as formas de resolvê-las variam de acordo com situações concretas. Por exemplo, as rivalidades interimperialistas que terminaram em guerras imperialistas, como a I e a II Guerra Mundial, são hoje uma possibilidade remota, por várias razões.

Apesar de o desenvolvimento mundial confirmar os fundamentos da análise marxista e auxiliar sua compreensão, um ponto observado anteriormente precisa ser enfatizado. O fator subjetivo – e sua fraqueza hoje – permite ao capitalismo criar espaço suficiente para as manobras que garantem sua sobrevivência, apesar de suas contradições inerentes.

Entretanto, é necessário identificar as especificidades concretas que permitem o contínuo avanço capitalista a despeito de suas contradições básicas. A essência viva do marxismo, como disse Lênin, é “a análise concreta de situações concretas”. Atrévemo-nos a falar sobre alguns temas que, em nossa opinião, caracterizam a economia capitalista após a II Guerra Mundial, particularmente a partir dos anos 70. Temos plena consciência das limitações de nossa capacidade de empreender uma profunda análise. Esta é, porém, uma tarefa necessária.

As duas décadas anteriores a 1973 testemunharam taxas de aumento de produção no mundo imperialista sem precedentes em toda a história do capitalismo. Isso foi conseguido sob a nova política do período pós-guerra e a liderança econômica dos EUA. O *boom* de reconstrução depois da devastação da II Guerra, o aumento do número de automóveis, as políticas keynesianas de demanda seguidas em alguns países capitalistas e, acima de tudo, as enormes despesas do Estado, especialmente em armamentos no país líder, os EUA – tudo isso contribuiu para a manutenção de uma alta demanda no mundo imperialista, que, sob o novo arranjo financeiro de Bretton Woods, facilitando o mercado global e fluxos financeiros, anunciou altas taxas de crescimento em todos os seus países. Para ser mais preciso, houve um desenvolvimento desigual, e o Japão, de longe, foi o país que mais se desenvolveu. Nessas condições, as inovações tecnológicas foram rapidamente absorvidas, trazendo significativas taxas de crescimento em produtividade de trabalho e melhorando o padrão de vida de grandes segmentos da classe trabalhadora nos países imperialistas.

Tudo isso é bem conhecido. O que é particularmente intrigante, entretanto, é o desenvolvimento que ocorreu depois de 1973. Com as altas taxas de inflação em meados dos anos 70, com a recessão de 1974 a 1975, que foi de longe a pior desde a Grande Depressão dos anos 30, e com o colapso do sistema Bretton Woods, o mundo capitalista parecia estar caminhando para um período de graves crises, de acordo com o entendimento marxista tradicional. Mas isso não aconteceu como se esperava, e o desempenho subsequente do imperialismo é o que mais evidencia sua resistência e nossa subestima de sua força potencial. Sem dúvida, as taxas de crescimento no mundo capitalista avançado diminuíram drasticamente comparadas aos níveis do pós-guerra; não há dúvida de que o crescimento do comércio mundial diminuiu drasticamente; não há dúvida de que, no momento atual, o mundo imperialista está experimentando uma recessão; e não

há dúvida de que as taxas de desemprego em todos eles têm sido maiores nos anos 80 e 90 do que durante o longo *boom* dos anos 50 e 60. Entretanto, nada disso ajuda a preannunciar uma repetição da crise dos anos 30, pelo menos não agora. A questão é: por quê?

O aparecimento brusco da espiral inflacionária do final dos anos 70 e início dos anos 80 nos países imperialistas foi controlado de duas maneiras: mediante o aumento do exército de reserva de trabalhadores (o que explica as altas taxas de desemprego), que enfraqueceu os sindicatos e impediu reivindicações de salário real para que este se equiparasse ao aumento da produtividade; e, mais importante, com a mudança dos termos de mercado contra os produtores de *commodities* primárias do Terceiro Mundo. A queda dos preços de *commodities* primárias com relação aos fabricantes – que acarretou insolvência, perda de soberania para o FMI, declínio nas rendas *per capita* e fome em toda a grande extensão do Terceiro Mundo, notadamente na África e na América Latina – é o resultado direto do “sucesso” do controle da inflação dos países imperialistas.

Mas, com o declínio da renda no Terceiro Mundo e a queda dos salários nos próprios países imperialistas, seria de esperar que o capitalismo nos países ricos sofresse uma queda. Como isso foi evitado? Além dos avanços científicos e tecnológicos, chegamos à importância significativa da centralização das finanças internacionais. O suporte para o nível de atividade econômica nos países ricos foi garantido pelo grande aumento do déficit fiscal dos EUA no governo Reagan. Este déficit, que provocou um aumento significativo no déficit do balanço de pagamentos dos EUA, foi financiado à custa de uma enorme dívida externa, facilitada pela centralização das finanças internacionais.

A marca da atual centralização das finanças internacionais, ou globalização, como alguns a chamam, é a absorção do capital de todos os cantos do globo para investimento em umas poucas áreas selecionadas, consideradas apropriadas ou dignas de crédito por um punhado de bancos internacionais. Apesar de os próprios bancos não terem o controle exclusivo dos fluxos financeiros – e dessa forma não se pode falar em “conspiração” –, todas as finanças do mundo estão informalmente sujeitas a essa autoridade controladora centralizada. Entretanto, a competição entre corporações multinacionais e bancos, áreas em que ocorrem freqüentes conflitos, pode muito bem prejudicar os arranjos atuais.

O persistente déficit fiscal norte-americano representa para o capital financeiro internacional uma via de investimento, e dessa forma acentua a recessão no Terceiro Mundo. Sugando as finanças de todos os lados, ele impõe a crise econômica ao Terceiro Mundo, forçando-o a render sua soberania às agências imperialistas, como o FMI e o Banco Mundial; faz com que o Terceiro Mundo entregue o controle dos seus ativos e recursos, “a preço de banana”, aos credores internacionais pelas dívidas passadas; além de manter o nível de atividade no mundo imperialista e prevenir o surgimento de quaisquer quedas bruscas.

Todos esses fatores e, principalmente, a habilidade de estabilizar suas próprias economias à custa do Terceiro



Mundo não existiriam se, a despeito de suas indubitáveis contradições, as economias imperialistas não tivessem entrado em acordo. Períodos de desunião imperialista, marcados pela crise em seu centro controlador, oferecem “espaço” para os países do Terceiro Mundo e os países socialistas se defenderem. Por outro lado, enquanto os países imperialistas agirem de comum acordo, podem continuar negando esse espaço e, com mais eficácia, transferindo o peso de sua crise para os ombros do Terceiro Mundo – e assim se restabelecer à custa deste. Além de a base objetiva de interpenetração de capital ter levado a um grau de coerência, a razão política que impulsionou esse processo foi a existência de um poder socialista poderoso, capaz de se opor às tentativas imperialistas de impor uma hegemonia global. Atualmente, com sua ausência, a transferência de peso para o Terceiro Mundo deve se intensificar. Ironicamente, esses períodos são marcados pela desunião do Terceiro Mundo, não somente entre seus países mas também dentro de cada país, onde tendências secessionistas e separatistas levantam suas cabeças enquanto o sonho de “reconstrução nacional” se dissipa.

Com esta afirmação não estamos nos afastando da ênfase de Lênin sobre a rivalidade interimperialista e adotando a posição kaustskista do “ultra-imperialismo”. Não se trata de absolutizar o grau de coerência que as potências imperialistas mostraram até agora. Graves contradições interimperialistas existem e intensificam-se, com os EUA

perdendo progressivamente sua proeminente posição – o capital japonês toma aos poucos seu mercado, seu status de devedor acentua-se e seu governo vive sob crescente pressão para tornar-se protecionista. A “estabilidade” que caracterizou até agora o mundo capitalista, a despeito de todas as vicissitudes, deve desaparecer com a intensificação das contradições interimperialistas. Trata-se de enfatizar a complexidade característica do desenvolvimento capitalista, em particular a que se refere às conjunturas que não podem ser reduzidas a uma fórmula simples.

O imperialismo tem reservas de força, utiliza manobras para se recuperar das derrotas, não é suicida do ponto de vista estratégico, cria falsas esperanças entre as fileiras revolucionárias e rapidamente leva à desilusão ideológica. Isto não significa – e não pode significar – que o capitalismo e o imperialismo sejam invencíveis. Vivemos numa situação em que as conjunturas favoráveis ao imperialismo devem ser seguidas por períodos marcados por incoerências, antagonismos, rivalidades e crises. Neste sentido, de acordo com a visão de Lênin, não pode haver caminho de volta. Mas a transição do capitalismo para o socialismo é provavelmente um processo muito mais demorado. Haverá reveses no percurso, o imperialismo irá reagrupar suas forças, os países que já passaram por revoluções socialistas e pareciam estar firmes no caminho do socialismo terão dificuldades, e assim por diante. A questão é mudar o mundo, a realidade objetiva, sem cair na falsa euforia ou no desespero burguês.

A tarefa de enriquecer o marxismo e dar continuidade à luta revolucionária nas atuais circunstâncias requer um estudo teórico mais aprofundado dos processos contemporâneos em curso na realidade. A enorme tarefa assumida por Lênin em seu tempo precisa ter continuidade. A metodologia científica marxista continua a ser a mais rica fonte de instrumentos para a realização dessa tarefa. Muito trabalho precisa ser feito, não somente no que se refere ao capitalismo contemporâneo e ao imperialismo como também no campo da economia política do socialismo.

O PCI(M), em seu XIV Congresso, declarou: “As dificuldades e fracassos no processo de enriquecimento desta ciência criativa, de acordo com os desenvolvimentos históricos que estão ocorrendo, não se devem à inadequação ou à falta de método científico de seu conteúdo. Devem-se à inadequação e à falta de rigor científico por parte daqueles que abraçaram esta filosofia”.

A suprema validade e a eterna relevância do marxismo consiste em sua visão libertária e em seus objetivos emancipadores. Trata-se de uma ciência que permanece até hoje como a forma filosófica que expressa tudo em que o humanismo se constitui e deve se constituir.

A busca de Marx durante a vida e a de todos os marxistas que se seguiram foi estabelecer os fatores básicos necessários para completar a libertação humana. O capitalismo, como Marx havia mostrado e os subseqüentes desenvolvimentos o comprovam, é um sistema baseado na exploração humana. Enquanto a exploração do homem pelo homem e de nação por nação continuar a ser a base do sistema capitalista, o anseio pela

libertação humana não pode ser apagado. O mundo que conhecemos hoje e os direitos que a humanidade aceitou como bem-estabelecidos foram contribuições das lutas do povo e da luta de classes, que continua a modelar os desenvolvimentos atuais e sua associada consciência humana. A marca do marxismo na sociedade contemporânea e no desenvolvimento intelectual da humanidade não pode ser apagada.

A atual situação mundial demonstra claramente a natureza injusta e desumana do capitalismo. O saque voraz é o responsável pela terrível situação de fome, miséria, doença e ignorância que persegue milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento. É diretamente responsável pelos perigos do holocausto nuclear e pelo pior dos desequilíbrios ecológicos. A crescente crise moral e a degeneração ética das sociedades capitalistas, o abuso de drogas, a violência e a discriminação sexual desumana estão continuamente aviltando as melhores qualidades do ser humano. Apesar da propaganda intensificada após os reveses do socialismo, que diz que o “capitalismo é eterno”, esse sistema prova ser incapaz de resolver os principais problemas da humanidade.

Isso se tornou ainda mais evidente nas experiências dos antigos países socialistas. Milhões de indivíduos são privados dos meios de subsistência, uma realidade que desconheciam sob o sistema socialista. Nesses países, o processo de restauração do capitalismo é acompanhado pelas suas naturais consequências: o aumento do índice de desempregos, a insegurança, a fome e o esfacelamento impiedoso do sistema social e moral. Em nome da “democracia”, a queda do socialismo aconteceu. Hoje a democracia tornou-se sem sentido para o povo. O ataque recente aos manifestantes do Primeiro de Maio na Praça Vermelha mostrou a face dessa “democracia”. O apoio aberto do imperialismo a Iéltsin expõe a real natureza de classe da nova ordem nesses países. O capitalismo provou assim ser incapaz de resolver os problemas desses países.

As tarefas com que se defrontam os comunistas são realmente enormes. O aprofundamento das contradições fundamentais de nossa época e os novos processos insidiosos e viciados da “recolonização” econômica que tentam impor sua Nova Ordem Mundial clamam por uma maior integração das fileiras comunistas e contingentes antiimperialistas. A unidade de todos os comunistas, as forças progressistas e antiimperialistas, é a base para fortalecer o internacionalismo na atual situação. Somente baseados nisto é que podemos repelir a ofensiva imperialista.

Vida longa ao marxismo-leninismo!

Vida longa ao internacionalismo proletário!

HARKISHAN SINGH SURJEET é secretário-geral do PC da Índia (Marxista). Este artigo foi extraído de “Contemporary World Situation and Validity of Marxism”, Proceedings of International Seminar of Communist Parties Marking the 175th Birth Anniversary of Karl Marx, pp. 21-32, CP of India (Marxist), Calcutá, 1993.

Socialismo reformista ou revolucionário?

EDGARD CARONE

A distinção entre reformistas e revolucionários não era bem estabelecida durante a formação dos partidos operários. Só a crise gerada pela deflagração da I Guerra Mundial definiu os campos

1. A gênese do sistema partidário trabalhista: da subordinação ao Estado e da luta contra a tutela do Estado

É a partir da segunda metade do século XIX que proliferam os movimentos sociais modernos, de caráter socialista e sentido coletivista ou individualista. Alguns deles se apagam com o tempo, outros amadurecem e tomam forma definitiva.

O período áureo da formação ideológica e partidária de matiz socialista se dá a partir dos anos 70 e começo de 80. Este é o momento em que há a consolidação de várias de suas correntes, além da presença dos diversos grupos anarquistas, das muitas correntes sindicais etc. No entanto, muitos deles sofrem variações e trajetórias distintas, o que nos obriga a avaliá-los separadamente. Um elemento primário, porém, se apresenta como *leitmotiv*: é a ação do proletariado, que pretende “evitar pelo socialismo a servidão industrial que o ameaça. E nem doutro modo podia ser! A história ensina-nos que é sempre a classe que mais deve beneficiar-se duma nova ordem social aquela que para isso concorre como principal fator. Da mesma maneira que a Revolução Francesa foi a consagração e a obra quase exclusiva da burguesia esclarecida, assim a transformação econômica que se prepara será, sobretudo, a obra do proletariado, consciente dos seus interesses de classe”.¹

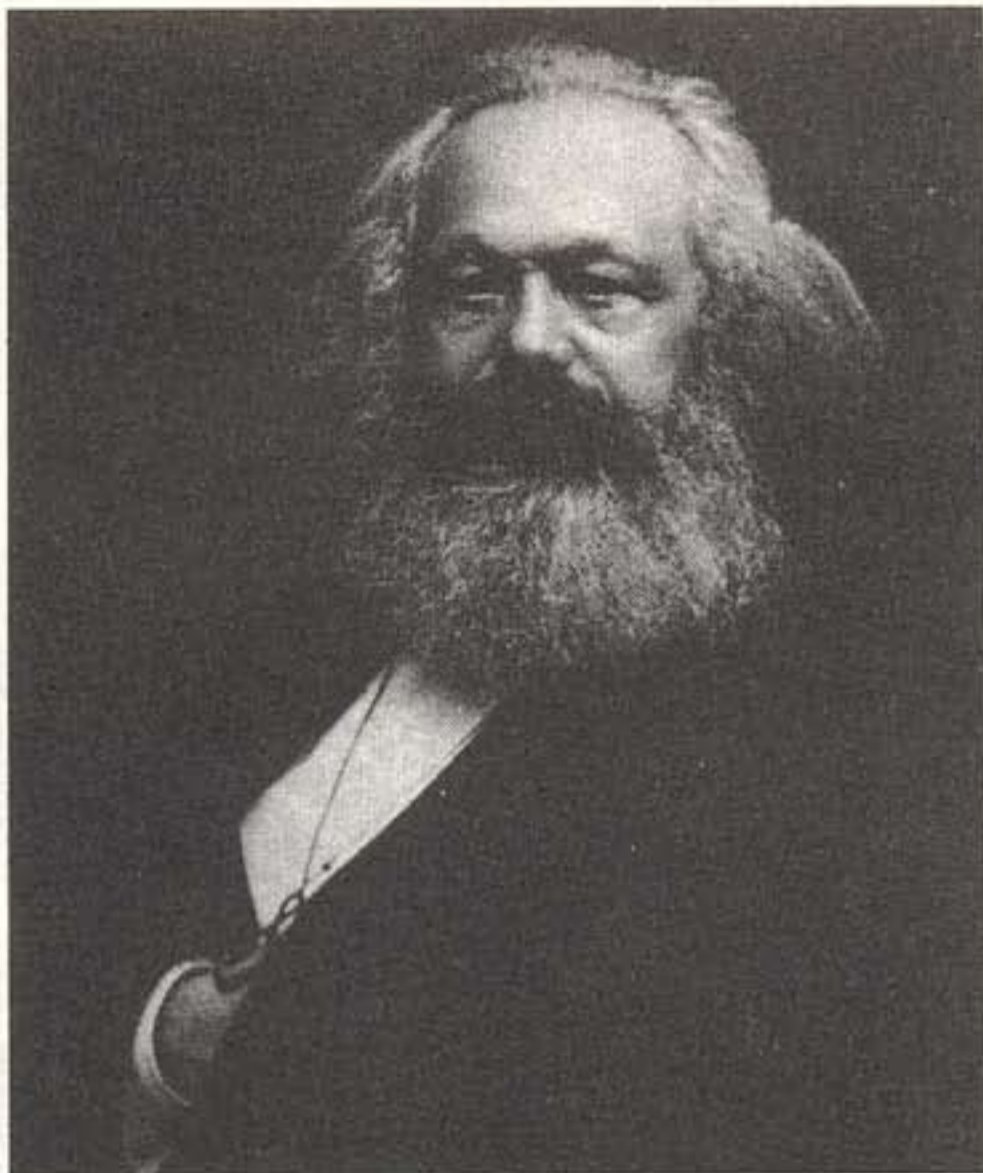
A avaliação das diversas formas de organização e das suas respectivas ideologias permite-nos verificar, de maneira breve, que existe distinção clara entre as fases de 1880/1914 e aquela outra, de 1917 em diante. A última está ligada à ascensão do bolchevismo e à vitória da revolução na Rússia, com a conseqüente radicalização política e mudança de estratégia por boa parte do proletariado mundial. Agora se afirma nítida a separação entre revolucionários e reformistas: os que pensam em conciliação de classes e os que falam em luta de classes. Os últimos são os que, após a I Guerra Mundial, dinamizam a ação proletária com o seu centralismo partidário, o seu acento marxista, fatores que ilustram o progresso do movimento trabalhista.

A fase que se inicia na década de 1870 – fulcro do nosso trabalho – expressa, em primeiro plano, a luta operária contra a opressão governamental na França e na Alemanha, centros irradiadores do socialismo na época. No primeiro, os acontecimentos da Comuna de Paris (1871) comprovam tragicamente como a burguesia francesa age para se impor na sociedade,² e na Alemanha temos a adoção da lei restritiva, a *Kulturkampf*, que atinge indistintamente os socialistas e os católicos. Apesar disso, as camadas operárias reagem, organizando-se clandestinamente nos seus respectivos países, ao mesmo tempo que parte de suas lideranças permanece no exterior, esperando o possível retorno. É desta maneira que Paul Lafargue, Jules Guesde, Lissagaray, entre os gauleses, e W. Liebnicht, A. Babel, K. Kautsky, E. Bernstein, Volmar, entre os alemães, são alguns dos exilados que viveram em Londres e usufruíram da companhia e das críticas de Marx e Engels.



Para Lassalle, Estado poderia trilhar um caminho adequado por meio do sufrágio universal

No entanto, aos primeiros sinais de uma nova crise social, entre os anos 50 e 70 do século passado, o Estado burguês tenta direcionar o movimento operário, coagindo-o a aceitar novas diretrizes organizatórias e ideológicas. É o que se dá na França, em 1848, quando, por iniciativa governamental, são criados os Ateliês Nacionais. Como diz Marx, “o Ateliê significava unicamente que se empregavam os operários em serviços de terraplenagem monótonos e improdutivos, por um salário diário de 23 sous” mais de 100.000 operários desempregados pela revolução e a crise no comércio e na indústria participam deste processo, que termina pela repressão física aos trabalhadores, com inúmeras mortes.³ Outro momento é quando Lassalle, um dos responsáveis pela primei-



ra organização operária alemã, aproxima-se de Bismarck, pretendendo, ao contrário de seu amigo Marx, estar “com a burguesia contra o Estado prussiano”, e “disposto a pôr-se ao lado do Estado prussiano contra a burguesia”. Tirando conclusões diferentes das expostas por Marx e Engels, Lassalle insiste na insuficiência da “cooperação voluntária para melhorar a situação dos trabalhadores sob o capitalismo”, mesmo quando ele participa de seu sindicato ou cooperativa: o fundamental é pôr fim ao Estado burguês, ao sistema capitalista. Para ele, o sufrágio universal é um instrumento que permite ao operário transformar, pelo voto, o próprio Estado, que se tornaria, assim, “instrumento para seus fins”. O Estado, para Lassalle, é “uma instituição de classe, senão um instrumento para expressar adequadamente a vontade de todo o povo”, e que, tendo-se desviado do seu fim, ainda poderia retornar ao “caminho adequado por meio do sufrágio universal”. Defendendo essa tese, Lassalle liga-se a Bismarck, tornando-se o seu partido um instrumento conservador e preso ao mecanismo do Estado prussiano.⁴

A tentativa de identificar o socialismo ao Estado é combatida por várias correntes de esquerda. Jaurès resume claramente a diferença entre elas. Ao responder ao economista francês Léon Say, ele afirma que Lassalle confunde o socialismo de Estado, que respeita a propriedade capitalista e que tempera unicamente os seus efeitos por uma regulamentação toda exterior, com o socialismo coletivista ou comunista, que deseja transformar a propriedade capitalista em propriedade social. “Ele não desconfiava que, longe de sermos socialistas de Estado, nós tendemos à supressão do Estado, isto é, da força constrangente, que dá à exploração dos não-possuidores uma forma jurídica.” Quando a “comunidade tiver sido verdadeiramente organizada, quando não houver mais na humanidade reconciliada antagonismo de classes, o próprio Estado desaparecerá”.⁵

2. Surgimento de partidos operários de tendências evolucionista e marxista, após 1870: indefinições ideológicas e tentativas de superação dos esquemas ideológicos mais simplistas

No entanto, a maior parte das correntes operárias aceita lutar contra o Estado e não se subordinar a ele. Elas se agrupam entre os socialistas de vários matizes, entre os anarquistas, entre os sindicalistas etc. O ascenso dessas correntes é beneficiado pelas inúmeras crises que se manifestam na própria classe dominante – queda de Napoleão III, saída de Bismarck da Chancelaria alemã, guerra da Criméia – e com a nova reação operária, que dá os primeiros sinais a partir de 1876. Neste ano reúne-se em Paris o I Congresso Operário, cujos membros, predominantemente sindicalistas, afirmam que “se deve, a todo preço, evitar que políticos, homens que defendem teorias, viessem desviar os espíritos, dirigi-los e servir-se do Congresso como um apoio para as operações eleitorais e políticas”.⁶ A partir desta data, os Congressos trabalhistas voltam a se reunir anualmente, os sindicatos progressivamente ampliam seus objetivos e, em muitos casos, muitos deles se filiam a partidos ou são fundados por elementos partidários. A dinâmica organizatória, afinal, será beneficiada ainda mais quando, em 1884, na França, uma nova lei sindical dá autonomia às associações, permitindo que qualquer sindicato possa ser fundado independentemente de autorização oficial.



Qual a linha dos que se dizem a favor do socialismo: reforma ou revolução?

Movimento sindical e movimento partidário caminham juntos; em alguns países o primeiro antecede o outro, outras vezes é o contrário. De qualquer maneira, o tempo comprova a maior importância do partido. “Na sua forma e seu funcionamento, o partido depende de um terreno, produto da história, determinado pelo nível cultural e pelas tradições políticas da classe operária, como aqueles do país considerado; pela relação de forças sobre o plano social e pelas formas anteriores de organização do movimento operário, pela legislação que determina o campo da legalidade e da ilegalidade; é preciso juntar a isso o peso das estruturas e o da organização, cujo papel pode se tornar esclerosante e se transformar em um fetichismo do partido. Ao submeter à sua crítica penetrante o papel das estruturas econômicas e sociais, o marxismo não poderia excluir a crítica das estruturas políticas – compreendidas as que a classe operária utilizou nas suas necessidades de luta”.⁷

Os partidos da classe operária, que surgem a partir dos anos 70 e 80 do século passado – com exceção de um ou outro, anterior –, vão ter de superar as suas graves indefinições ideológicas. A questão da organização, dos objetivos, do sentido e do caminho para se atingir o comunismo aparecem nebulosos

em muitos aspectos, até que algumas dessas correntes conseguem superar os entraves e definir melhor a linha estratégica e tática para se chegar à sociedade sem classes.

A trajetória é árdua e cheia de tropeços, tanto para os que iniciam o processo extemporaneamente (o caso do cartismo inglês, de 1832 a 1850), como para os que nascem posteriormente. Neste segundo momento, a I Internacional e Marx e Engels ocupam papel de relevo na orientação partidária ou no direcionamento dos diversos partidos socialistas e social-democratas que surgem na Alemanha, França, Áustria, Rússia, Itália etc.

O desenvolvimento de novos órgãos de classe é também resultado de esforço amplo para superar determinadas situações que persistem desde a formação dos fenômenos partidário e sindical. Uma delas é o problema com que se apresentam as forças trabalhadoras que estão passando por vários níveis de conscientização; outro é a ideologia, ou forma de expressão ideológica com que se apresentam; terceiro, como agem os grupos ou frações que compõem o partido e qual a importância deste antagonismo em sua formação; como consequência desses fatores e de outros, qual a política defendida pelos partidos? Afinal, como se apresenta a linha partidária dos que se dizem a favor da sociedade sem classes, isto é, do socialismo: a revolução ou a reforma?

Votos de socialistas alemães vão de cem mil para quatro milhões no início deste século



O crescimento da força socialista na Europa é fruto, entre outras razões, da aliança entre grupos ou pequenas organizações partidárias espalhadas em cada país. Desta maneira, os partidos se beneficiam não só pelo aumento numérico de seus membros, como incorporam a si as diversas estruturas organizatórias existentes. O lado positivo é acompanhado de outros, não satisfatórios: o comum é serem bem mais frágeis os níveis de experiência dos militantes no interior, fator que se repete quando se trata da questão da consciência ideológica defendida por cada uma destas parcelas do operariado. Como diz um analista: "A maioria (dos militantes) são ignorantes em matéria doutrinária, não podem discernir as divergências ideológicas e políticas que separam os irmãos inimigos. E, como o velho senso popular, que se exprime pelo ditado 'a união faz a força', eles se opõem às guerras intestinas, geradoras de incapacidade, com a fecunda unidade popular".⁸

3. Formação partidária e os percalços ideológicos

No momento de mudança, quando começam a brotar novas questões – frutos da transformação histórica do capitalismo – os partidos não se contentam unicamente em ver aumentar seus contingentes partidários e de simpatizantes, pois vai se tornando premente a questão parlamentar, isto é, a participação do operariado no mecanismo legislativo. Em sentido amplo, o crescimento eleitoral das esquerdas aparece como fator básico para a prática programática de



cada partido, marxista ou reformista. O aumento do poder partidário, entretanto, é acompanhado por afirmações ideológicas ambíguas, em muitos casos. No entanto a política parlamentar de esquerda apresenta alguns aspectos positivos, e é fator que comprova – de maneira externa – o acerto das medidas táticas adotadas. Os alemães vêm crescer o seu número de votos, que é de 124.655 em 1871, com duas cadeiras; 2.107.076 em 1898, com 56 cadeiras; e 4.250.329 votos, com 110 cadeiras, em 1912. O mesmo se dá com os franceses, que, na véspera da guerra de 1914, elegem 102 deputados. Com igual êxito, mas não na mesma proporção numérica, temos bons resultados em outros países, o que mostra a capacidade operária de incorporar novos valores à sua atuação.

Entre 1880 e 1900, o número de organizações que se confessam marxistas é grande. Temos o Partido Social Democrata Alemão (1869), o PSD Austríaco, o PSD Sueco, o PSD Russo (1897), o Partido Socialista Belga, o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista Italiano, o Partido Socialista Espanhol. Marx e Engels colaboram para a fundação de alguns deles. Entretanto, a teoria marxista é complexa e de difícil assimilação, exigindo grande domínio de conhecimento. Ainda mais, nesse fim de século, no momento em que se consolidam os partidos marxistas de massa, é escasso, no mercado, o número de escritos de Marx e Engels: parte está esgotada, outros poucos saindo em segunda edição, outros permanecem inéditos.⁹

O limitado número de títulos ofertados ao público é fator negativo para o conhecimento do marxismo e razão de equívocos praticados por alguns teóricos da época. O fenômeno é notado por Antonio Labriola, ao comentar palavras de Engels: "Não é necessário estranhar que o materialismo histórico se encontre em formulação geral nos seus primeiros passos. E depreciando os que não fizeram mais que repeti-lo ou disfarçá-lo, e às vezes dando um tom burlesco, é necessário confessar que, no conjunto

do que se escreveu de sério e correto sobre esse particular, não há ainda uma teoria que tenha saído do estado de primeira gestação. Ninguém ousaria compará-la ao darwinismo, que, em pouco menos de 40 anos, teve tal desenvolvimento intensivo e extensivo que, pela quantidade de material, pela multiplicidade da relação com outros estudos, pelas diversas correções metódicas e pela interminável crítica que foram feitas por partidários e adversários, teve já uma história gigantesca".¹⁰

Como diz um analista português, refletindo a tendência geral da época, os partidos que se dizem marxistas – na França e na Alemanha – representam a base científica do socialismo, isto é, voltam-se para a análise e interpretação do econômico; as outras correntes, denominadas conjuntamente de socialistas integralistas, são as que defendem a mudança feita sob incentivo moral.¹¹

Os primeiros partidos operários são atingidos pelas discrepâncias ideológicas existentes



4. A composição partidária: fusão de tendências ideológicas

As discrepâncias ideológicas atingem, no entanto, boa parte do movimento operário, pertencente às correntes revolucionária ou reformista. Os exemplos da França e da Alemanha ilustram a composição esdrúxula que vai ser feita tanto pelos marxistas como pelos não marxistas. De 1876 a 1880, parte das lideranças da classe trabalhadora já se manifesta a favor de determinadas estratégias. Os partidos que surgem já se beneficiam da militância anterior:

1) O Partido Operário Francês, de 1882, tem à frente Paul Lafargue e Jules Guesde, ambos genros de Marx; sua estrutura e ação fazem que ele se torne "o primeiro partido francês de tipo moderno, com organizações locais e regionais, uma direção nacional, um programa nacional"; é o responsável pela difusão da teoria marxista na França.

2) O Comitê Revolucionário Central (1881) é de tendência blanquista. Depois que Auguste Blanqui passa por inúmeras prisões, ele abandona a idéia de assalto ao poder sob a direção de uma elite de revolucionários profissionais, organizados em sociedade secreta, e passa a defender uma política radical, de total apoio a toda ação contra a burguesia. Seus discípulos se dividem entre os que pretendem continuar a política do mestre e os que desejam uma união com o Partido Operário Francês. Esta última corrente forma o Partido Socialista Revolucionário, aberto a quem deseja militar em seu seio. Seu líder é Edouard Vaillant.

3) A Federação dos Trabalhadores Socialistas (1882), dito broussistas (Paul Brousse). É o caso do PGF, que nasce durante a divergência surgida durante o Congresso Operário de Marselha (1879). São "partidários de uma estrutura descentralizada, que repousa na autonomia dos grupos"; essa é a razão de não defenderem o programa único, e sim um em cada região. Seu interesse é pela vida regional, pois a "questão municipal é

mais da metade da questão social", ou, em outras palavras, para combater o capitalismo, o Estado deve chegar ao ponto máximo de estatizar o serviço público".¹² Sua atenção se volta para a política reformista, a questão eleitoral, o federalismo e o movimento sindical, atitudes que fazem esta corrente assemelhar-se ao movimento trabalhista inglês.

4) O Partido Operário Socialista Revolucionário (alemânista) (1890). Fundado por tradição que remonta ao Manifesto dos Iguais (1796), ao Manifesto do Partido Comunista (1848) e à Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), seus aderentes defendem a tradição da Comuna de Paris (1871) e o federalismo de Proudhon: o que fazem é valorizar algumas fórmulas revolucionárias de Babeuf e Marx, ao mesmo tempo que se mostram reformistas e anarquistas. Defendem o espontaneísmo, o "espírito revolucionário e socialista do proletariado, o desprezo pelas ideologias"; acreditam no socialismo municipal e elaboram teoria do "serviço público"; são antimilitaristas ferrenhos, antiparlamentaristas e acreditam que, feita a revolução, será criada "uma federação de comunas livres, em que cabe ao Estado unicamente o papel de 'administrador das coisas'". Desta maneira camuflam o seu pendor anarquista.

5) Os socialistas independentes, com lideranças que não aceitam ficar ligadas a nenhuma das tendências anteriores. Entre suas fileiras encontram-se Jules Vallès, com seu jornal *O Grito do Povo*; Lissagaray, com o jornal *A Batalha*; Benoit-Malon e a *Revista Socialista*.

A esta geração sucede outra, com Jaurès, Millerand, Viviani, Briand. Seus conceitos ideológicos e a posição que tomam durante as diversas crises por que passa a França mostram seu caráter eclético e sua tendência voltada para o reformismo e não para posições revolucionárias.

As diversas posições doutrinárias levam seus membros a variadas estratégias e táticas e, em muitos momentos, a adotarem posições contraditórias. É o que acontece ao tratarem da questão partidária, da parlamentar, do problema do Primeiro de Maio, da política sindical.¹³



Os primeiros programas do partido alemão são duramente criticados por Marx e Engels

Não nos interessa mostrar a evolução de cada uma dessas agremiações e sim avaliar as diversas correntes que vão desembocar na formação do Partido Socialista Unificado, de 1905. O primeiro momento da unificação se dá em 1899, quando os guedistas e os vaillistas (isto é, o Partido Operário Francês) e a ala de Vaillant do Comitê Revolucionário Central se unem e formam o Partido Socialista da França. Em 1905, o PSF e as correntes independentes formam o Partido Socialista Unificado, seção francesa da Internacional Operária (SFIO).

O avanço organizacional faz com que cresça a influência marxista, o que em grande parte também se deve ao trabalho de Jules Guesde, Paul Lafargue e outros. No entanto, o progresso ainda não leva o marxismo a se tornar hegemônico entre as várias correntes ideológicas em terreno gaulês. O proudhonismo, o

blanquismo, o utopismo etc. ainda povoam o seu pensamento trabalhista, com todo o preconceito pequeno-burguês.

Com algumas semelhanças na formação, mas diferente no resultado final, é o caso alemão. “A Alemanha é, na hora atual, o país da Europa em que a tendência natural da classe operária em reclamar melhorias econômicas tornou o desenvolvimento o mais considerável; e é sobretudo nela que essa tendência se precisou e se organizou num socialismo, isto é, num vasto movimento de reivindicações, com chefes, hierarquia, disciplina e propaganda metódica.”¹⁴ O resultado apresentado é produto de esforço que se inicia em 1869, com o Congresso de Eisenach. Entretanto, alguns anos antes, em 1863, Ferdinand Lassale funda a Associação Geral dos Operários Alemães, primeiro partido operário teutônico. O que pretende, como vimos antes, é ligar-se ao governo, isto é, a Bismarck e à Prússia. Contrários à intenção de Lassale, Auguste Bebel e W. Liebknecht fundam um pequeno núcleo político, de caráter marxista, em 1869: a Associação Geral dos Operários Alemães. O evento se dá durante o Congresso de Eisenach. Em 1875, no Congresso de Gotha, a associação passa a se chamar de Partido Operário Social Democrata; afinal, no Congresso de Erfurt (1891) a social-democracia alemã se afirma como marxista e deixa de lado os seus resquícios lassalianos, semeados nos seus programas anteriores.

Esta trajetória do PSDA não é pacífica e é acompanhada criticamente por Marx e Engels. Os dois fazem questão de grifar que não são responsáveis pelo Programa de Eisenach, pois “eu estou convencido, (ele) é condenável e desmoraliza o Partido”. Em 1875, enquanto se desenrola o Congresso de Gotha e os militantes marxistas aceitam incluir pontos de vista lassalianos no Programa de Eisenach, Marx e Engels castigam duramente os membros social-democratas: “do ponto de vista teórico, isto é, do que é decisivo para o programa, nosso partido não tem absolutamente nada a aprender dos lassalianos, o que se dá inversamente com eles. A primeira condição da fusão era que eles cessassem de ser sectários, isto é, lassalianos; em outros termos, que sua panacéia, a saber, a ajuda do Estado, se não fosse pelo menos abandonada inteiramente por eles, pelo menos reconhecida como medida transitória e secundária, como uma possibilidade entre muitas outras”.¹⁵ É somente em 1891, com o Congresso de Erfurt e o novo Programa, que Engels se mostra mais satisfeito: “o projeto atual se distingue muito vantajosamente do antigo programa. Os numerosos restos de uma tradição envelhecida – seja especificamente lassaliana, seja socialista vulgar – são em grande parte eliminados; do ponto de vista teórico, o projeto se atém, no seu conjunto, ao terreno da ciência atual, e é possível discuti-lo neste terreno”.¹⁶

5. Superação das divergências ideológicas; luta contra anarquistas; conciliação entre correntes socialistas

Afinal, nesta fase, que desemboca na I Guerra Mundial, o que é ser revolucionário ou ser reformista? Em primeiro lugar, constata-se que o antagonismo entre ambas as correntes só se

acentua após a Revolução Russa de 1917. Antes, o vocábulo é usado para circunstâncias particulares, não como objetivação de fenômeno com características próprias, e sim como desabafo polêmico. O comum é limitar a acusação a determinados incidentes, especificamente ao caso de Bernstein, em 1899: em resumo, na sua crítica a Marx, Bernstein tenta provar que o aumento da pauperização não se dera na sociedade capitalista; em segundo lugar, a evolução do capitalismo não resultara na polarização da luta de classes; e, finalmente, as crises econômicas do capitalismo não se agravaram e a burguesia é capaz de superá-las. Antes, em 1891, temos outro incidente na social-democracia alemã: neste ano o deputado do partido, M. de Vollmar, de tendência católica, “defende a concepção de um socialismo reformista e não-revolucionário, esperando tudo do tempo e da evolução social progressiva: ele pedia que fossem feitas reformas parciais, realizáveis, não uma transformação utópica ou catastrófica da sociedade”.¹⁷



Com exceção do partido russo, a tolerância ideológica marca a esquerda européia

A existência de corrente divergente no seio do PSD alemão, denominada na época de “ala revisionista”, levanta polêmica aguda entre os teóricos marxistas. Na Alemanha temos a intervenção de Rosa Luxemburgo e a de Karl Kautsky; na Rússia, Plekanov e, em menor escala, Lênin. Também na França acontecem debates agudos, nos períodos anterior e posterior à formação do Partido Socialista Unificado (1905). O mais célebre é o que se dá entre Jules Guesde e Jean Jaurès, o primeiro acreditando em processo violento na passagem do capitalismo ao socialismo; o segundo, defendendo o processo pacífico. Outro incidente de repercussão maior é o caso Millerand, que provoca grande mal-estar entre os socialistas, pois Millerand, ao entrar para o Ministério Waldec-Rousseau, vai ter como colega o general Gallifet, um dos responsáveis pelo massacre operário durante a Comuna de Paris. Apesar da gravidade destes episódios, a tolerância é traço marcante entre os correligionários: Bernstein continua a ocupar papel de destaque na social-democracia alemã, Vollmar permanece como membro do partido, Jaurès e Guesde mantêm-se nas respectivas posições. Temos um único caso que foge à tendência exposta acima: é o do Partido Social Democrático Russo. Com a crise de 1903, durante o II Congresso do Partido, formam-se dois blocos: os mencheviques (minoridade) e os bolcheviques (maioria). Com os anos, as duas alas nunca mais se unem. Talvez haja explicação para esse caso heterodoxo: na maior parte dos países europeus domina o regime democrático. Por esta razão, o programa, a tática e a estratégia dos partidos de esquerda acontecem de maneira mais espontânea, mais visível; enfim, não existe interesse em camuflar a natureza e a intencionalidade do partido. Na Rússia, dá-se o contrário: o regime autocrata e a perseguição constante à esquerda obrigam os seus membros a lutarem pela preserva-



ção dos partidos clandestinos, com direção e ação centralizadas. Daí a radicalização ser instrumento necessário para preservar a unidade e criar condições para a ação externa.

Se existe tolerância ideológica entre os companheiros do partido, o mesmo não acontece quando se trata de diferenças entre indivíduos com linhas doutrinárias antagônicas, especialmente a anarquista. As polêmicas entre Marx e Bakunin, na I Internacional, e as polêmicas dos socialistas contra Malatesta, Kropotkin e outros, na II Internacional, comprovam a hostilidade, que termina sempre com a expulsão dos anarquistas.

6. Partidos e socialismo: análise de algumas correntes evolucionistas e revolucionárias

Entretanto, estes comportamentos não são suficientes para caracterizar o que se entende por partidos revolucionário e reformista. O comum é quase todos se auto-afirmarem revolucionários: são os marxistas que dominam os partidos social-democráticos, são os socialistas moderados que acham que a sociedade está a caminho do socialismo, são os anarquistas radicais que esperam uma greve geral para pôr fim à sociedade capitalista. Mas o fato de proclamarem os seus radicalismos não os torna automaticamente revolucionários. A história mostra que ser revolucionário não significa afirmar que o é, mas, em circunstâncias particulares, tomar posição a favor da revolução proletária. Os que se dizem evolucionistas – anarquistas de tendência kropotkiniana, socialistas moderados, socialistas de cátedra, socialistas utópicos – também não são conseqüentemente desfavoráveis à ação para a derrubada, pela força, da classe dominante. O que há é a ambição de se chegar a um fim determinado, mas, na hora da decisão, da participação no processo revolucionário que está amadurecendo, o recuo dos que se dizem a favor da revolução acaba levando-os a ficarem mais próximos das forças conservadoras e reacionárias e, naturalmente, ao lado da contra-revolução.

Entretanto, no conjunto dos movimentos que se apresentam no fim do século XIX e início do seguinte, temos a presença das duas tendências. De maneira esquemática, um dos teóricos da corrente evolucionista e reformista diz: “abstraindo, todavia, de algumas tendências particulares, sem importância, a divergência não existe senão sobre o seguinte ponto: os marxistas pensam que, na expectativa da revolução social, os proletários só têm de organizar-se para a conquista do poder político e não devem prender-se à solução das reformas parciais; os coletivistas, pelo contrário, não desdenham nenhuma reforma, considerando que todo sucesso parcial favorece a vitória final.”¹⁸

Em outro momento, Benoit-Malon define o problema da seguinte forma: a questão econômica é a pedra angular do socialismo, porém não se deve menosprezar outros fatores. Se a revolução é sinônimo de violência, também ela é conduzida “por ações lentas da evolução que fazem com que, em um momento, haja flagrante contradição entre os fatos e as leis, entre os usos e as instituições”.¹⁹

A ligação diferenciada provocada pelo que se reivindica e a utilização de instrumento de ação – partido, revolução, espontaneísmo – são o traço que se observa em alguns movimentos operários europeus. O socialismo professoral ou de cátedra, o socialismo cooperativo, o socialismo do serviço público, o socialismo evolucionista são alguns exemplos das correntes que acreditam ser inevitável a conquista do regime socialista por meio da evolução pacífica do sistema capitalista.

Socialismo de cátedra é a corrente que se desenvolve, principalmente, na Alemanha e Bélgica. Os expoentes são professores universitários, responsáveis pela difusão de pensamento socializante, com matiz de caráter ambíguo. O caso mais conhecido é o de Eugênio Dühring, não por sua obra e ação, mas por causa do livro de Engels: *Anti-Dühring* é resposta às esdrúxulas análises feitas pelo professor sobre o socialismo e o marxismo. Mas este socialismo edulcorado vai servir de instrumento para iludir operários, burgueses e até a Igreja. Segundo um dos seus promotores, “o socialismo propagou-se sob diversas formas e dum modo prodigioso: sob a forma da violência, apoderou-se do espírito de quase todos os operários industriais e penetrou já nas aldeias; sob uma forma científica, transformou a economia política pelo chamado socialismo de Estado e assentou arraiais nos gabinetes dos pastores da Igreja católica e ainda nos dos ministros dos diversos cultos protestantes. Nova seiva de uma humanidade em via de transformação, ele vivifica todos os ramos do saber humano”.²⁰ Na Bélgica temos outro exemplo desta tendência: desde cedo o movimento sindical é corrente importante neste país, ainda mais que é herança vinda das corporações da Idade Média. Os seus líderes se confundem, no começo, com os que estão a favor do movimento republicano e do democrático, mas, a partir de 1848, o organismo sindical torna-se mais presente. O resultado é que a “atividade do partido operário manifestou-se nos quatro ramos que o constituem: sindicatos profissionais, ligas políticas e de propaganda, cooperativas e mutualidades. Para evitar as conseqüências da dispersão, o partido adota medidas para contrabalançar o seu federalismo. Cesar De Paepe, Anseele, Emile de Laveleye, Guillaume de Greef, Emile Vandervelde são alguns dos

responsáveis pela direção do Partido Socialista e pela criação dos seus vários mecanismos. Para De Paepe, “em matéria de propriedade, as palavras comunismo e individualismo exprimem dois extremos: um, a propriedade comum ou social; outro, a propriedade individual; e não há nem haverá – os maiores utopistas, comunistas ou individualistas não puderam nunca supô-lo – uma sociedade em que não haja uma certa dose de comunismo, ainda que este não seja senão a propriedade das ruas, e uma certa dose de individualismo, ainda que não consista senão no pão que alimenta cada indivíduo”.²¹ A fim de completar a ação das associações de ofícios, das câmaras sindicais, do centro de propaganda etc., o Partido Socialista Belga defende a idéia de que, para se chegar ao socialismo, para que haja um verdadeiro instrumento da sociedade comunitária, deve-se, em primeiro lugar, lutar para a socialização do serviço público. Como diz um discípulo desta corrente – o francês Paul Brousse, um dos chefes dos possibilistas –, cada ramo importante da atividade humana passa pelas seguintes fases: 1) a necessidade humana obriga o homem a produzir variedades de produtos e cada vez maior quantidade deles, o que leva à existência da concorrência; 2) num certo momento, em vez de continuar a se digladiar uns contra os outros, os concorrentes entram em acordo e se associam, e assim nascem novos mecanismos, os monopólios ou os sindicatos; 3) o crescimento do monopólio é grande, e suas conseqüências bastante graves, quando outra força superior é obrigada a intervir: o Estado. É ele que irá administrar a economia além de outras tarefas em benefício da comunidade, tornando todos os serviços públicos gratuitos. É o que se dá, por exemplo, com o exército, que de particular (senhor feudal) passa a pertencer ao Estado; com a educação, que de privada passa a ser gratuita. Assim temos três momentos de mudança da sociedade: com o tempo, o crescimento da economia provoca a concorrência entre os membros da comunidade; depois, a concorrência desaparece, os grupos se unem e surgem os monopólios, isto é, os sindicatos; finalmente, para evitar mal-estar, o poder público assume a direção e temos o monopólio do Estado, isto é, o máximo da estatização do Serviço Público.²²

Bebel afirma que até o final do século XIX ocorreria a revolução social



A tese evolucionista é defendida por vários partidos, que, no entanto, apresentam entre si algumas variantes ideológicas. É o caso das posições de Benoit-Malon e de Jean Jaurès. Este último, um dos líderes do movimento operário francês, participa do Partido Socialista Unificado, em 1905, e é a favor da conquista do poder pelo proletariado, de maneira não violenta. Ao defender esta posição tática, ele descarta a tese marxista e a de Blanqui de que a conquista do poder, pelo proletariado, se dá pela força. Para ele, Marx se engana, pois o proletariado ainda não tem condições materiais para assumir o poder e não pensa em derrubar a burguesia, que está na

fase, ainda, de realizar a sua própria revolução. Segundo Engels, a revolução exige tempo e conquistas graduais: que vão das leis sociais em benefício do proletariado até a instituição de regime mais aberto e democrático, como a República: “pode-se crer que a velha sociedade poderá transformar-se pacificamente em uma nova nos países em que a representação do povo concentra em si todos os poderes, em que pode fazer-se constitucionalmente o que se queira desde o momento em que se tem atrás de si a maioria do povo, nas repúblicas democráticas, como a da França, nas monarquias, como a da Inglaterra, onde a dinastia é impotente contra o povo. Porém, na Alemanha, onde o governo é quase todo-poderoso e onde o Reichstag e outros corpos representativos são destituídos de poder real, sustentar semelhante linguagem é aliar-se ao absolutismo”.²³ Por sua vez, para Jaurès, a história mostra que o proletariado está construindo e conquistando instrumental necessário para sua futura emancipação e hegemonia: 1) o operariado cresce e se identifica com o socialismo; 2) como conseqüência, intensifica-se a sua influência no “mecanismo político e econômico”, o que ajuda a classe trabalhadora a agir de maneira autônoma, criando sindicatos e trabalhos de cooperação, além de exigir o sufrágio universal, a ampliação de novos órgãos públicos e a instauração do Estado democrático.²⁴

A social-democracia alemã, o Partido Socialista Unificado (francês) e outras entidades esquerdistas – austríaca, russa etc. – defendem o pensamento de Marx e Engels. Para elas, o processo histórico é dialético; a luta de classes é expressão da contradição da sociedade; e a história demonstra que a classe explorada, para superar a sua situação, necessita derrubar a classe dominante; e que a luta de classes se dá em níveis diferentes, que vão da conquista de espaço na sociedade – organização de partidos de classe, formação de sindicatos, eleições para o Parlamento, conquista de leis sociais –, até a tomada do poder pelo proletariado e pelo seu partido. Essa tática é mais ou menos acentuada conforme o nível de desenvolvimento do país capitalista e a existência de correntes mais radicais e não radicais que se formam em determinado momento do processo capitalista.

7. Como será a revolução social, segundo algumas interpretações. O que é revolução segundo Marx e Lênin

As análises a respeito de como se daria a revolução social variam conforme a interpretação que a corrente social democrata dá para cada caso específico. Em enquete de 1897, Bebel – considerado o líder oficial do partido –, responde que acredita que até o fim do século se daria a revolução. E ele estaria em condições de liderá-la, pois “nós temos um programa geral, unicamente não temos um programa detalhado. Nós receberemos dos acontecimentos os melhores conselhos (...) tudo dependerá do momento, da cultura geral do povo (...) Uma guerra despertaria o espírito da nação (...) ela faria compreender que o coletivismo é a única solução (...)”. “A revolução social depende de complicações as mais variadas, econômicas e políticas, de tantos acontecimentos imprevistos, interiores ou exteriores, naturais ou acidentais. Sim, uma guerra européia, por exemplo, mudaria de repente a face dos acon-

tecimentos, compreende? Em caso de guerra, os acidentes econômicos seriam tão consideráveis que a tarefa revolucionária tornar-se-ia muito fácil. (...) Veja, a navegação paralisada, o comércio morto, o camponês mobilizado para o exército, o trigo encarecido, não há trabalho porque a indústria está parada, todo o mundo arruinado! A Revolução é vitoriosa (...).”²⁵

As posições sobre a concepção da sociedade e de seu processo de mudança, descritos anteriormente, nos mostra a variedade de interpretação existente. Entretanto, o estudo linear não é satisfatório para se verificar a diferença entre a corrente a favor da reforma e a corrente a favor da revolução, ainda mais porque há escasso uso destes conceitos no período anterior a 1914. Então voltamos a indagar: como seria possível a identificação entre ser radical e ser reformista? Alguns – muito poucos – se dizem reformistas. Só isso, também, é insuficiente para caracterizar o fenômeno. Daí, em vez de voltar exclusivamente aos exemplos citados, seria bom analisar os conceitos marxistas de reforma e de revolução para, então, compreender um pouco mais o sentido objetivo destes valores dentro da dinâmica do movimento operário.

Em vez de lutar por salário justo é necessário lutar pela abolição do assalariado



Para o marxismo, a revolução é a ruptura de um sistema social e a sua substituição por outro. Neste processo são válidos os conceitos de sistematicidade e o de descontinuidade. No seu conjunto definicional, Marx demonstra (*A questão judaica*) que a “emancipação política é um grande progresso; ela não é, sem dúvida, a forma última da emancipação humana em geral mas a forma última da emancipação humana no interior da ordem do mundo que existiu até agora”. Como consequência, não se deve se contentar com a emancipação de um ou outro setor, mas considerar a “ordem existente até então e que deve ser substituída”. Nas revoluções anteriores, o “modo de atividade não se transformava, unicamente havia outra distribuição desta atividade, uma nova repartição do trabalho entre outras pessoas; a revolução comunista, por sua vez, é dirigida contra o modo de atividade anterior, ela suprime o trabalho e abole a dominação de todas as classes abolindo as próprias classes”. Em outras palavras: as revoluções anteriores se contentaram em remover a exploração, o antagonismo de classes; a revolução comunista deve suprimir todo antagonismo, toda exploração. Daí a impossibilidade de compromisso entre operariado e burguesia. Estudando o resultado da derrota operária de 1848, Marx conclui que “a mais ínfima melhoria de sua situação (operária) permanece uma utopia no interior da República burguesa, utopia que se transforma em crime desde que o proletariado procura realizá-la. (...) Se a classe operária afrouxar o seu conflito com o capital, ela se privará certamente da possibilidade de realizar um ou outro movimento de maior importância. Ao mesmo tempo, fora da servidão geral que implica o regime do assalariado, os operários não

devem exagerar o resultado final desta luta cotidiana. Eles não devem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos. (...) É preciso que compreendam que o regime atual, com todas as misérias com que sobrecarrega os operários, engendra ao mesmo tempo as condições materiais e as formas sociais necessárias para a transformação econômica da sociedade. Em vez da palavra de ordem conservadora: ‘Um salário justo por uma jornada de trabalho justa’, eles devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: ‘Abolição do assalariado’”.

É desta maneira que a tradição marxista concebe a questão reforma/revolução. Lênin, no entanto, complementa a análise. Para ele a reforma econômica faz parte da luta revolucionária, mas ela se limita por causa do antagonismo irreduzível entre os interesses da burguesia e os do proletariado. “Uma reforma difere de uma revolução pelo fato de que a classe dos opressores permanece no poder e reprime a agitação dos oprimidos por meio de concessões, sem que seu poder seja destruído.” Reforma, para Lênin, é um fenômeno dual: 1) de um lado, ela marca o recuo da classe dominante, obrigada a ceder alguma coisa; 2) de outro, ela não passa de uma mudança de lugar que se concede ao adversário, que tem importância mínima e que não põe absolutamente em perigo o seu poder. Por sua vez, sem luta de classe não há reforma: “Nenhuma reforma pode ser definitivamente conquistada, real e seriamente, se não for sustentada pelos métodos revolucionários das lutas de massas”. Inversamente, toda luta revolucionária produz necessariamente reformas: “as reformas são um produto acessório da luta revolucionária de classes”. É a partir desta ambivalência – luta revolucionária e reformas – que Lênin faz a crítica ao reformismo: os “revolucionários estiveram sempre à frente da luta pelas reformas”, é por isto que “não havia reformista”. O marxismo, para Lênin, apresenta justaposição entre os dois desvios: “os marxistas, diferentemente dos anarquistas, reconhecem a luta pelas reformas, isto é, por determinadas melhorias da situação dos trabalhadores, deixando, como no passado, o poder nas mãos da classe dominante. Mas, ao mesmo tempo, os marxistas travam a luta mais enérgica contra os reformistas, que limitam direta e indiretamente as reformas às aspirações e à atividade da classe operária. O reformismo é uma farsa burguesa contra os assalariados”.²⁶

8. O que é ser revolucionário? O que é ser reformista?

Na verdade, a estratégia e a tática utilizadas pelos marxistas e não-marxistas é que nos permitem avaliar, esquematicamente, a atitude operária neste momento de crise, no início do século XX. Como consequência, a tendência seria a de considerar que cabe aos revolucionários papel de relevância no processo de radicalização contra a burguesia e, aos reformistas, posição apaziguadora no processo de luta de classes. Em tese, a conclusão é válida, porque os primeiros se most ram mais intransigentes e preconizam ação mais total contra a classe dominante, sem desdenhar nenhuma opção, como a da luta pelo Parlamentarismo, o incentivo à greve, a luta por leis sociais, a identificação ideológica entre sindicá-

to e partido etc. Os reformistas, conforme a linha doutrinária, defendem algumas dessas premissas, sem no entanto adotá-las de maneira precipitada. Para definir melhor ou “delimitar suas fronteiras”, o Partido Socialista Francês não quer utilizar a força para pôr fim ao direito da propriedade, nem para deixar de lado “a segurança e o desenvolvimento do indivíduo”; e nem deseja “uma minoria em revolta e sim uma maioria consciente”, da qual irá depender a “transformação social”. Republicanos, os socialistas não pretendem depender da “idéia louca de fazer apelo ao prestígio ilusório de um pretendente ou da espada de um ditador para conseguir fazer triunfar a nossa doutrina”. “Nós apelamos ao sufrágio universal; pondo-o em prática, temos a ambição de libertar-nos econômica e politicamente.”²⁷

Guerra e Revolução de 1917 obrigam proletariado a definir seu campo de luta



As posições extremas e a tomada de posição quanto a episódios críticos surgidos na época – questão Dreyfus, guerra dos Boxers (1899), dos Boers (1899-1902) etc. – também não levam, de forma automática, conservadores e revolucionários a tomarem, mecanicamente, a mesma posição. E na hora em que aparecem delineados os interesses e as posições ideológicas e partidárias mais amplas, o posicionamento dual ainda persiste. A resposta à questão básica – quem é revolucionário? quem é reformista? – vai depender, em grande parte, objetiva e subjetivamente, da situação criada pelo conflito dentro do sistema capitalista: é somente a I Guerra Mundial que obriga o movimento operário a se definir, para si próprio e, também, frente à burguesia.

A luta contra a guerra é preocupação constante entre o movimento operário. Desde o século XIX o perigo de um conflito armado é denunciado como resultado inevitável da expansão imperialista. Depois da conquista da maior parte dos continentes africano e asiático, os países industriais acabam por se confrontar entre si, em 1914: assim, a I Guerra Mundial resulta na divisão dos países capitalistas, levando à formação de blocos, compostos pela França, Inglaterra e Rússia, de um lado, e Alemanha e Austria-Hungria, de outro. Por sua vez, anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas moderados, socialistas radicais, todos eles se manifestam sobre a destruição provocada por um conflito armado, cuja vítima maior seria a própria classe operária. A I Internacional (1864-1872) denuncia, por exemplo, a conquista do México pela França, a guerra entre Prússia e Áustria e entre Prússia e França. A II Internacional mostra o perigo dos acontecimentos de Agadir (1905), dos Balkans (1912) etc., e até dedica parte do Congresso de Stuttgart (1907) e a totalidade do Congresso de Bâle (1912) ao tema. Nestas e em outras horas, eles insistem para que se lute contra a guerra imperialista, usando de todos os recursos, até a sabotagem: “e uma guerra ameaça estalar, é um dever da classe operária nos países concernentes, é um dever para os seus representantes nos par-

lamentos, com a ajuda do Bureau Internacional, força de ação e de coordenação, fazer todos os esforços para impedir a guerra por todos os meios que lhes pareçam os mais apropriados, e que variam, naturalmente, segundo a acuidade de classe e a situação política geral. No caso em que a guerra estoure, eles têm o dever de forçar o pronto cessar-fogo e de utilizar a crise econômica e política criada pela guerra para agitar as camadas populares as mais profundas e precipitar a queda da dominação capitalista”.²⁸

Em outras palavras: os socialistas têm o dever de lutar contra a guerra, de sabotá-la, de transformar a luta armada em luta de classe. Entretanto, ao contrário do que se espera de todo esse esforço, a guerra vai ter a adesão entusiasta da maior parte do movimento operário, como a adesão da social-democracia alemã, social-democracia austríaca, Partido Socialista Francês, Partido Socialista Italiano, mencheviques russos (fração Plekanov da social-democracia russa), o Partido Socialista Belga, anarquistas russos (da linha evolucionista de Kropotkin) etc. Todos eles, já no primeiro dia do conflito armado, aderem de arma e bagagens à respectiva classe dominante. O que torna mais grave o acontecimento é o fato de vários líderes desses partidos terem aceitado participar como membros dos Gabinetes de Salvação Nacional de seus respectivos países. Só uma minoria, indignada, acusa os que aderem de social-patriotas, traidores do movimento operário etc. Entre os que combatem a guerra está a totalidade dos bolcheviques (ala de Lênin), alguns anarco-sindicalistas franceses (Monattz), alguns socialistas franceses (Charles Rappoport), alguns social-democratas alemães (Franz Mehring, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Ed. Bernstein) etc.

Entre os que aplaudem a mobilização patriótica está a elite do movimento operário de esquerda, isto é, os que se dizem marxistas, além de operários de outras tendências. Com a guerra, os social-democratas e os socialistas, isto é, os que se dizem revolucionários, passam a se confundir com os reformistas, quando ambos tomam a mesma posição diante do conflito armado. Dessa maneira, em 1914, no momento de pôr à prova a sinceridade de seus valores ideológicos, os internacionalistas acabam por tomar posições semelhantes aos reformistas, isto é, passam de revolucionários e internacionalistas a patriotas e nacionalistas, justificando-se com argumentos esdrúxulos pela sua adesão à classe dominante de seu país.

Se, por um lado, a maior parte das lideranças da classe operária renegam as suas convicções, por outro uma minoria mostra-se coerente com seus ideais. Num jogo dialético, o vácuo formado no primeiro dia do conflito (1-8-1914) repentinamente é preenchido por um novo elã revolucionário: são os bolcheviques que condenam a traição, é o punhado de radicais e de revolucionários de nacionalidades diversas que se agitam, é a reivindicação a favor de uma nova Internacional, pois a velha está falida. A resposta ao novo anseio surge com a Revolução Russa de 1917 – fevereiro e outubro – e, depois, em 1919, com a fundação da III Internacional. A partir de então, os termos revolucionário e reformista tomam sentido mais acentuado. Os antigos revolucionários da social-democracia alemã, os antigos revolucionários do Partido Socialista Francês etc. passam a ser os reformistas, como o eram os evolucionistas e os moderados de antigamente. E os partidos ligados à III Internacional, de tendência bolchevique e deno-

minados mundialmente de “comunistas”, passam a representar os revolucionários.

Resumindo, entre 1870 e 1914, domina, em parte, a incerteza ideológica e a imprecisão partidária. Neste contexto, os termos revolucionário e reformista ainda não tomam seu sentido atual, porque, no momento inicial do processo de formação partidária moderno e da formulação de sua justificativa, o fato de ser verdadeiramente um ou outro não obriga nenhum deles a se renegar. Ser reformista e ser revolucionário ainda não é questão fundamental. É a guerra e a Revolução de 1917 que vão obrigar o proletariado e suas agremiações a se definirem e escolherem o seu campo de luta. Nessa hora, a aparente neutralidade já deixa de existir, a tomada de posição é inevitável.

Você é reformista ou revolucionário, camarada?

Novembro/dezembro de 1993, janeiro de 1994

EDGARD CARONE é professor titular do Depto. de História da USP e autor de diversas obras sobre a história do movimento operário.

Notas

- (1) Benoit-Malon, prefácio ao livro de S. Magalhães Lima, *Socialismo na Europa*, pp. 8-9.
- (2) Só em Paris, mais de 30.000 comunards são fuzilados.
- (3) Charles Verecque, *Dictionnaire du socialisme*, pp.26-27.
- (4) G.H.D. Cole, *Historia del pensamiento socialista*, vol. II, pp. 75-89.
- (5) Jules Huret, *Enquête sur la question sociale en Europe*, pp. I-II.
- (6) Léon Blum, *Les congrès ouvriers et socialiste français*, vol. I, pp. 7-8.
- (7) Georges Labica et alii, *Dictionnaire critique du marxisme*, p. 671.
- (8) C. Willard, *Socialisme et communisme français*, pp 76-77.
- (9) *A sagrada família, A miséria da filosofia* (1847), *Revolução e contra-revolução da Alemanha* (1852) e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) são alguns exemplos de livros esgotados, publicados em 2ª edição muitos anos depois. Outros, inéditos, só aparecem após a criação do Instituto Marx-Engels de Moscou, em 1920: *A ideologia alemã* (1845), *A dialética da natureza* (1887), *Manuscritos econômico-filosóficos*. É para enfrentar esses impasses – dificuldade dos textos e ausência das obras – que Engels redige *Anti-Dühring*, *A guerra dos camponeses na Alemanha*, *Socialismo utópico e socialismo científico*, *Ludwig Feuerbach*, *Fim da filosofia clássica alemã* e muitos outros trabalhos.
- (10) Antonio Labriola, *Filosofia y socialismo*, pp. 16-17.
- (11) Magalhães Lima, *ibidem*.
- (12) Jules Huret, *ibidem*, p.22.
- (13) O resumo e as citações são de C. Willard, *Socialisme et communisme français*, pp. 51-76. O leitor pode complementar a análise com os livros de Jules Huret, Léon Blum e Magalhães Lima citados neste artigo.
- (14) Bardoux et alii, *Le socialisme à l'étranger*, p. 45. A citação é tirada do artigo de Gaston Isambert, “Allemagne”.
- (15) A primeira citação é de Marx e Engels, *Critique des programmes de Gotha et Erfurt*, pp. 43-44; a segunda, é da mesma obra, p. 13 e seguintes.
- (16) Marx-Engels, *Critique...*, p. 78.

(17) Bardoux et alii, *ibidem*, p. 48. Labica, *Dictionnaire du marxisme*, pp. 794-796.

(18) Benoit-Malon, in Magalhães Lima, *ibidem*, p. 14.

(19) Jules Huret, *Enquête...*

(20) A citação é do belga Emily de Laveleye, *Le socialisme contemporain*, in Magalhães Lima, *ibidem*, p.14.

(21) Magalhães Lima, *ibidem*, p. 59.

(22) Jules Huret, *ibidem*, pp. 220-222.

(23) “Carta de Engels a W. Liebnecht”, in Jean Jaurès, *Estudios socialistas*, p. 38.

(24) Jean Jaurès, *ibidem*, pp. VII-VIII.

(25) Jules Huret, *Enquête...*, pp. 281-282.

(26) G. Labica, *Dictionnaire...*, pp. 768-771, para o pensamento de Marx-Engels e Lênin (Reforme – Révolution).

(27) A. Millerand, *Le socialisme reformiste français*, pp. 23-24 e 31-32 (discurso de 30-5-1896).

(28) Edgard Carone, *A II Internacional: Pelos seus congressos*, p. 100.

Bibliografia

- BAMBIRRA, Vania; SANTOS, Teotônio dos. *La estrategia y la tactica socialistas de Marx y Engels a Lenin*. México, Era, 1980, 195 pág.
- BARDOUX, J. et alii. *Le socialisme a l'étranger: Angleterre, Allemagne, Autriche, Italie, Espagne, Hongrie, Russie, Japon, États Unis*. Paris, Felix Alcan, 1909, 420 pág.
- BLUM, Léon. *Les congrès ouvriers et socialistes français*. Bibliothèque Socialiste n° 6-7. Paris, Socialité Nouvelle de Librairie et d'Édition, 1901, 2 vols. (1886-1900).
- HURET, Jules. *Enquête sur la question sociale en Europe*. Paris, Perrin et Comp., 1897, 372 pág.
- JAURÈS, Jean. *O espírito do socialismo*. Col. Pontos de Vista. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, 49 pág.
- JAURÈS, J. *Estudios socialistas*. Valencia, F. Sempere y Compania, 1909, 343 pág.
- LABICA, Georges et alii. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982, 941 pág.
- LABRIOLA, Antonio. *Ensaio sobre o materialismo histórico*, São Paulo, Atena Editora, s.d.p., 219 pág.
- LABRIOLA, Antonio. *Filosofia y socialismo: Introducción al conocimiento de la historia desde el punto de vista marxista*. Buenos Aires, Claridad, s.d.p., 167 pág.
- MILLERAND, A. *Le socialisme reformiste français*. Bibliothèque Socialiste n° 15, Paris, Société Nouvelle de Librairie et d'Édition, 1903, 123 pág.
- MILHAUD, Edgard. *La tactique socialiste et les décisions des congrès internationaux*. Paris, Bibliothèque Socialiste n° 30-31, Société Nouvelle de Librairie et d'Édition, 1905, 2 vols.
- MORATO, Juan José. *El Partido Socialista Obrero*. Madrid, Ayuso, 1976, 231 pág.
- Pages choisis de Jean Jaurès: Nouvelle édition avec introduction par Paul Desenges et Luc Merica*. Paris, Rieder, 1928, 288 pág.
- RADICE, Giles. *Socialismo democrático*. Rio, Zahar, 1967, 145 pág.
- VALIANI, Léon. *Histoire du socialisme au XX^e Siècle*. Paris, Nagel, 1948, 283 pág.
- WILLARD, C. *Socialisme et communisme français*. Paris, Armand Colin, 1967, 160 pág.

RESENHAS

Lembra-voos do macarthismo

Caça às bruxas: uma tragédia americana, Argemiro Ferreira, Porto Alegre, Editora L&PM, 1989.

Atual, este livro de Argemiro Ferreira traça um amplo painel da política de segurança interna promovida pelo governo norte-americano, contribuindo assim para o desmascaramento da chamada “democracia americana”, paradigma das correntes liberais/democráticas ocidentais.

O termo macarthismo foi utilizado, num primeiro momento, para designar a atitude política do período em que o senador Joseph MacCarthy imperou soberano no cenário norte-americano, encabeçando o movimento de caça aos comunistas e aos democratas que se posicionavam contra a histeria anticomunista e os preparativos febris para uma nova guerra mundial. Pouco a pouco macarthismo passou a designar qualquer política que atentasse contra as liberdades de expressão e de organização, mesmo quando garantidas formalmente pela Constituição.

Conforme afirma Ferreira, o termo ajudou a encobrir a real dimensão do fenômeno, “reduzindo-o e atribuindo-o à ação controversa de um senador demagogo e irresponsável”, e isto “subverteu a realidade e evitou questões incômodas – como a dos fatores relevantes que contribuíram para o aparecimento do macarthismo”. E conclui: “MacCarthy apenas soubera tirar proveito do clima vigente para fornecer um símbolo e um nome aos excessos e desmandos obscurantistas de um período iniciado bem antes de sua afirmação política”.

A ofensiva conservadora e obscurantista teve como um dos seus marcos o anúncio da Doutrina Truman, na qual os EUA se outorgavam o papel de xerife do mundo. A política externa agressiva exigiu uma política interna mais dura. O primeiro passo foi a criação, ainda em 1947, da comissão presidencial Sobre a Lealdade do Empregado, cujo objetivo era livrar a administração pública dos funcionários “desleais”. Esse método de “seleção de pessoal” passou a ser o padrão de organização interna de toda vida pública e privada nos EUA.

A explosão da primeira bomba atômica soviética, que pôs fim ao monopólio atômico norte-americano, e a vitória dos comunistas na China assustaram a grande burguesia monopolista e acabaram impulsionando ainda mais a política interna reacionária norte-americana. A histeria anticomunista, insuflada pela grande imprensa, impregnou amplos setores da população.

Foi em meio a esse clima que MacCarthy pôde emergir como figura de projeção nacional, constituindo-se o símbolo de uma época. Nesse período, toda a vida política e cultural norte-americana foi vasculhada e violentada. A indústria



cinematográfica tornou-se um dos alvos principais dos caçadores e teve como ponto alto o interrogatório e a posterior prisão dos chamados “Dez de Hollywood”. As listas negras se multiplicaram. Centenas de pessoas (atores, diretores, roteiristas etc.) desapareceram do mercado de trabalho por não se submeterem ao papel de delatores.

Os grandes estúdios abandonaram as produções de boa qualidade e conteúdo social e passaram a colocar no mercado filmes de propaganda anticomunista, cujo nível era tão baixo que beirava o ridículo. A vida acadêmica não ficou imune, o “expurgo” atingiu as escolas secundárias e as universidades. Durante os governos Truman e Eisenhower, foram perseguidos e demitidos mais de seiscentos professores.

Insuflado pela extrema direita, MacCarthy ultrapassou os próprios limites e investiu contra o governo republicano e o exército, convocando generais e submetendo-os a interrogatórios vexatórios. Atacado pela imprensa, que até então o apoiara, condenado pelo senado por violação dos procedimentos e comportamento inadequado, MacCarthy desapareceu de cena.

Segundo Argemiro Ferreira, livrando-se de MacCarthy “o sistema apenas se defendeu, protegendo-se contra danos maiores. Tolerava o macarthismo, desde que com bons modos”. E prossegue: “O naufrágio político do senador em nada reduziu a caça às bruxas, da mesma forma como não se devera a ele o aparecimento daquela histeria obscurantista”.

O macarthismo deitou raízes profundas na vida política americana, “tanto assim que dois personagens revelados para a política da sombra do macarthismo, Richard Nixon e Ronald Reagan, acabaram consagrados nas três décadas seguintes”.

Augusto Cesar Buonicore

Hollywood sem glamour

Hollywood – Episódios da histeria anticomunista, Fernando Peixoto, São Paulo, Paz e Terra, 1991.



Fernando Peixoto é extremamente fiel ao título que deu a seu livro, em que mostra a caça às bruxas num setor que serviu para dar notoriedade ao Comitê de Atividades Anti-Americanas: a Meca do Cinema.

Peixoto concentra sua atenção no comportamento que escritores, roteiristas, diretores e atores tiveram diante dos interrogatórios do comitê. Eram instigados a revelar suas opiniões políticas e morais e a delatar colegas filiados ao Partido Comunista ou que por ele nutrissem simpatia. Conforme o comportamento que adotassem, manteriam ou não seus empregos. Muitos ficaram desempregados por vários anos.

RESENHAS

O objetivo do Comitê era criar uma atmosfera de medo na sociedade americana. Medo suficiente para justificar a repressão e a política belicista. Encontram-se nas páginas deste livro palavras dignas e indignas de personalidades conhecidas através do cinema e da vida política norte-americana – de Chaplin, um dos mais perseguidos, a Reagan, na época presidente do Sindicato dos Artistas e agente do FBI, que se prestou a delatar os colegas, além de Richard Nixon, Bertold Brecht, Lillian Hellman, Joe McCarthy, Dashiell Hammett, John Wayne, Elia Kazan, Arthur Miller, Robert Taylor, John Howard Lawson, Clifford Odets, Dalton Trumbo, Humphrey Bogart, Albert Einstein e tantos outros. Ao mesmo tempo que uns se acovardaram, outros ridicularizaram o comitê com diálogos cômicos ou verdadeiros manifestos em defesa da liberdade.

Os interrogatórios anticomunistas também foram realizados em vários países, entre eles o Brasil. Peixoto conta um episódio que ilustra o tamanho das imbecilidades possíveis de serem produzidas por interrogadores idiotas: “O coronel insistia pela milésima vez na mesma pergunta ao primeiro presidente da Ordem dos Músicos do Brasil: ‘O senhor é comunista?’”, e finalmente acusou o músico de ter ido pelo menos duas vezes à União Soviética, como ‘prova’ do que afirmava, ao que o músico respondeu: ‘Coronel, costumo ir ao cemitério e nem por isso sou defunto!’”.

Guiomar Prates

Para entender a questão racial no Brasil

Dialética radical do Brasil negro, Clóvis Moura, São Paulo, Editora Anita, 1994.



O Brasil de quase 500 anos se apresenta como um país de desenvolvimento capitalista dependente, uma sociedade organizada em classes e poliétnica. No topo da escala social se encontra a elite detentora dos meios de produção e do poder político, predominantemente branca; na base, negros, brancos, pardos e índios compõem a imensa massa de explorados, entre

trabalhadores e aqueles que, em números cada vez maiores, estão marginalizados ou excluídos do processo produtivo. O livro de Clóvis Moura nos traz uma análise do desenvolvimento da formação econômica, social e cultural do país, enfocando a presença determinante do negro e desvendando a relação entre classe e raça, status e etnia.

Para precisar a forma como a escravidão transcorreu, o

autor periodiza o escravismo em duas fases fundamentais: escravismo pleno (1550-1850) e escravismo tardio (1851-1888). A primeira caracteriza-se pelo predomínio das relações de produção escravistas. Nesse período, a subordinação da economia de tipo colonial à Metrópole e o monopólio comercial era total; o latifúndio aparecia como forma fundamental de propriedade. O tráfico de escravos da África mantinha o fluxo permanente de mão-de-obra, que permitia níveis altíssimos de exploração e acumulação de lucros. As estimativas de diversos autores, ainda que inexatas e provavelmente subavaliadas, sobre o número de africanos que desembarcaram com vida na América, nas ilhas do Oceano Atlântico e na Europa variam de 10 a 12 milhões. Deste tráfico negreiro, 40% teria sido canalizado para o Brasil. A legislação contra os escravos era violenta e inapelável, legitimando todo tipo de brutalidade dos senhores e de repressão aos movimentos de resistência e revolta.

Quando se modificam as condições internacionais e o papel relativo das metrópoles colonialistas, quando o capital inglês monopoliza, “moderniza” e subordina a economia interna e quando não é mais possível a reposição da população escrava, o sistema escravista no Brasil começa a apresentar sinais de estagnação e decadência.

A fase do escravismo tardio caracteriza-se pelo “cruzamento rápido e acentuado de relações sobre uma base escravista”. No processo de modernização dependente, os senhores de escravo conservaram seus privilégios e interesses, mantiveram a posse da terra e descartaram-se da mão-de-obra escrava, onerosa e desqualificada. Já os negros, na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, foram impedidos de qualquer acesso ao processo produtivo, mesmo como força secundária. Pela Lei da Terra, por exemplo, de 1850, o Estado abria mão de seu direito de doar e colocava as terras no mercado para venda. Visava com isso impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse doação de terras aos libertos, mas permitia que os imigrantes se tornassem pequenos proprietários. Na Guerra do Paraguai, as elites brancas viram a oportunidade de se livrar da “escória escrava” e mandaram os negros para a linha de frente da batalha, onde, segundo estimativas, morreram de 80 a 100 mil negros.

No plano ideológico e político, a classe dominante desenvolveu a ideologia do racismo para justificar a exclusão do negro do novo processo produtivo e o branqueamento da mão-de-obra livre, com a incorporação dos imigrantes.

Na segunda parte do livro o autor analisa a dinâmica interétnica no desenrolar da história da sociedade brasileira; de que forma as culturas africanas dominadas foram reelaboradas como uma cultura afro-brasileira; como a identidade étnica do brasileiro não-branco e do negro busca se firmar; e como o negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e biológica numa sociedade racista, que procura mantê-lo imobilizado nas camadas mais oprimidas.

RESENHAS

Na conclusão, Clóvis apresenta pontos de vista instigantes pelo seu significado político e mobilizador. Demonstra que o preconceito racial faz com que o negro, além de explorado pelo sistema capitalista, seja discriminado pela elite e por grandes camadas da população branca pobre, também explorada, impregnada pela ideologia do racismo; e que este quadro se agrava sob o capitalismo dependente, que aguça a competição nas sociedades em que um dos elementos selecionadores é a cor da pele. Mas só uma política globalizadora do problema do negro, que o integre à solução dos problemas da classe operária e dos marginalizados, é capaz de orientar a luta por uma sociedade realmente democrática nas relações de produção.

Nádia Campeão

Heróica resistência

Resistência do índio à dominação do Brasil, Luiz Luna, Coimbra, Editora Fora do Texto, 2ª edição, 1993.

É alentador nos dias de hoje ler-se de um escritor que “este livro foi escrito para o povo. Trata das suas origens, das primeiras lutas dos índios contra a escravidão e o extermínio”, no momento em que os escritores, os ensaístas de modo geral preocupam-se em escrever para uma elite universitária e às suas estruturas de julgamento e decisão. O autor elaborou uma análise e interpretação das lutas dos índios durante a nossa ocupação pelo colonizador português, mostrando toda a importância e a dimensão heróica das populações autóctones, donas das terras, que foram massacradas.

O livro é fruto de pesquisas originais e escrito em uma linguagem despida dos jargões “científicos”, compreensível sem ser concessiva, mas objetiva e dinâmica. A primeira edição foi lançada em 1965, no Brasil, pela Editora Leitura, num momento crucial e dramático para as nossas forças democráticas.

Tem o autor vários livros sobre assuntos polêmicos da nossa realidade social, entre os quais *Lampião e seus cabras*, *O negro na luta contra a escravidão* e *Coronéis donos do mundo*, este em parceria com o historiador Nelson Barbalho.

A circulação da primeira edição tinha implícita uma postura política. Apareceu num momento de repressão violenta, quando não havia ainda a “moda” do índio por parte de alguns intelectuais. O livro traça a trajetória das lutas dos povos indígenas a partir do momento em que os portugueses puseram os pés no solo brasileiro, a reação permanente dos índios à sua escravização, a carnificina que os “civilizadores” praticaram em nome da cruz e da espada e o destaque de seus heróis, como Ajuricaba, Cunhambebe e outros que se projetaram na guerra. Esses fatos são expostos nos capítulos, cujos títulos bem demonstram o conteúdo da obra: “A terra e a gente”, “Primeiros contatos”, “Como eram os índios”,

“Reagem os índios à escravidão”, “Entre a cruz e a espada”, “Entradas e bandeiras”, “Vespucci pinta o Brasil”, “Antropofagia e sexualidade dos portugueses”, “Massacre e resistência”, “Carnificina e rapinagem”, “Cruz no pescoço e dedo no gatilho”, “Ajuricaba, herói e mártir”, “Lobos com peles de ovelhas”, “Razia infernal de D. Raposo”, “Insurreição dos índios”, “As atrocidades de Mem de Sá”, “Fracasso da catequese jesuíta”, “Caminha e os índios”, “Alimentação e costumes”, “Párias dentro da pátria”, “Pombal, os índios e o SPI”.

Não iremos fazer aqui um resenha convencional do livro, mas destacar o seu significado político e a sua importância cultural pelo material que nos transmite, num momento em que os povos indígenas estão sendo ameaçados por uma reforma constitucional espúria, que pretende tirar-lhes os direitos adquiridos.

A reedição do livro de Luiz Luna é feita por uma casa portuguesa, e isto também é sintomático e significativo. Demonstra como os trabalhos de uma historiografia engajada e instrumental, capaz de esclarecer e ordenar uma consciência crítica (ou revolucionária) dos seus leitores, são subestimados pelas editoras nacionais, que preferem e privilegiam aqueles trabalhos que não dizem coisa alguma do processo de conscientização dos problemas gerais da nossa sociedade.

Aos heróis da resistência Cunhambebe e Ajuricaba o livro é dedicado. Quando se procura conscientizar a sociedade civil ou, pelo menos, os seus segmentos mais significativos e democráticos dos dilemas perigosos em que se encontra a possível solução do problema indígena, a leitura do livro de Luiz Luna é esclarecedora, importante e atual.

Clóvis Moura

O modernismo conservador do Japão

Favela high-tech, Marco Lacerda, São Paulo, Scritta Editorial, 2ª edição, 1994.



O Japão é apresentado pela mídia como modelo de progresso e harmonia. Um país moderno, acostumado com a alta tecnologia, onde todos vivem bem. Também é mostrado como um país que respeita as tradições milenares e, por isso, o seu povo é sério e trabalhador. Em suma, o paraíso dos sonhos capitalistas, a última forma de desenvolvimento de uma sociedade.

A mídia abusa da ignorância que se tem sobre esse país do Oriente. Nem os mais recentes casos de corrupção que envolveram governantes conseguiram abalar o mito Japão, criado para justificar cada vez mais

RESENHAS

os apertos de cinto na economia de nosso país.

Favela high-tech desfaz esse mito e mostra que a história é bem outra. Marco Lacerda faz uma crônica-reportagem sobre sua experiência como correspondente internacional no Japão. Ele diz que a história em que muitos brasileiros acreditam, que é só trabalhar que se pode voltar ao Brasil com as burras cheias de dólares, não passa de lorota, é o mesmo que acreditar que o nordestino vai enriquecer vindo para São Paulo, guardadas as suas proporções.

O fato é que a maioria dos japoneses não deseja mais executar certas tarefas, que são deixadas para os estrangeiros, chamados de "gaijins", que também significa inimigo. Ele afirma que "nos últimos tempos o Japão voltou a falar em *yamato goroko*, a raça pura japonesa, com a mesma frequência com que o termo *Volk* era usado na Alemanha nazista para referir-se à supremacia da raça ariana".

O livro apresenta um Japão quase desconhecido da maioria. Fala do submundo, onde a indústria da prostituição e das drogas proliferam. O Japão sempre foi assim. A filosofia milenar faz o país permanecer submerso num conservadorismo atroz, e o capitalismo soube aproveitar-se disso para manter os trabalhadores submetidos ao sistema. A prostituição prolifera porque a mulher é pouco mais que nada no mundo japonês. Casa-se por conveniência, e cabe a ela manter o lar tranqüilo; sexo, somente quando o homem quer ou para a procriação. A mulher é totalmente responsável pela educação dos filhos, assim como por todos os afazeres domésticos.

Os homens que se saem bem no trabalho esbanjam dinheiro com prostitutas, em bares noturnos e com drogas. Aliás, é sinal de desprestígio social um homem não manter sequer um casinho amoroso fora do casamento, mesmo porque não há alternativas de diversão. O sistema de trabalho e de competição é tão brutal que não há quem resista sem algum tipo de droga ou subterfúgio. Para Lacerda, "a partir dos anos 80, década em que se consolidou como potência econômica, o Japão tornou-se o discreto proprietário da maior e mais rentável indústria de prazeres sexuais que se conhece".

Lacerda mostra como a Yakuza – máfia japonesa – domina a cena política e econômica do país. Ela tem nas mãos a polícia e a maioria dos políticos, é uma organização quase perfeita, que faria inveja a qualquer bicheiro brasileiro.

Segundo o autor, no Japão "o trabalho é o ópio do povo", pois o regime, calcado em Confúcio, determina que o trabalho deve estar acima de tudo e a disciplina ser a vigamestra – o principal item do currículo de um japonês é o nome da empresa em que trabalha. O sistema escolar é tão rígido quanto. Alguns estabelecimentos chegam a exigir que o aluno peça permissão para viajar nas férias com a própria família, ou a proibir um namoro. Um caso relatado é o do menino Norio, que se suicidou com a namorada. O menino deixou um bilhete: "Amor não se aprende na escola".

"Tóquio é uma favela high-tech", diz Lacerda, onde "só

um terço das casas é ligado à rede de esgoto". Os apartamentos são diminutos, mas repletos da parafernália eletrônica tão comum no país, e um melão chega a custar US\$ 80. Como se vê, não é nenhum paraíso. Capitalismo é capitalismo, ainda mais num país onde estão as mais modernas formas de novo gerenciamento, que cada vez mais submetem o trabalhador. Ali sobrevivem o que há de mais moderno em tecnologia e o que existe de mais reacionário em termos de filosofia de vida.

Marcos Ruy

Novo espaço contra o neoliberalismo

Espacios: aportes al pensamiento crítico contemporáneo, publicação do Centro de Investigaciones para el Desarrollo (CIDES), Quito, Equador.



O Centro de Investigaciones para el Desarrollo (CIDES), que lançou no final de 1993 a revista *Espacios*, nasceu com a intenção declarada de criar espaços de unidade e ação e de fortalecer o compromisso dos quadros intelectuais equatorianos com os interesses populares. O objetivo da revista é fomentar e veicular esse elo de unidade e pluralismo na construção

de propostas concretas; utilizar os acervos interpretativos e doutrinários do marxismo na formulação criativa dos rumos da luta social; e resgatar a memória histórica e a combatividade política das frentes revolucionárias e movimentos populares da América Latina.

O editorial do primeiro número traz uma crítica contundente ao projeto neoliberal no Equador e ressalta que existe hoje, naquele país, um movimento intelectual importante, que, com iniciativa e energia, procura construir um caminho próprio, não sujeito aos interesses do grande capital.

O número 1 contém ainda uma série de artigos que combatem o neoliberalismo com fundamentos filosóficos, políticos e econômicos: "Tribulações de um país subdesenvolvido", "Agricultura e ficção do livre mercado", "América Latina no final do século XX", "Doutrina, Estado e crise", entre outros. Os demais artigos tratam também do debate sobre o socialismo, Cuba, questões sociais e atualidades do movimento popular.

Espacios vem marcar presença estimuladora na luta dos povos latino-americanos, em especial dos equatorianos, frente à ofensiva neoliberal que a todos nós desafia.

Edvar Bonotto

Sebastião Salgado

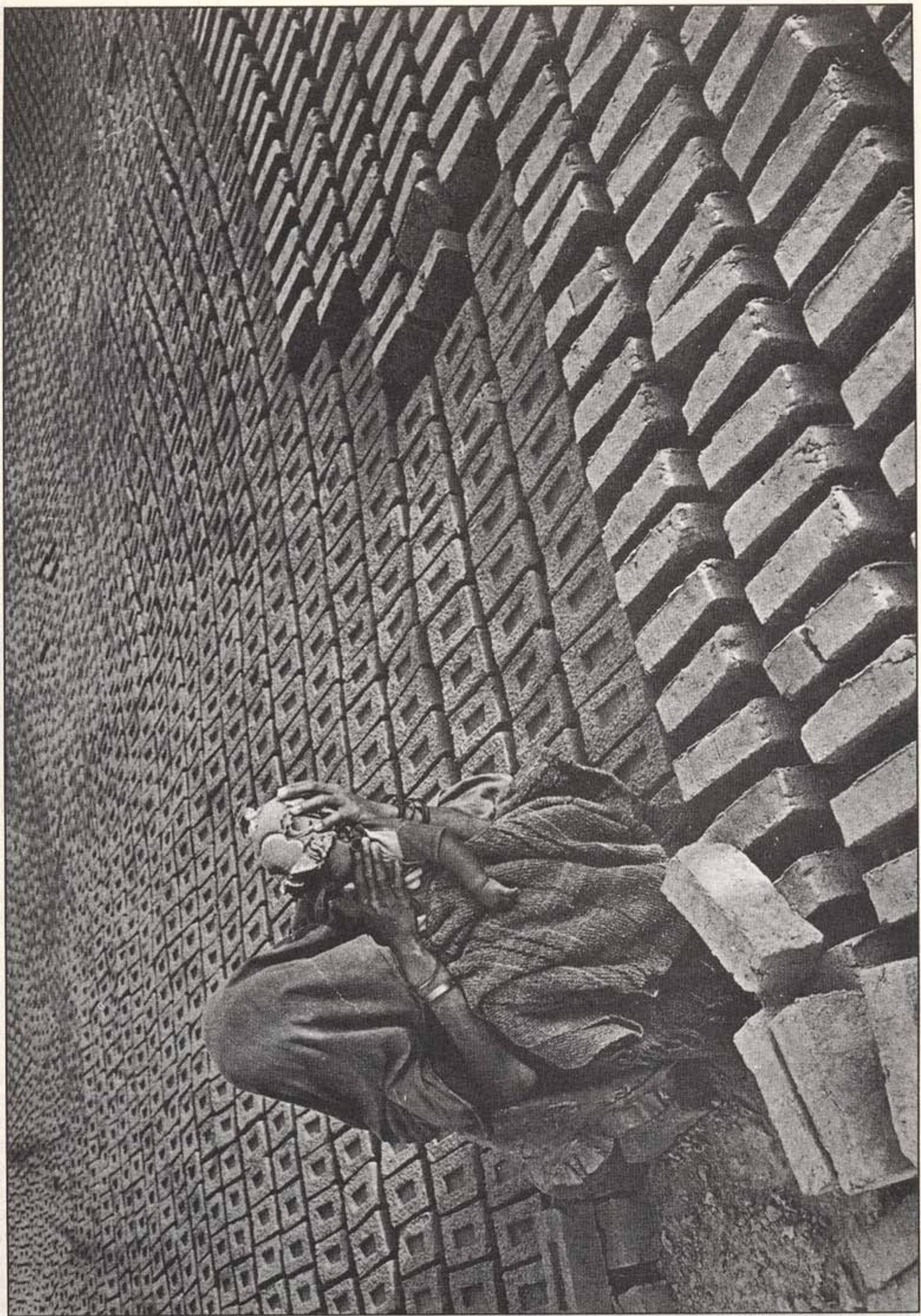
Um dos melhores fotógrafos do mundo expõe em São Paulo e no Rio de Janeiro mais de 200 fotos sobre o cotidiano dos trabalhadores de diversos países. Retrato instigante do mundo do trabalho, a exposição "Trabalhadores" consagra este mineiro de Aimorés como um grande mestre da fotografia documental.

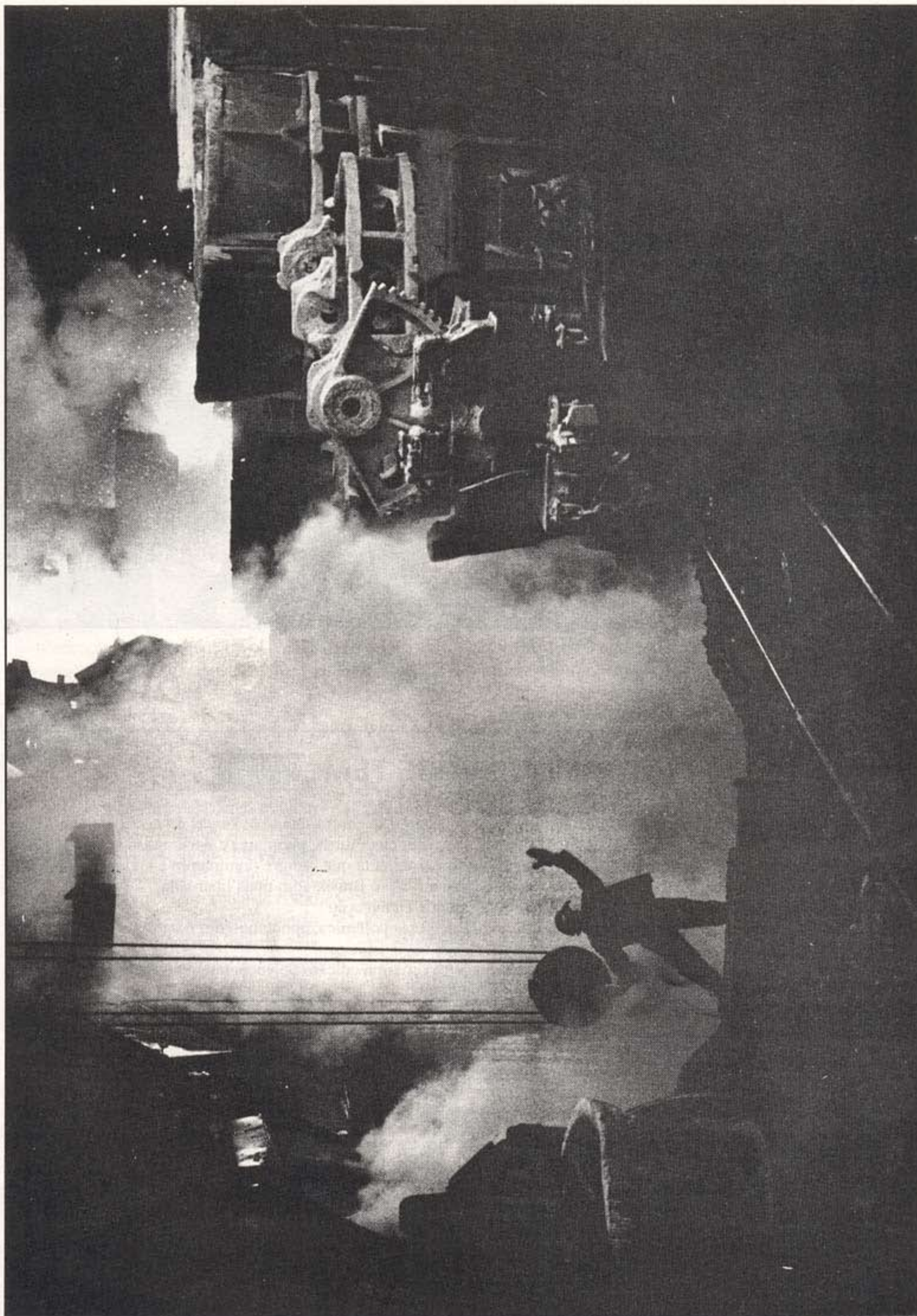














MOSTRE QUE VOCÊ TEM **PRINCÍPIOS**

Este ano o debate será grande. Na campanha eleitoral estarão se confrontando as forças do neoliberalismo, das privatizações e da revisão constitucional contra as forças democráticas, populares e nacionalistas. Será um ano de grande polarização política. Quem vencerá? As forças da elite que sempre dominaram e levaram o país à situação em que se encontra? Ou as forças que propõem um novo Brasil, com mais liberdade, independência, mais empregos, melhores condições de saúde e educação?

Você já conhece *PRINCÍPIOS*. Há anos está envolvida nessa polêmica, apontando um novo rumo para o país. Seus textos são instigantes, polêmicos e atuais.

PRINCÍPIOS quer dobrar o número de assinaturas até a próxima edição. Se você já tem nossa revista, apresente-a alguém. Se não tem, faça sua assinatura ainda hoje.

Os primeiros 50 assinantes receberão uma camiseta da *PRINCÍPIOS* como brinde. Cada 5 novas assinaturas que você fizer, ganhará mais uma de presente, além de uma camiseta da *PRINCÍPIOS*.

Nome _____
Endereço _____ Telefone _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____

- Assinatura anual: 4 edições (nº 33 a 36) – 20 URVs
 Assinatura anual de apoio: 9 edições (nº 33 a 36 mais 5 anteriores) – 30 URVs

Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda. Ou efetue o pagamento com cartão CREDICARD. Neste caso anexe ao pedido dados do cartão: Nº _____ Validade: mês _____ ano _____

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011)35-8150

Números disponíveis para a venda avulsa ou assinatura de apoio: 4, 9, 11, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32. Preço: 2,5 URVs

Livros com desconto de até 45% para os leitores da Anita Garibaldi



Dialética Radical do Brasil Negro, Clóvis Moura, 248 páginas.
Uma obra indispensável para compreender a contribuição do negro à formação histórico-social do Brasil e os mecanismos inibidores que a elite dominante racista elabora e dinamiza contra ele até os dias de hoje. O livro cresce de importância com o ressurgimento mundial do racismo agressivo, do tipo nazista, como uma das armas de dominação das superpotências.
Preço: 18 URVs



Lênin - Biografia Ilustrada, Bolsanello, 128 páginas.
O livro é classificado por Edgard Carone, professor titular de História da USP, como "obra pioneira, pois pela primeira vez um brasileiro se aventura a traçar um retrato do homem que mudou a história do século XX. Seu trabalho é meticulosamente feito, basicamente voltado para uma razoável bibliografia sobre Lênin e a Rússia, além do grande aproveitamento que faz de uma iconografia bastante extensa".
Preço: 9,36 URVs



A IIª Internacional - Pelos seus congressos (1889-1914), Edgard Carone, 132 páginas.
Neste livro, coeditado pela Edusp, Edgard Carone, historiador e professor da USP, traça a história do movimento operário do final do século passado e início deste século por meio da análise dos nove congressos internacionais realizados pelos partidos no período da chamada IIª Internacional Socialista. Alguns dos problemas tratados naquele período ressurgem com força em nossos dias, com a derrota temporária que o socialismo sofreu no Leste europeu e na União Soviética. Uma obra de grande atualidade.
Preço: 9,60 URVs

Lista de preços em URV

| | |
|---|-------|
| <i>URSS - Ascensão e queda</i> , Luis Fernandes, 2ª ed., 272 pág | 18,00 |
| <i>Marx e os sindicatos</i> , D. Losovski, 216 pág | 15,60 |
| <i>Manifesto do Partido Comunista</i> , Marx e Engels, 72 pág | 5,16 |
| <i>Rio Maria - A terra da morte anunciada</i> , Moacyr de O. Filho, 128 pág | 9,00 |
| <i>Socialismo vive</i> (documento do 8º Congresso do PCdoB), 110 pág | 5,16 |
| <i>Socialismo - Ideal da classe operária</i> , João Amazonas, 3ª ed., 120 pág | 8,40 |
| <i>Em defesa do socialismo científico</i> , Stálin, 172 pág | 12,12 |
| <i>Estratégia e tática</i> , Lênin, Dimitrov, João Amazonas, 172 pág | 12,12 |
| <i>30 anos de confronto ideológico</i> (coletânea de textos), 300 pág | 16,80 |
| <i>Problemas econômicos do socialismo na URSS</i> , Stálin, 100 pág | 7,20 |
| <i>Às portas de Moscou</i> , Alexandr Beck, 300 pág | 16,80 |
| <i>AIDS na rota da cocaína</i> , Fábio Mesquita, 72 pág | 5,16 |
| <i>Collor - A raposa do Planalto</i> , Sitônio Pinto, 112 pág | 7,80 |
| <i>Acho tudo muito estranho</i> , Fortuna, 126 pág | 9,36 |
| <i>Reportagem sob a força</i> , Julius Fucik, 120 pág | 8,40 |
| <i>Araguaia - Relato de um guerrilheiro</i> , Glênio Sá, 52 pág | 3,84 |

Faça hoje mesmo seu pedido, relacionando os livros desejados. Some tudo em URV e desconte os 25% da promoção. Temos três formas de pagamento:

1. Ganhe mais 15% de desconto, num total de 40%, depositando no Banco Itaú, agência 0251, c/c 48678-3, em nome da Editora Anita Ltda. Anexe o comprovante ao pedido.
2. Cheque para 20 dias, em cruzeiros reais, pela URV do dia da emissão.
3. Pagamento com cartão CREDICARD. Neste caso anexe ao pedido dados do cartão: número, validade, mês e ano.

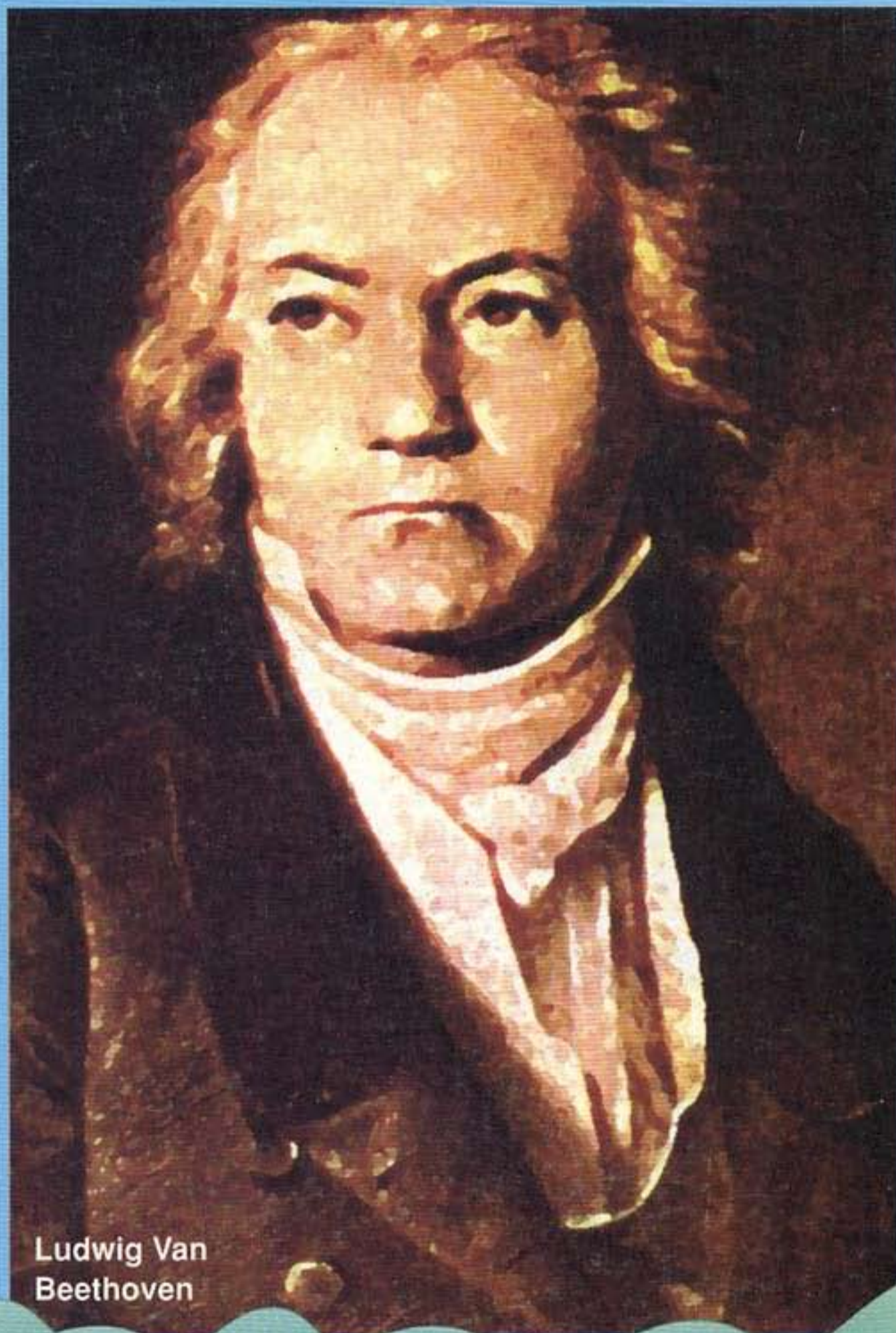
A remessa do livro é por nossa conta, feita pelo correio. Para a compra de 5 ou mais livros, há um desconto de 5%.

Envie o pedido para:

Editora Anita Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP

No dia 7 de maio de 1824 o mundo ouvia pela primeira vez uma obra que, para muitos e a muitos títulos, é a encarnação mais alta do belo na música: a Sinfonia nº 9, em ré menor, de Ludwig Van Beethoven. Popularmente, é a Nona de Beethoven, da qual o último movimento é o comovente e emocionante "Hino à fraternidade", coro final cuja letra é a "Ode à alegria", poema escrito por Friedrich Schiller. Versos que Beethoven usou livremente: "Alegria, brilhante centelha dos deuses", "Todos os seres bebem da alegria", para culminar com "Multidões, eu vos abraço" – declaração do artista de fé nos destinos humanos, na capacidade do homem para buscar a felicidade, mesmo que "acima dos astros".



Ludwig Van Beethoven

ODE À ALEGRIA

Friedrich Schiller

Amigos, basta desses cantos!
Entoemos um outro e mais grato:
o canto da alegria!

Alegria, brilhante centelha dos deuses,
filha do Elísio.

Entremos, com as faces embriagadas,
teu glorioso santuário.

Tua força mágica irmana
aquilo que o mundo separou.
Todos os homens tornam-se irmãos
onde tua asa suave pousou.

Quem alcançou o bem supremo
da amizade de um amigo,
quem tem uma companheira amável,
junte sua alegria à nossa!

Venha, mesmo quem pode chamar sua
uma única alma no mundo.

Quem não pode, vá embora em pranto,
leve longe daqui seu triste caminhar.

Todos os seres bebem da alegria
na natureza.

Bons e maus
vão por caminhos floridos.
Dividem beijos e vinho,
amigos fiéis até a morte.
Mesmo os vermes têm prazer,
e o querubim permanece ante Deus!

Alegres, voam
no plano esplêndido do céu.
Irmãos, corram nessa estrada,
alegres, como heróis rumo à vitória.

Multidões, eu vos abraço.
Este beijo é para o mundo inteiro!
Irmãos, acima do firmamento
deve morar um Pai querido.
Prostrai-vos, multidões?
Mundo, sentes teu criador?
Buscai-o então acima dos astros.
Além das estrelas fica sua morada.